



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 199 QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2015

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)**

Presidente

**Senador Jorge Viana (PT-AC)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romero Jucá (PMDB-RR)**

2º Vice-Presidente

**Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**

1º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PDT-MG)**

2º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

3º Secretário

**Senadora Ângela Portela (PT-RR)**

4ª Secretária

---

### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Rogério de Castro Pastori**

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Florian Augusto Coutinho Madruga**

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

**José Farias Maranhão**

Coordenador Industrial

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS</b>	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Nº 43/2015.....	6
<b>2 – ATA DA 221ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE DEZEMBRO DE 2015 .....</b>	<b>7</b>
2.1 – ABERTURA.....	9
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
<b>2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação .....</b>	<b>9</b>
<b>2.2.1.1 – Requerimentos</b>	
Nº 1.398/2015, de iniciativa da Comissão de Transparência e Governança Pública, de oitiva da Comissão de de Transparência e Governança Pública sobre o Projeto de Lei do Senado nº 178/2012.....	9
Nº 1.404/2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. José Santos de Oliveira. ....	10
Nº 1.405/2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, de informações ao Ministro de Estado dos Transpor- tes.....	12
<b>2.2.1.2 – Comunicações</b>	
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ( <b>Ofício nº 140/2015</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	14
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 698/2015 ( <b>Ofício nº 825/2015</b> ). <i>Serão feitas as substituições soli- citadas</i> .....	15
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 699/2015 ( <b>Ofício nº 792/2015</b> ). <i>Será feita a substituição solicitada</i> .....	16
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 692/2015, de designação do Senador Acir Gurgacz como Relator ( <b>Ofício nº 3/2015</b> ).....	17
Do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, de escolha das mulheres agraciadas com o referido Diploma, em sua 15ª premiação ( <b>Ofício nº 1/2015</b> ). ....	18
Do Senador Acir Gurgacz, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 6 a 9 outubro úl- timo. ....	19
Do Senador João Capiberibe, que justifica a não participação de S. Exª em missão nos dias 13 e 14 de no- vembro último ( <b>Memorando nº 104/2015</b> ) .....	19
Do Senador Sérgio Petecão, que justifica a não participação de S. Exª em missão no período de 13 e 14 de novembro último ( <b>Memorando nº 103/2015</b> ).....	20
Do Senador Antonio Anastasia, de participação de S. Exª em missão realizada no período de 17 a 21 de ou- tubro último .....	21
<b>2.2.1.3 – Mensagens da Presidente da República</b>	
Nº 14/2015-CN (nº 526/2015, na origem), que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente a dezembro 2015. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i> .....	21
Nº 521/2015, na origem, que comunica, com a restituição dos respectivos autógrafos, a promulgação Lei nº 152/2015-Complementar proveniente do Projeto de Lei do Senado nº 274/2015-Complementar (nº 124/2015-Com- plementar, na Câmara dos Deputados), em face da rejeição pelo Congresso Nacional do Veto nº 46 de 2015.....	38
<b>2.2.1.4 – Ofícios da Câmara dos Deputados</b>	
Nº 691/2015, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 151/2010.....	38
Nº 692/2015, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 186/2008.....	39
<b>2.2.1.5 – Projetos de Lei do Senado</b>	
Nº 771/2015-Complementar, de autoria da Senadora Ana Amélia, que <i>acrescenta o art. 44-A à Lei Comple- mentar nº 150, de 1º junho de 2015, para dispor sobre a multa por infração à legislação do trabalho doméstico</i> .....	40

Nº 772/2015, de autoria do Senador José Agripino, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica.....	43
Nº 773/2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão.....	46
Nº 774/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, que acrescenta o art. 67-A à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para dispor sobre a devolução das prestações pagas em caso de desfazimento do contrato de promessa de compra e venda de imóveis.....	49
<b>2.2.1.6 – Projeto de Resolução</b>	
Nº 58/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que revoga as alíneas b e c do inciso I do art. 291 do Regimento Interno do Senado Federal, para suprimir a previsão de voto secreto nas deliberações sobre perda de mandato de Senador e para resolver sobre a prisão de Senador.....	53
<b>2.2.1.7 – Abertura de prazo</b>	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 58/2015.....	55
<b>2.2.1.8 – Ofícios de Ministros de Estado</b>	
Nº 294/2015, na origem, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em resposta ao Requerimento nº 620/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.....	55
Nº 259/2015, na origem, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao Requerimento nº 1.083/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.....	55
<b>2.2.2 – Oradores</b>	
SENADOR RONALDO CAIADO – Apelo para que a sociedade se mobilize a favor do <i>impeachment</i> da Presidente Dilma Rousseff, nas manifestações que ocorrerão em diversas cidades brasileiras no próximo dia 13.....	55
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Anúncio da entrega, amanhã, pela Presidente Dilma Rousseff, de 2.992 residências do Programa Minha Casa, Minha Vida a famílias carentes de Boa Vista.....	57
SENADORA ANA AMÉLIA – Necessidade de adoção urgente de medidas de controle inflacionário; e outros assuntos.....	58
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Comentários sobre artigo de José Reinaldo Picanço, que foi Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Amapá, sobre a situação econômica do estado no período de 2011 a 2014.....	61
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Registro de manifestações favoráveis à continuidade do mandato da Presidente da República.....	64
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Preocupação com o aumento dos casos de microcefalia e de síndrome de Guillain-Barré no País.....	68
SENADOR REGUFFE – Manifestação contrária ao posicionamento do partido de S. Ex <sup>a</sup> acerca do <i>impeachment</i> da Presidente da República.....	70
SENADOR BENEDITO DE LIRA, como Líder – Desqualificação dos argumentos utilizados pelo TCU em parecer contrário à aprovação das contas da Presidência da República.....	71
SENADOR IVO CASSOL – Cobrança da liberação da fosfoetanolamina sintética.....	73
SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a possibilidade de revogação da Norma Regulamentadora nº 12, do Ministério do Trabalho, que trata sobre segurança no trabalho.....	76
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Registro da participação de S. Ex <sup>a</sup> na 31ª Assembleia do Parlatino, ocorrida no Panamá.....	78
SENADOR DÁRIO BERGER – Defesa da adoção do sistema parlamentarista de Governo.....	79
SENADOR PAULO PAIM – Esclarecimentos sobre a tramitação de proposições que tratam da desaposentadoria.....	84
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Indignação com a decisão do Governo Federal de fundir o Instituto Nacional da Mata Atlântica a outros três institutos.....	85
SENADOR WALTER PINHEIRO – Alerta para a ocorrência de queimadas na Chapada Diamantina e cobrança da adoção de uma política de defesa civil para prevenção de novos episódios.....	89
<b>2.2.3 – Questão de Ordem</b>	
Suscitada pelo Senador Randolfe Rodrigues e respondida pela Presidência.....	92
<b>2.2.4 – Requerimentos</b>	
Nº 1.399/2015, de iniciativa da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 186/2015.....	95
Nº 1.400/2015, de iniciativa de Líderes, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 384/2015.....	97
Nº 1.401/2015, de iniciativa de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 432/2013.....	101
Nº 1.402/2015, de iniciativa de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 554/2011.....	102

2.3 – ORDEM DO DIA .....	103
<b>2.3.1 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Mensagem nº 76/2015 (nº 423/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura. <b>Aprovada, após Parecer nº 1.141/2015-CRE</b> (votação nominal).....	103
<b>2.3.2 – Requerimento</b>	
Nº 1.403/2015, de iniciativa de Líderes, de calendário especial para à Proposta de Emenda à Constituição nº 99/2015. <b>Aprovado.</b> ....	108
<b>2.3.3 – Apreciação de requerimento</b>	
Nº 1.400/2015, de iniciativa de Líderes. <b>Aprovado.</b> .....	109
<b>2.3.4 – Comunicação</b>	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação do Senador Cassio Cunha Lima como Líder do partido para o exercício de 2016.....	111
<b>2.3.5 – Apreciação de requerimentos</b>	
Nº 1.402/2015, de iniciativa de Líderes. <b>Aprovado.</b> .....	112
Nº 1.401/2015, de iniciativa de Líderes. <b>Aprovado.</b> .....	112
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
<b>2.4.1 – Oradores</b>	
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Indignação com os procedimentos adotados pelo Presidente da Câmara dos Deputados para a constituição da comissão que analisará o processo de <i>impeachment</i> da Presidente da República.....	113
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Apresentação de motivos a favor do processo de impedimento da Presidente da República e defesa do respeito à participação do Congresso Nacional na elaboração de leis orçamentárias.....	115
<b>2.4.2 – Fala da Presidência</b> (Senador Renan Calheiros)	
Respondendo a questão de ordem anteriormente suscitada pelo Senador Lindbergr Farias em relação à apreciação do Requerimento nº 1.355/2015. ....	118
<b>2.4.3 – Oradores (continuação)</b>	
SENADOR BLAIRO MAGGI – Reflexão acerca do processo de <i>impeachment</i> da Presidente da República e alerta para a necessidade de recuperação econômica do País.....	119
2.5 – ENCERRAMENTO.....	125
<b>3 – ATA</b>	
3.1 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2015.....	126
<b><u>SENADO FEDERAL</u></b>	
<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b> .....	128
<b>5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL</b> .....	131
<b>6 – LIDERANÇAS</b> .....	132
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b> .....	134
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b> .....	152
<b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</b> .....	164
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> .....	212
<b><u>CONGRESSO NACIONAL</u></b>	
<b>11 – COMISSÕES MISTAS</b> .....	235
<b>12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> .....	249



SENADO FEDERAL  
Presidência

**ATO DO PRESIDENTE Nº 43, de 2015.**

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão criada pelo Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2015.

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Prorrogar, até 15 de março de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão criada pelo Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2015, e apresentação do anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 08 de Dezembro de 2015.

  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
**Presidente**



# Ata da 221ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 8 de Dezembro de 2015

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidências dos Srs. Renan Calheiros, Elmano Férrer, Dário Berger, Ronaldo Caiado, da Sra Fátima Bezerra, dos Srs. Eduardo Amorim, Garibaldi Alves Filho, Paulo Paim e Magno Malta.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 20 horas e 2 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:



## REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

### Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

#### 221ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 08/12/2015 07:00:00 até 08/12/2015 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X

Emissão 08/12/2015 20:30:31



Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	
PP	AC	Gladson Cameli	X	
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PSD	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	
PMDB	PA	Jader Barbalho	X	
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	
PR	ES	Magno Malta	X	
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
PDT	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Moraes	X	
PDT	MG	Zezé Perrella	X	X

*Compareceram 65 senadores.*



**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, que vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

## **REQUERIMENTOS**

### **REQUERIMENTO Nº1398 DE 2015**

Requeremos, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 178/2012, que *altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para dar ampla transparência aos dados fiscais dos contribuintes*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Transparência e Governança Pública.

Sala das Sessões, 19 de novembro de 2015.

**Senador Paulo Bauer**  
**Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública**

**Senador João Capiberibe**  
**Vice-Presidente da Comissão de Transparência e Governança Pública**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.)



## **SENADO FEDERAL**

### **REQUERIMENTO**

### **Nº 1.404, DE 2015**

Requeiro, nos termos do Art. 222 do Regimento Interno, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao empresário José Santos de Oliveira, eleito no dia 03 de dezembro, quinta-feira passada, empresário do ano de 2015, pela Associação Comercial do Pará.

Requeiro, ainda, que este voto seja encaminhado:

- À família do homenageado;
- À diretoria da Associação Comercial do Pará.

#### **JUSTIFICATIVA**

Presidente e fundador do Grupo Formosa e Presidente da Associação Paraense de Supermercados (ASPAS), José de Oliveira, recebeu, na quinta-feira passada, o título de empresário do ano de 2015.

O prêmio é concedido pela Associação Comercial do Pará (ACP) aos empresários que mais se destacaram ao longo do ano na geração de emprego e renda, pagamento de impostos e ampliação do empreendimento.

José Oliveira se considera um português paraense. Chegou ao Pará aos 18 anos ao lado de sua esposa Maria Oliveira e iniciou, há 40 anos, o seu 1º empreendimento em Belém, uma doceria chamada Formosa. O empreendimento se transformou em um dos maiores grupos de supermercados do Pará, que em 2003 alcançou a primeira colocação do Brasil em produtividade por loja.

2

A Família Oliveira comemora os 40 anos de sucesso do empreendimento Formosa, embalados pelo título de organização supermercadista mais eficiente do Brasil.

Este meu Voto é extensivo a toda sua família: à sua mulher, a Sra. Maria de Oliveira e aos filhos Rogério, Paulo e Américo. Parabéns!

Sala das Sessões em,

Senador **FLEXA RIBEIRO**

*(Encaminhe-se)*

## REQUERIMENTO Nº 1405, DE 2015

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, informações sobre as obras na BR 319.

Nesses termos, requisita-se informações sobre:

1. a trafegabilidade da rodovia (se há tráfego e em quais trechos);
2. a existência de previsão orçamentária para a conclusão da obra;
3. o cronograma de execução; e
4. a existência de licença ambiental.

### JUSTIFICAÇÃO

As obras na BR 319 têm sofrido atrasos decorrentes de vários fatores e, com isso, trazido dificuldades de escoamento da produção da região norte.

A rodovia é a única ligação entre Manaus/AM e Boa Vista/RR a Porto Velho/RO e ao restante do Brasil e sua recuperação é um anseio não só das indústrias da região, como também de toda a sociedade que vê nesta rodovia o fim do isolamento.

Enfim, será grande o benefício socioeconômico que trará a reabertura dessa via, favorecendo a inclusão social e redução das desigualdades que sofrem as populações que habitam sua área de influência.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 2015.

**Senador Gladson Cameli**  
**(PP - AC)**

*(À Mesa para decisão)*

## COMUNICAÇÕES



SENADO FEDERAL

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 140/2015 – GLDBAG

Brasília, 08 de dezembro de 2015

*Faça-se a  
substituição  
solicitada  
Em 08/12/2015*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o **Senador Telmário Mota** como suplente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em substituição ao **Senador Deldício do Amaral**, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

**Senador Humberto Costa**

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor  
**Senador Renan Calheiros**  
Presidente do Senado Federal

Recebido em 8, 12, 15  
Hora: 13:15   
Gustavo Costa Soares - Matr. 256022  
SCLSP/SGM





**Câmara dos Deputados  
Partido dos Trabalhadores  
Gabinete da Liderança**



Façam-se as substituições solicitadas.

Em 28/12/2015.

**OF nº 825/GAB-LidPT**

Brasília - DF, 08 de dezembro de 2015.

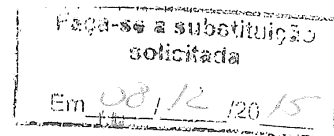
A Sua Excelência o Senhor  
**RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

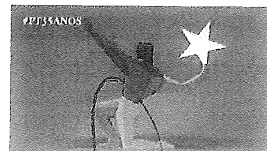
Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os deputados AFONSO FLORENCE - PT/BA em substituição ao deputado SIBÁ MACHADO - PT/AC e como membros suplentes os deputados CAETANO - PT/BA e JOSÉ AIRTON - PT/CE em substituição ao deputado ALESSANDRO MOLON - REDE/RJ e a deputada BENEDITA DA SILVA - PT/RJ, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 698 que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

Atenciosamente,

**Dep. Sibá Machado - PT/AC**  
Líder da Bancada



**Câmara dos Deputados  
Partido dos Trabalhadores  
Gabinete da Liderança**



**OF nº 792/GAB-LidPT**

Brasília - DF, 08 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro titular o deputado AFONSO FLORENCE - PT/BA em substituição aos deputado SÁGUAS MORAES - PT/MT que passa a condição de suplente, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 699 " que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro".

Atenciosamente,

**Dep. Sibá Machado - PT/AC**  
Líder da Bancada



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

A publicação  
Em 08 / 12 / 20 15

Ofício nº 003/MPV 692-2015

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

Senhor Presidente,

Comunico que designei o Senador ACIR GURGACZ relator da Medida Provisória nº 692, de 2015, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, nos termos do § 5º do art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002.

Respeitosamente,

Deputado Gabriel Guimarães  
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL  
CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

OF. LUTZ nº 001/2015

A Publicação  
Em 8/12/2015

*Senador Vitorino*  
*1º Secretário*

Brasília, 08 de dezembro de 2015

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunica escolha de agraciadas ao Conselho do Diploma Bertha Lutz**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência que o Conselho do Diploma Bertha Lutz, em sua 1ª reunião de 2015, realizada nesta data, após apreciar os currículos com indicações ao prêmio, escolheu as 05 (cinco) personalidades que serão agraciadas com o referido Diploma, em sua 15ª premiação, a saber:

- ✓ ELLEN GRACIE
- ✓ LUCIA REGINA ANTONY
- ✓ LUIZA HELENA BAIROS
- ✓ LYA LUFT
- ✓ MARCO AURÉLIO DE MELLO

Respeitosamente,

*Simone Tebet*

Senadora Simone Tebet  
Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

*recebido  
João Pedro  
Carvalho  
8/12/2015  
às 15:04*

A Presidência do Senado Federal recebeu Expediente do Senador Acir Gurgacz, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação no Fórum, de Agronegócio do BRICs, realizado em Moscou, Rússia, no período de 6 a 9 de outubro de 2015, nos termos do **Requerimento nº 1.134, de 2015**.

O Requerimento vai ao Arquivo

**Memorando nº 104/2015** do Senador João Capiberibe, por meio do qual comunica a impossibilidade de participar da 40ª Conferência Internacional de Solidaridad y Apoyo com el Pueblo Saharaui, que se realizou em Madrid, Espanha, nos dias 13 e 14 de novembro de 2015, conforme **Requerimento nº 1.103, de 2015**.

O Expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao arquivo.

É o seguinte o Memorando:



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador João Capiberibe

Memorando Nº. 104/2015-GSJCAP

Brasília, 08 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Renan Calheiros**  
Presidente do Senado Federal

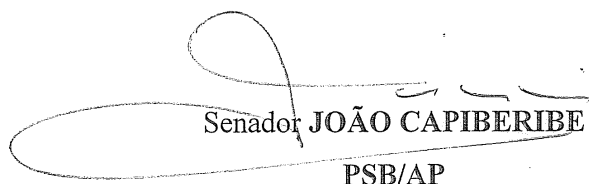
*7ª publicação.  
Em 8/12/2015  
[assinatura]*

Assunto: **Justificativa**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Informo que a viagem agendada para o 40º EUCOCO em Madrid, na Espanha, nos dias 13 e 14 de novembro de 2015, não foi realizada em virtude de compromissos de última hora em Brasília.

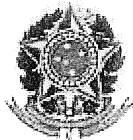
Atenciosamente,

  
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**  
PSB/AP

**Memorando nº 103, de 2015**, do Senador Sérgio Petecão, referente ao **Requerimento nº 1.118, de 2015**, por meio do qual comunica o não comparecimento à 133ª Assembleia da União Interparlamentar, ocorrida entre os dias 17 a 21 de outubro do corrente ano, em Genebra, Suíça.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Memorando:



SENADOR SÉRGIO PETECÃO

Memorando nº. 103/2015-GSSPET

Brasília, 08 de dezembro de 2015.

Exmº. Sr.  
**Senador RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

*A publicação*  
*Em 08/12/2015*  
*C. C. C.*  
*Gonçalves Alves Filho*

Assunto: Informa não realização de viagem oficial a Genebra, Suíça.

Senhor Presidente,

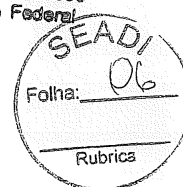
Cumprimentando cordialmente V. Exª., tomo a liberdade de informar-lhe que, tendo sido designado pelo Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para integrar a delegação brasileira como representante do Senado Federal na 133ª Assembleia da União Interparlamentar, realizada em Genebra, Suíça, no período compreendido entre os dias 17 a 21 de outubro passado, cujo expediente regimental foi devidamente aprovado pelo Plenário desta Casa (RQS nº 1.118, de 2015), não pude me fazer presente ao evento, como de fato gostaria, devido a compromissos inadiáveis supervenientemente agendados.

Certo de poder contar com vossa prestimosa atenção, subscrevo-me,

Atenciosamente.

Senador Sérgio Petecão  
PSD/AC

*Juliana Velez Barbosa*  
Matricula: 230066  
Senado Federal





A Presidência do Senado Federal recebeu o Expediente, do Senador Antônio Anastasia, por meio do qual relata participação na Reunião do Programa líderes Brasileiros, em Madrid, Espanha, no período de 22 a 28 de novembro de 2015, conforme o Requerimento nº 1.276, de 2015.

O Requerimento vai ao Arquivo.

### **MENSAGENS DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

**Mensagem nº 14 de 2015-CN** (Mensagem nº 526/2015, na origem) que encaminha, em cumprimento à Lei 13.080/15, art. 52, §6º, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente a dezembro de 2015.

São as seguintes a mensagem e a exposição de motivos:



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **MENSAGEM Nº 14 DE 2015-CN**

**(Mensagem nº 526 de 2015, na origem)**

Encaminha, em cumprimento à Lei 13.080/2015, art. 52, § 6º, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao mês de dezembro de 2015.

#### **ROL DE DOCUMENTOS:**

- Mensagem
- Relatório
- Exposição de Motivos

Mensagem nº 526

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 5º do art. 51 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao mês de dezembro, conforme o § 6º do art. 52 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 3 de dezembro de 2015.



EMI nº 00210/2015 MP MF



Brasília, 3 de Dezembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



1. Em cumprimento aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em 20 de novembro de 2015, o Poder Executivo publicou o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre, considerando os dados realizados, em sua maioria, até outubro de 2015 e parâmetros macroeconômicos atualizados.
2. Naquela ocasião, dada a meta de superávit primário, vigente à época, de R\$ 55,3 bilhões, para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, constante da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 - LDO-2015, indicou-se a necessidade de redução adicional dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 107,1 bilhões, dos quais R\$ 105,4 bilhões caberiam ao Poder Executivo e R\$ 1,7 bilhão, aos Demais Poderes, DPU e MPU. Entretanto, no Relatório em questão foi demonstrado que, do corte indicado para o Poder Executivo, seria factível a efetivação de R\$ 11,2 bilhões, sendo R\$ 10,7 incidentes sobre as despesas discricionárias, exceto Emendas Impositivas, e o restante sobre essas Emendas.
3. O referido relatório, todavia, informava sobre a perspectiva de reestabelecimento dos limites contingenciamentos na hipótese de aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei - PLN nº 5/2015, que propunha a alteração da meta de resultado primário constante da LDO-2015.
4. Em decorrência da aprovação do referido PLN, foi publicada a Lei nº 13.199, de 3 de dezembro de 2015, que, entre outras disposições, alterou a meta de resultado primário para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, de um superávit de R\$ 55,3 bilhões, para um déficit de R\$ 51,8 bilhões. Dessa forma, a meta de resultado primário do OFSS foi reduzida em R\$ 107,1 bilhões.
5. Nesse sentido, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 52 da LDO-2015, que permite o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira, a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 4º do art. 52 em questão ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos orçamentários dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União – MPU e Defensoria Pública da União – DPU, foi empreendida nova avaliação, a qual manteve as projeções apresentadas no Relatório do 5º bimestre, dado o curto prazo decorrido entre sua divulgação, dia 20 de novembro de 2015, e a publicação do presente Relatório.
6. Desse modo, dada a aprovação do PLN nº 5/2015, convertido na Lei nº 13.199, de 03 de dezembro de 2015, e a manutenção das projeções das receitas primárias e das despesas obrigatórias constantes do Relatório de Avaliação do 5º bimestre, mostra-se possível a reversão das reduções dos limites de empenho e movimentação financeira indicadas pelo referido Relatório, conforme tabela abaixo:

Discriminação	R\$ milhões
	Variações em relação à Avaliação do 5º Bimestre
1. Receita Primária Total	0,0
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	0,0
<b>3. Receita Líquida de Transferências (1-2)</b>	<b>0,0</b>
4. Despesas Obrigatórias	0,0
5. Alteração da Meta pela Lei 13.199/2015	(107.103,4)
<b>6. Despesas Discricionárias (3-4-5)</b>	<b>107.103,4</b>

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

7. No entanto, a limitação efetivada foi de R\$ 12,9 bilhões, dos quais R\$ 11,2 bilhões couberam ao Poder Executivo e R\$ 1,7 bilhão, aos Demais Poderes, ao MPU e à DPU. Desse modo, no Relatório ora encaminhado, indica-se o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira nesses valores, conforme demonstra tabela abaixo:

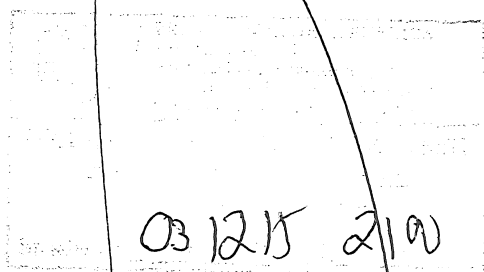
Discriminação	R\$ milhões	
	Recomposição em relação à Avaliação do 5º Bimestre	Recomposição em relação ao efetivado 5º Bimestre
<b>Despesas discricionárias</b>	107.103,4	12.888,2
Poder Executivo	105.367,1	11.151,9
Demais Poderes, MPU e DPU	1.736,3	1.736,3

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

8. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias extemporâneo, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 52, da LDO-2015, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho, Joaquim Vieira Ferreira Levy*





# **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS**

**Dezembro de 2015**

Brasília-DF

Dezembro/2015



---

**Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015**

---

O **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS EXTEMPORÂNEO** é uma publicação em cumprimento ao disposto nos §§ 4º e 6º do art. 52 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

Secretaria de Orçamento Federal (\*)

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Secretaria do Tesouro Nacional

Secretaria de Receita Federal do Brasil

Secretaria de Política Econômica

*(\*) Coordenação Técnica*

**Distribuição Eletrônica**

[http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/orcamentos\\_anuais\\_view?anoOrc=2015](http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2015)

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

---

BRASIL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias: Dezembro de 2015.  
**Secretaria de Orçamento Federal.** Brasília. Dezembro de 2015.

---

---

**Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015**

---

**MENSAGEM AOS MINISTROS**

Brasília, de dezembro de 2015.

1. Este documento foi preparado em cumprimento aos §§ 4º e 6º do art. 52 da **Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, LDO-2015**.
2. O Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas do 5º bimestre, indicou a necessidade de redução adicional dos limites de empenho e movimentação financeira, em relação aos limites apurados no bimestre anterior, em R\$ 107,1 bilhões, dos quais R\$ 105,4 bilhões caberiam ao Poder Executivo e R\$ 1,7 bilhão, aos Demais Poderes, DPU e MPU.
3. Também foi demonstrado que, do corte indicado para o Poder Executivo, seria factível a efetivação de R\$ 11,2 bilhões, sendo R\$ 10,7 incidentes sobre as despesas discricionárias, exceto Emendas Impositivas, e o restante sobre essas Emendas. O Decreto 8.580, de 27 de novembro de 2015 operacionalizou essa redução de R\$ 11,2 bilhões nos limites de empenho e movimentação financeira do Poder Executivo.
4. A recente aprovação do PLN nº 5/2015, convertido na Lei nº 13.199 de 03 de dezembro de 2015, alterou a LDO-2015 reduzindo a meta de resultado primário para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, de R\$ 55,3 bilhões positivos para R\$ 51,8 bilhões negativos. Ou seja, a meta de resultado primário do OFSS foi reduzida em R\$ 107,1 bilhões.
5. Com essa nova meta de resultado primário e mantidas as projeções das receitas e despesas primárias apresentadas no Relatório do 5º Bimestre, mostra-se possível a reversão da indicação de redução dos limites de empenho e movimentação financeira contida no referido Relatório.
6. Essa situação está de acordo com a autorização contida no § 6º do art. 52 da LDO-2015, que permite o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira, a qualquer tempo, exigindo, nesse caso, que seja elaborado e encaminhado relatório, de acordo com § 4º do art. em questão. Esse parágrafo determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório, que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções de receitas e despesas primárias. Esse é o conteúdo do documento ora apresentado.

Respeitosamente,

**Esther Dweck**  
Secretária de Orçamento Federal

**Marcelo Barbosa Saintive**  
Secretário do Tesouro Nacional

---

---

**Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015**

---

**ÍNDICE GERAL**

<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>5</b>
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>6</b>
<b>1. DISPOSIÇÕES LEGAIS</b>	<b>7</b>
<b>2. HISTÓRICO</b>	<b>7</b>
<b>3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>4. DISTRIBUIÇÃO DA AMPLIAÇÃO DOS LIMITES (LDO-2015, art. 52, §§ 1º e 2º)</b>	<b>11</b>
<b>5. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (CF, art. 166, §§ 9º, 11 e 17)</b>	<b>11</b>

---

---

**Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015**

---

**LISTA DE TABELAS**

<i>Tabela 1: Resultado desta Avaliação</i>	9
<i>Tabela 2: Demonstrativo restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira</i>	10
<i>Tabela 3: Demonstrativo resumido do Resultado Primário</i>	10
<i>Tabela 4: Distribuição da ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira entre os Poderes, o MPU e a DPU</i>	11
<i>Tabela 5: Cálculo Disponibilidade Emendas Impositivas Individuais</i>	12
<i>Tabela 6: Disponibilidade Emendas Impositivas Individuais por Poder, MPU e DPU</i>	12

## Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015

### SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ADCT</b>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	<b>IPI-EE:</b>	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
<b>ANA</b>	Agência Nacional de Águas	<b>IPO</b>	Initial Public Offering
<b>CDE:</b>	Conta de Desenvolvimento Energético	<b>IR:</b>	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
<b>CIDE:</b>	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	<b>IRB</b>	Instituto de Resseguros do Brasil
<b>COFINS:</b>	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	<b>IRPF:</b>	Imposto sobre a Renda - Pessoa Física
<b>CF</b>	Constituição Federal	<b>IRPJ:</b>	Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica
<b>CMO:</b>	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	<b>IRRF:</b>	Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
<b>CN</b>	Congresso Nacional	<b>ITCMD</b>	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	<b>ITR:</b>	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
<b>COMPREV:</b>	Compensação Previdenciária	<b>LDO:</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>CSLL:</b>	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	<b>LOA:</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>DEST:</b>	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais	<b>LRF:</b>	Lei de Responsabilidade Fiscal
<b>DPU:</b>	Defensoria Pública da União	<b>MF:</b>	Ministério da Fazenda
<b>EI</b>	Emendas Impositivas	<b>MP:</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>FDA, FDNE e</b>	Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste	<b>MPU:</b>	Ministério Público da União
<b>FDCO</b>		<b>MPV</b>	Medida Provisória
<b>FGTS:</b>	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	<b>PASEP:</b>	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
<b>FPE:</b>	Fundo de Participação dos Estados	<b>PGFN:</b>	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
<b>FPM:</b>	Fundo de Participação dos Municípios	<b>PIB:</b>	Produto Interno Bruto
<b>FUNDAF:</b>	Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	<b>PIS:</b>	Programa de Integração Social
<b>FUNDEB:</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação	<b>PLOA:</b>	Projeto de Lei Orçamentária Anual
<b>IER:</b>	Índice Específico de Receita	<b>RCL:</b>	Receita Corrente Líquida
<b>IGP-DI:</b>	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna	<b>REFIS:</b>	Programa de Recuperação Fiscal
<b>INB</b>	Indústrias Nucleares do Brasil	<b>RFB:</b>	Secretaria da Receita Federal do Brasil
<b>IPCA:</b>	Índice de Preços ao Consumidor - Amplo	<b>RGPS:</b>	Regime Geral de Previdência Social
<b>IPCA-E</b>	Índice de Preços ao Consumidor – Amplo Especial	<b>RP:</b>	Identificador de Resultado Primário
<b>IPVA</b>	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	<b>SELIC:</b>	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
<b>IOF:</b>	Imposto sobre Operações Financeiras	<b>SIMPLES:</b>	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
<b>IPI:</b>	Imposto sobre Produtos Industrializados	<b>SOF:</b>	Secretaria de Orçamento Federal
		<b>SPE:</b>	Secretaria de Política Econômica
		<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
		<b>STN:</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
		<b>TR</b>	Taxa Referencial

---

**Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015**

---

**1. DISPOSIÇÕES LEGAIS**

1. O § 6º do art. 52 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, LDO-2015, permite o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira, a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 4º do art. 52 em questão ser divulgado na internet e encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos orçamentários dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU.

2. O relatório referido § 4º do art. 52 deverá conter:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais, ambos da LDO-2015;

c) a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II da LDO-2015, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação; e

f) a justificativa dos desvios ocorridos em relação às projeções realizadas nos relatórios anteriores.

**2. HISTÓRICO**

3. A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual de 2015, LOA-2015, foi publicada no dia 22 de abril de 2015, posteriormente ao prazo legal para envio do Relatório de avaliação das receitas e despesas primárias relativo ao primeiro bimestre aos Demais Poderes, ao MPU e à DPU, estabelecido pelo § 4º do art. 52 da LDO-2015. Dessa forma, o relatório não foi elaborado, pois não havia como analisar a variação da reestimativa de receitas e despesas, tendo em vista a não aprovação da lei orçamentária, e nem havia medidas a serem tomadas na ocasião, já que o orçamento só podia ser executado apenas para as despesas autorizadas no art. 53 da LDO-2015, as quais integravam a programação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

4. Encerrado o 2º bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF, procedeu-se à revisão das estimativas das receitas e despesas primárias, considerando-se parâmetros macroeconômicos atualizados e dados realizados até abril de 2015, em sua maioria. O resultado dessa avaliação indicou a necessidade de redução dos limites de empenho e de movimentação financeira, no montante de R\$ 70.881,1 milhões, para todos os Poderes. Os

---

**Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015**

---

resultados dessa avaliação foram operacionalizados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015<sup>1</sup>.

5. Findo o 3º bimestre de 2015, procedeu-se à reavaliação, nos moldes daquela feita para o 2º bimestre, com dados realizados, em sua maioria, até junho de 2015 e parâmetros macroeconômicos atualizados. Os resultados dessa reavaliação mostraram a necessidade de redução de R\$ 8,6 bilhões nos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, do MPU e da DPU, em relação aos limites apurados no bimestre anterior, considerando, à época, a meta de resultado primário proposta no PLN nº 5/2015, o que totalizou uma redução de R\$ 79,5 bilhões no ano. Nesse sentido, no âmbito do Poder Executivo, os resultados da avaliação do 3º bimestre foram operacionalizados pelo Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015<sup>2</sup>.

6. Ao fim do 4º bimestre de 2015, foi realizada reavaliação, nos moldes daquela feita para o 3º bimestre, com dados realizados, em sua maioria, até agosto de 2015 e parâmetros macroeconômicos atualizados, sem prejuízo da sinalização de que certas receitas dependia de condições de mercado para a sua concretização. Os resultados dessa reavaliação mostraram a possibilidade de manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes, do MPU e da DPU, em relação aos limites apurados no bimestre anterior. No âmbito do Poder Executivo, os resultados da avaliação do quarto bimestre foram operacionalizados pelo Decreto nº 8.532, de 30 de setembro de 2015<sup>3</sup>.

7. Encerrado o 5º bimestre, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias, considerando os dados realizados, em sua maioria, até outubro de 2015 e parâmetros macroeconômicos atualizados. Dada a meta de resultado primário constante da LDO-2015 vigente à época para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, de R\$ 55,3 bilhões de superávit, indicou-se a necessidade de redução adicional dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 107,1 bilhões, dos quais R\$ 105,4 bilhões caberiam ao Poder Executivo e R\$ 1,7 bilhão, aos Demais Poderes, DPU e MPU. No Relatório em questão foi demonstrado que, do corte indicado para o Poder Executivo, seria factível a efetivação de R\$ 11,2 bilhões, sendo R\$ 10,7 incidentes sobre as despesas discricionárias, exceto Emendas Impositivas, e o restante sobre essas Emendas. O Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015<sup>4</sup> operacionalizou essa redução de R\$ 11,2 bilhões nos limites de empenho e movimentação financeira do Poder Executivo.

### **3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO**

8. O PLN nº 5/2015 foi aprovado no Congresso Nacional e convertido na Lei nº 13.199, de 03 de dezembro de 2015. Essa Lei alterou a LDO-2015 reduzindo a meta de resultado primário para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, de

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos-decretos/decretos-programacao-orcamentaria-financeira>.

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos-decretos/decretos-programacao-orcamentaria-financeira>.

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos-decretos/decretos-programacao-orcamentaria-financeira>.

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos-decretos/decretos-programacao-orcamentaria-financeira>.

---

### Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015

de superávit de R\$ 55,3 bilhões, para déficit R\$ 51,8 bilhões. Dessa forma, a meta de resultado primário OFSS foi reduzida em R\$ 107,1 bilhões.

9. Sobre a reavaliação das estimativas de receitas e despesas primárias, requeridas pelo § 4º, do art. 52 da LDO-2015, são mantidas as projeções apresentadas no Relatório do 5º bimestre, dado o curto prazo decorrido entre sua divulgação, dia 20 de novembro de 2015, e a publicação do presente Relatório.

10. Desse modo, dada a aprovação do PLN nº 5/2015, convertido na Lei nº 13.199, de 03 de dezembro de 2015, e a manutenção das projeções das receitas primárias e das despesas obrigatórias constantes do Relatório de Avaliação do 5º bimestre, mostra-se possível a reversão das reduções dos limites de empenho e movimentação financeira indicadas pelo referido Relatório, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1: Resultado desta Avaliação**

Discriminação	R\$ milhões
	<b>Variações em relação à Avaliação do 5º Bimestre</b>
1. Receita Primária Total	0,0
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	0,0
<b>3. Receita Líquida de Transferências (1-2)</b>	<b>0,0</b>
4. Despesas Obrigatórias	0,0
5. Alteração da Meta pela Lei 13.199/2015	(107.103,4)
<b>6. Despesas Discricionárias (3-4-5)</b>	<b>107.103,4</b>

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

11. No entanto, a limitação efetivada foi de R\$ 12,9 bilhões, dos quais R\$ 11,2 bilhões couberam ao Poder Executivo e R\$ 1,7 bilhão, aos Demais Poderes, ao MPU e à DPU. Desse modo, no presente Relatório, indica-se o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira nesses valores, conforme demonstra tabela abaixo:



## Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015

**Tabela 2: Demonstrativo restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira**

Discriminação	R\$ milhões	
	Recomposição em relação à Avaliação do 5º Bimestre	Recomposição em relação ao efetivado 5º Bimestre
<b>Despesas discricionárias</b>	107.103,4	12.888,2
Poder Executivo	105.367,1	11.151,9
Demais Poderes, MPU e DPU	1.736,3	1.736,3

Fonte/Elaboração: SOF/MP

12. Observa-se que a reversão da redução dos limites de empenho e movimentação financeira indicada na Avaliação do 5º Bimestre, implicam no retorno desses limites aos níveis estabelecidos pela Avaliação do 4º Bimestre<sup>5</sup>.

13. Dessa forma, a evolução da estimativa do Resultado Primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social- OFSS, a partir do 5º bimestre, pode ser observada na tabela abaixo:

**Tabela 3: Demonstrativo resumido do Resultado Primário**

Discriminação	R\$ milhões				
	Avaliação do 5º Bimestre (*) (a)	Efetivado 5º Bimestre (**) (b)	Avaliação Extemporânea Dezembro (c)	Variações em relação à Avaliação do 5º Bimestre	Variações em relação ao efetivado no 5º Bimestre
1. Receita Primária Total	1.260.310,2	1.260.310,2	1.260.310,2	0,0	0,0
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	203.618,1	203.618,1	203.618,1	0,0	0,0
<b>3. Receita Líquida de Transferências (1-2)</b>	<b>1.056.692,1</b>	<b>1.056.692,1</b>	<b>1.056.692,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
4. Despesas Obrigatórias (***)	861.612,5	861.612,5	861.612,5	0,0	0,0
<b>5. Despesas discricionárias</b>	<b>139.800,6</b>	<b>234.015,8</b>	<b>246.904,0</b>	<b>107.103,4</b>	<b>12.888,2</b>
5.1. Poder Executivo	128.552,2	222.767,5	233.919,3	105.367,1	11.151,9
5.2. Demais Poderes (****)	11.248,3	11.248,3	12.984,7	1.736,3	1.736,3
<b>6. Resultado Primário (3-4-5)</b>	<b>55.279,0</b>	<b>(38.936,2)</b>	<b>(51.824,4)</b>	<b>(107.103,4)</b>	<b>(12.888,2)</b>

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(\*) Considera o corte de R\$ 107,1 bilhões nas discricionárias de todos os Poderes, como indicado no Relatório do 5º Bimestre.

(\*\*) Considera o corte efetivado, de R\$ 11,2 bilhões no Poder Executivo e de R\$ 1,7 bilhão para os Demais Poderes, MPU e DPU.

(\*\*\*) Considera R\$ 48,6 milhões de créditos dos Demais Poderes à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios e despesas obrigatórias.

(\*\*\*\*) Exclui R\$ 48,6 milhões de créditos dos Demais Poderes à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios e despesas obrigatórias.

<sup>5</sup> Exceto pelos créditos aos Demais Poderes, MPU e DPU relativos às despesas obrigatória e por aqueles à conta de excesso de arrecadação de recursos próprios financeiros e não -financeiros, conforme determina o § 13º do art 52 da LDO-2015.

## Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015

### 4. DISTRIBUIÇÃO DA AMPLIAÇÃO DOS LIMITES (LDO-2015, art. 52, §§ 1º e 2º)

14. Considerando a manutenção das estimativas das receitas primárias, líquidas das transferências aos entes subnacionais por repartição de receitas em relação às mesmas projeções apresentadas no Relatório do 5º Bimestre, a base contingenciável permanece a mesma apresentada em tal Relatório. Desse modo, o restabelecimento dos limites indicado na presente avaliação segue a mesma proporção da redução apresentada na avaliação anterior, conforme abaixo:

**Tabela 4: Distribuição da ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira entre os Poderes, o MPU e a DPU**

R\$ 1,00

Poderes, MPU e DPU	Base Contingenciável	Participação %	Variação
Poder Executivo	190.171.054.239	98,38	105.367.103.005
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	3.133.785.713	1,62	1.736.320.616
Câmara dos Deputados	248.039.820	0,13	137.430.154
Senado Federal	65.174.156	0,03	36.110.711
Tribunal de Contas da União	112.296.000	0,06	62.219.270
Supremo Tribunal Federal	61.517.516	0,03	34.084.695
Superior Tribunal de Justiça	84.141.377	0,04	46.619.782
Justiça Federal	619.216.390	0,32	343.086.057
Justiça Militar da União	18.012.181	0,01	9.979.917
Justiça Eleitoral	482.826.891	0,25	267.517.425
Justiça do Trabalho	485.070.938	0,25	268.760.773
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	74.116.582	0,04	41.065.395
Conselho Nacional de Justiça	138.930.850	0,07	76.976.705
Defensoria Pública da União	48.950.000	0,03	27.121.476
Ministério Público da União	689.053.094	0,36	381.780.122
Conselho Nacional do Ministério Público	6.439.918	0,00	3.568.133
<b>Total</b>	<b>193.304.839.952</b>	<b>100,0</b>	<b>107.103.423.620</b>

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

15. Convém esclarecer, que, como o Poder Executivo efetivou limitação de empenho e movimentação financeira inferior à indicada no Relatório de Avaliação do 5º Bimestre, conforme Decreto nº 8.580, de 27 de novembro de 2015, o restabelecimento de seus limites se dará na mesma medida do corte realizado por meio desse Decreto, que foi de R\$ 11,2 bilhões.

### 5. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS (CF, art. 166, §§ 9º, 11 e 17)

16. O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira indicados no presente Relatório implicará o retorno desses limites aos níveis estabelecidos imediatamente após a Avaliação do 4º Bimestre. Desse modo, como as variações nos limites das Emendas Parlamentares Individuais para todos os Poderes são proporcionais às variações dos limites de empenho e movimentação financeira, os valores das Emendas Parlamentares

### Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – Dezembro de 2015

Individuais ficam de acordo com Relatório de Avaliação do 4º Bimestre, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

**Tabela 5: Cálculo Disponibilidade Emendas Impositivas Individuais**

R\$ 1,00

Descrição	Valores
A. Contingenciamento Total até dezembro/2015	79.481.051.776
B. Despesas RP 2, 3 e 6 de todos os Poderes (*)	200.562.226.607
<b>C. Proporção Contingenciamento sobre as despesas RP 2, 3 e 6 de todos os Poderes (A/B)</b>	<b>39,63%</b>
D. Total de Emendas Parlamentares Individuais de execução obrigatória em 2015 (1,2% da RCL-2014)	7.698.938.368
<b>E. Contingenciamento das Emendas Parlamentares Individuais (C * D)</b>	<b>3.051.021.767</b>
F. Emendas Individuais Disponíveis (D -E)	4.647.916.601

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(\*) Considera ajuste de RP, de 1 para 2, no valor de R\$ 16,0 milhões, feito pela Portaria SOF nº 18, de 08 de maio de 2015, publicada na Seção 1 do DOU de 11 de maio de 2015.

**Tabela 6: Disponibilidade Emendas Impositivas Individuais por Poder, MPU e DPU**

R\$ 1,00

Poderes	(A) LOA 1,2% da RCL do PLOA-2015	(B) Execução Obrigatória 1,2% da RCL de 2014	(C) Corte de 39,63% sobre as EI de Execução Obrigatória	Disponível (D)=(B)-(C)
Legislativo	0	0	0	0
Judiciário	40.410.900	32.134.486	12.734.615	19.399.871
MPU	40.206.900	31.972.267	12.670.329	19.301.938
DPU	6.750.000	5.367.556	2.127.116	3.240.441
Executivo	9.594.474.541	7.629.464.059	3.023.489.708	4.605.974.351
<b>TOTAL</b>	<b>9.681.842.341</b>	<b>7.698.938.368</b>	<b>3.051.021.767</b>	<b>4.647.916.601</b>

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

O inteiro teor da matéria pode ser encontrado na consulta à sua tramitação, no sítio do Senado.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Calendário de tramitação da MCN 14/2015 (art. 120, Res. 1 de 2006-CN)

Leitura: 08/12/2015

Até 13/12/2015 prazo para publicação da matéria;

Até 07/02/2016 prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;

Até 16/02/2016 prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo; e

Até 23/02/2016 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A Presidência recebeu a **Mensagem nº 521 de 2015** da Senhora Presidente da República, que restitui autógrafos e comunica a promulgação da Lei nº 152, de 3 de dezembro de 2015 - Complementar, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do **Veto nº 46 de 2015**, total, aposto ao **Projeto de Lei do Senado nº 274 de 2015 - Complementar** (nº 124 de 2015 - Complementar, na Câmara dos Deputados).

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

### OFÍCIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



### CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 691/2015/PS-GSE

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, por esta Casa, o Projeto de Lei nº 4.701, de 2012, do Senado Federal (PLS nº 151, de 2010, na Casa de origem), que "Institui o Dia Nacional de Doação de Leite Humano e a Semana Nacional de Doação de Leite Humano, a serem comemorados anualmente."

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 08.12.15.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Beto Mansur, com uma linha decorativa curva abaixo do nome.

Deputado BETO MANSUR  
Primeiro-Secretário



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 692/2015/PS-GSE

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador VICENTINHO ALVES  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, por esta Casa, o Projeto de Lei nº 5.954, de 2013, do Senado Federal (PLS nº 186, de 2008, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a avaliação na educação indígena".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 08.12.15.

Atenciosamente,



Deputado BETO MANSUR  
Primeiro-Secretário

Recebido em 8/12/15  
Hora: 16:38  
Juliana Amorim - Matr. 302809

## PROJETOS DE LEI DO SENADO



## SENADO FEDERAL

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 771, DE 2015**  
**(Complementar)**

Acrescenta o art. 44-A à Lei Complementar nº 150, de 1º junho de 2015, para dispor sobre a multa por infração à legislação do trabalho doméstico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 150, de 1º junho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 44-A:

**“Art. 44-A.** As multas e os valores fixados para as infrações previstas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, aplicam-se, no que couber, às infrações ao disposto nesta Lei.

§ 1º A gravidade será aferida considerando-se o tempo de serviço do empregado, a idade, o número de empregados e o tipo da infração.

§ 2º A multa pela falta de anotação da data de admissão e da remuneração do empregado doméstico na Carteira de Trabalho e Previdência Social será elevada em pelo menos 100% (cem por cento).

§ 3º O percentual de elevação da multa de que trata o § 2º deste artigo poderá ser reduzido se o tempo de serviço for reconhecido voluntariamente pelo empregador, com a efetivação das anotações pertinentes e o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.964, de 8 de abril de 2014, ao acrescentar o art. 6-E e parágrafos, modificou a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, dispondo acerca da multa por infração à legislação do trabalho doméstico.

Não obstante, a Lei Complementar (LC) nº 150, de 1º junho de 2015, ao regulamentar o contrato de trabalho no âmbito doméstico, acabou revogando, em sua inteireza, a Lei nº 5.859, de 1972, o que pressupõe, a toda evidência, a revogação automática da Lei nº 12.964, de 2014, que anteriormente havia introduzido o art. 6-E no ordenamento jurídico.

Com a revogação total da Lei nº 5.859, de 1972, e tendo em vista o teor do art. 19 da LC nº 150, de 2015, que prevê a aplicação subsidiária da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, eventual descumprimento da legislação trabalhista sujeitará o empregador doméstico às sanções previstas, exclusivamente, no Diploma Consolidado, o que não nos parece adequado, mormente quando considerada a realidade do labor prestado na seara do lar.

Com efeito, o art. 6-E, § 1º, da Lei revogada consignava que a gravidade da infração, para fixação da sanção, deveria observar o tempo de serviço do empregado, a idade, o número de empregados e o tipo da infração, o que estava em conformidade com o princípio da proporcionalidade e com os valores sociais do trabalho.

A par disso, a norma revogada, ao reconhecer as peculiaridades do contrato de trabalho doméstico, tinha por escopo o recrudescimento da penalidade aplicada ao patrão que deixasse de anotar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a data de admissão e o valor da remuneração do empregado (art. 6-E, § 2º), medida que, em última instância, desestimularia a indesejada informalidade.

Outrossim, o art. 6-E, § 3º, também revogado, impunha a redução da multa ao empregador que, espontaneamente, reconhecesse o tempo de serviço prestado pelo obreiro doméstico, efetivando as anotações pertinentes, e procedendo ao recolhimento das contribuições previdenciárias devidas. Tratava-se de dispositivo que objetivava regularizar a situação daqueles trabalhadores que laboravam na informalidade.

Logo, tendo em vista que a CLT não contém dispositivo semelhante ao art. 6-E, parece-nos que a revogação da Lei nº 5.859, de 1972, e, por via de consequência, da Lei nº 12.964, de 2014, acabou enfraquecendo o microssistema protetivo que deveria nortear o labor doméstico, o que, por si só, legitima a apresentação da proposição em tela, com a finalidade de desencorajar o descumprimento da legislação trabalhista.

## 3

Nesse cenário, acreditamos que a redação do revogado art. 6-E e parágrafos deve ser reintroduzida na LC nº 150, de 2015, ambiente normativo adequado para tratamento da matéria.

Assentadas tais premissas, solicita-se aos nobres pares o necessário apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senadora **ANA AMÉLIA**

### LEGISLAÇÃO CITADA

[Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - 5452/43](#)

[Lei Complementar nº 150, de 01 de junho de 2015 - 150/15](#)

[Lei nº 5.859, de 11 de Dezembro de 1972 - 5859/72](#)

[Lei nº 12.964, de 08 de abril de 2014 - 12964/14](#)

*(À Comissão de Assuntos Sociais)*





## SENADO FEDERAL

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, DE 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....

.....

§10. Os currículos do ensino fundamental, anos finais, e do ensino médio incluirão o empreendedorismo como tema transversal.” (NR)

**Art. 2º** O art. 27 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.....

.....

III – orientação para o trabalho e para o empreendedorismo;  
.....”(NR)

**Art. 3º** O art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43.....

## 2

.....

VIII – estimular o empreendedorismo e a inovação, visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção.” (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A palavra “empreender” vem do latim *imprehendere*, que significa prender nas mãos, assumir, fazer. Trata-se, portanto, de vocábulo muito adequado a um tipo de educação que promova o protagonismo do educando, que lhe permita o fazer com as próprias mãos. Nosso modelo de ensino, no entanto, apesar do esforço de muitos educadores inovadores, está longe disso. Em geral, a escola brasileira promove a repetição e não a criatividade. Os reflexos sociais e econômicos desse paradigma são danosos, uma vez que ele tolhe aquilo que o brasileiro tem de melhor: a espontaneidade, a irreverência e a capacidade de criar.

É preciso romper essa lógica. Para isso, propomos que o empreendedorismo seja tratado no ensino fundamental, no ensino médio e no campo da educação superior.

A educação para o empreendedorismo não tem a pretensão de que todas as crianças e jovens se tornem empresários, pois a mentalidade empreendedora não é necessária apenas no ambiente dos negócios. Qualquer atividade a que homens e mulheres se dediquem, para que sejam bem-sucedidos, exige que adotem certas atitudes de criatividade, assertividade e busca da inovação. Isso vale tanto para o campo empresarial, para o setor público, para o voluntariado, quanto para o mundo artístico e até mesmo para a vida privada.

A par disso, o pensamento pedagógico moderno tem incorporado a visão de que a escola não deve desenvolver apenas competências cognitivas nas novas gerações. Pesquisas têm demonstrado que o sucesso escolar está muitas vezes relacionado a características socioemocionais que vão muito além do domínio de certos conteúdos.

Essas competências se referem a questões como abertura para novas experiências, extroversão, liderança, consciência e outros predicados pessoais que são tão importantes para o sucesso escolar e profissional quanto o acúmulo de conhecimentos.

São esses tipos de habilidades, subentendidas numa visão ampla de empreendedorismo, que pode ajudar a liberar as capacidades de iniciativa, persistência e resiliência, tão importantes para quem quer construir algo novo, seja escrever um livro, montar uma *startup* ou cooperar para a solução de um problema social.

3

O empreendedorismo pode, portanto, contribuir para que os jovens elaborem projetos de vida, lançando-se para o futuro, ao invés de ficarem presos às circunstâncias do presente.

Evidentemente, é preciso também propiciar uma atmosfera amigável e receptiva à inovação e ao florescimento de ideias não convencionais para que o empreendedor não seja visto como um obstáculo, um estorvo que precisa ser controlado. Esse tipo de ambiente depende de toda uma configuração cultural e institucional favorável, o que não se faz de uma hora para outra. Entretanto, o ensino dessas habilidades na escola pode criar um clima adequado ao inovador, ajudando a disseminar a consciência de que o indivíduo de ideias originais, mesmo que a princípio pareçam “malucas”, deve ser incentivado ao invés de ser podado.

Por fim, note-se que nossa proposição dispõe sobre o empreendedorismo como tema transversal, em sintonia com o que determina o Conselho Nacional de Educação a respeito de modificações no currículo escolar no Parecer CNE/CEB nº 13, de 4 de agosto de 2010. Destaque-se, ademais, que a Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, promoveu alteração na LDB para introduzir conteúdos relativos aos direitos humanos como tema transversal, demonstrando que esta estratégia de modificação curricular encontra-se em harmonia com o ordenamento jurídico da área.

Assim, em virtude do impacto do tema para o bem-estar coletivo e para o fortalecimento da cultura empreendedora na educação e no país, solicitamos dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ AGRIPINO**

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

[Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LEI DARCY RIBEIRO](#)

- -

[9394/96](#)

[artigo 26](#)

[artigo 27](#)

[artigo 43](#)

[Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014 - 13010/14](#)

*(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)*



## SENADO FEDERAL

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 773, DE 2015

Altera a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, para incluir a exploração de rochas ornamentais no regime especial de licenciamento, ou de autorização e concessão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, passa a vigorar acrescido do inciso V:

“Art.1º .....

.....

V – Rochas ornamentais e de revestimento”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é reconhecido mundialmente pela riqueza e diversidade mineral de suas rochas, notadamente granitos, mármore, quartzitos e ardósias. Somos um dos maiores produtores e exportadores mundiais de rochas ornamentais e, em 2014, produzimos cerca de 10 milhões de toneladas, das quais 6,6 milhões foram consumidas no mercado interno e 3,4 milhões foram destinadas ao mercado externo. São 1.200 variedades de rochas e 1.500 pedreiras ativas que geram 120 mil empregos diretos e 360 mil indiretos. Cerca de 300 empresas exportadoras vendem para mais de 100 países e, em 2014, trouxeram para o país mais de US\$ 1,276 bilhões.

A extração e beneficiamento de rochas ornamentais é parte importante da economia brasileira. As nossas exportações no período de janeiro a outubro somaram US\$

## 2

1.044.961.499 milhões de dólares, representada por 2.000.000.000 de toneladas desses materiais. Vale destacar que as rochas ornamentais figuram como o 5º principal recurso mineral exportado pelo Brasil (excluídos petróleo e gás), sendo superadas apenas pelo minério de ferro, ouro em barras, ferro-nióbio e minério de cobre.

O setor de rochas também é um importante agente de geração de empregos, interiorização de desenvolvimento, captação de divisas e atuação de pequenas empresas. Este é um setor econômico com grandes possibilidades de contribuir com a melhoria da economia de municípios no interior de alguns estados brasileiros.

A mineração de rochas tem sua maior concentração nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia, e também já tem importante participação dos estados do nordeste do Brasil, como o Ceará que desponta como promissor polo de mineração de rochas ornamentais.

Os títulos minerários previstos no Código de Mineração consistem na Portaria de Concessão de Lavra, na Autorização de Pesquisa Mineral, no Licenciamento Mineral, na Permissão de Lavra Garimpeira, na Extração Mineral (para órgãos públicos) e no Monopólio Estatal.

As rochas ornamentais estão enquadradas nos regimes de Autorização e Concessão. É muito raro um processo chegar a portaria de concessão de lavra em menos de 5 anos. A Portaria de Concessão de Lavra é um título que traz segurança jurídica a mineração.

Com as dificuldades enfrentadas pelo DNPM na análise dos processos para a Concessão de Lavra, as rochas ornamentais têm sido extraídas em sua grande maioria, utilizando a Guia de Utilização que é um documento que autoriza a lavra em fase experimental.

Essa foi a forma do que o DNPM encontrou para liberar a exploração mineral antes da concessão de lavra. E o que deveria ser exceção virou regra. Em 2014, o DNPM em todo o Brasil, autorizou 1.083 Guias de Utilização. No mesmo período, o Ministério de Minas e Energia outorgou apenas 281 Portarias de Lavra.

Pode-se deduzir dessa situação que o atual modelo de gestão mineraria brasileiro, não tem mais sustentação. É um modelo que precisa ser alterado/adequado rapidamente à realidade da mineração, sob pena, de inviabilizar tudo que foi conquistado ao longo de muitos anos pelo esforço dos mineradores brasileiros.

O Código de Mineração estabelece que as rochas ornamentais sejam exploradas sob os regimes de Autorização e Concessão. Como é raro um processo de requerimento de autorização de pesquisa obter a portaria de concessão de lavra em menos de 5 anos, e há processos tramitando há 20 anos, propomos que as rochas ornamentais sejam enquadradas no regime especial previsto na Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, e que recebam o mesmo tratamento dispensado a outras rochas e aos minerais de uso imediato na construção civil (agregados).

## 3

Adotado o novo regime, a simplificação do processo trará ao setor maior celeridade na obtenção dos títulos e maior segurança em seus investimentos. Esse procedimento, é preciso registrar, não reduz a necessidade de se atender a todos os requisitos para obtenção de licenças ambientais. A garantia da preservação do meio ambiente permanece intocada. E o resultado será a expansão de um setor que pode muito contribuir para a recuperação econômica do País.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

[Lei nº 6.567, de 24 de Setembro de 1978 - 6567/78](#)  
[artigo 1º](#)

*(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última decisão terminativa)*



## SENADO FEDERAL

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 774, DE 2015

Acrescenta o art. 67-A à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para dispor sobre a devolução das prestações pagas em caso de desfazimento do contrato de promessa de compra e venda de imóveis.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

**Art. 67-A.** Em caso de desfazimento do contrato, seja mediante distrato ou resolução por inadimplemento de obrigação do adquirente, este fará jus à restituição das quantias que houver pago diretamente ao incorporador, delas deduzindo-se, cumulativamente:

I – a pena convencional, que não poderá exceder a vinte e cinco por cento das quantias pagas;

II – a comissão de corretagem de cinco por cento do preço de venda;

§ 1º Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.

§ 2º Havendo previsão contratual nesse sentido, se o prejuízo exceder ao estabelecido na cláusula penal, o credor poderá exigir indenização suplementar, valendo a pena estabelecida como mínimo da indenização e competindo ao credor provar o prejuízo excedente.

§ 3º Em função do período em que teve disponibilizada a unidade imobiliária, responde o adquirente, em caso de resolução ou de distrato, pelas seguintes parcelas:

I – quantias correspondentes aos impostos reais incidentes sobre o imóvel;

II – cotas de condomínio e contribuições devidas a associação de moradores;

## 2

III – valor correspondente à fruição do imóvel, calculado de acordo com critério pactuado no contrato ou, na falta de estipulação, fixado pelo juiz em valor equivalente ao de aluguel de imóvel do mesmo padrão do objeto do contrato; e

IV – demais encargos incidentes sobre o imóvel e despesas previstas no contrato.

§ 4º Os débitos do promitente comprador, correspondentes às deduções de que trata este artigo, poderão ser pagos mediante compensação com a quantia a ser restituída.

§ 5º Após as deduções a que se refere o § 4º, caso haja valor remanescente a ser ressarcido a qualquer dos contratantes, o pagamento será realizado em três parcelas mensais e subseqüentes, vencendo-se a primeira após um prazo de carência de doze meses, contados da data do desfazimento do contrato.

§ 6º Caso ocorra a revenda da unidade antes de transcorrido o prazo a que se refere o § 5º, o remanescente devido ao adquirente será pago em até trinta dias da revenda.

§ 7º Os valores a serem pagos, nos termos do § 6º, devem ser atualizados com base na variação do Índice Nacional do Custo da Construção (INCC) ou outro índice que vier a substituí-lo, tomando-se como termo inicial a data de cada desembolso e como termo final a data da restituição ou do pagamento.

§ 8º Nas hipóteses de leilão de imóvel objeto de contrato de compra e venda com pagamento parcelado, com ou sem garantia real, de promessa de compra e venda ou de cessão e de compra e venda com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia, seja o leilão realizado no contexto de execução judicial ou de procedimento extrajudicial, a restituição far-se-á de acordo com os critérios estabelecidos na respectiva lei especial ou com as normas aplicáveis à execução em geral.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A segurança jurídica das relações econômicas e sociais decorrentes das vendas de imóveis integrantes de incorporações imobiliárias depende de rigorosa observância das normas da Lei nº 4.591, de 1964, que tipifica os contratos empregados nessa atividade – notadamente a promessa de compra e venda – e institui um sistema de proteção dos adquirentes fundado nos mesmos princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato em que se fundamenta o Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 1990).

Os contratos de venda de imóveis submetem-se também ao CDC, sem que, contudo, suas normas modifiquem ou interfiram na estrutura, tipicidade e funcionalidade das promessas de venda.



## 3

A necessária coordenação entre essas normas, ante a eventualidade de desfazimento do contrato por inadimplemento das obrigações do adquirente, é situação merecedora de especial atenção, visando evitar que as normas especiais sejam desconsideradas e, ainda, afastar simplificações irrefletidas que levem a distorções capazes de atingir a equação econômica na qual se estrutura a incorporação imobiliária.

A orientação dos tribunais superiores pode contribuir para a construção de soluções harmoniosas e funcionais, como evidencia o acórdão do Recurso Especial nº 80036-SP, relator o Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior, segundo o qual, no cotejo entre as normas do CDC e as da Lei nº 4.591, de 1964, “é certo que o contrato de incorporação, no que tem de específico, é regido pela lei que lhe é própria (Lei nº 4.591, de 1964) ”.

É também essa a interpretação do Superior Tribunal de Justiça em relação à alienação fiduciária de bens imóveis, também empregada na comercialização de imóveis integrantes das incorporações imobiliárias.

Nos quatro casos já julgados até o momento sobre o confronto entre o CDC e a Lei nº 9.514, de 1997, que institui o regime jurídico da alienação fiduciária, o STJ decidiu pela prevalência dessa lei especial sobre o CDC, como ilustra o Recurso Especial 1.230.384-SP, relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, de cuja ementa se extrai: “a regra especial do § 4º do art. 27 da Lei nº 9.514, de 1997, claramente estatui que a restituição ao devedor, após a venda do imóvel em leilão, será do valor do saldo que sobejar ao total da dívida apurada. Portanto, existe regra especial para a situação jurídica em questão, que deve preponderar sobre a regra geral do Código de Defesa do Consumidor”.

É coerentemente com essa orientação dos tribunais superiores que deve ser interpretado o contrato de promessa de compra e venda nas incorporações imobiliárias.

Dada a qualificação dessas promessas como irretratáveis (Lei nº 4.591, de 1964, § 2º do art. 32), seu desfazimento só é admitido por causa de inadimplemento das obrigações, seja do incorporador ou do adquirente, ou de comprovada impossibilidade do seu cumprimento, hipótese em que a parte que der causa à ruptura do contrato responde pela indenização das perdas e danos daí resultantes.

Não se pode deixar de admitir que eventual dificuldade ou impossibilidade de cumprimento dos contratos por algum adquirente possa justificar o desfazimento do seu contrato.

Considerando que a Lei nº 4.591, de 1964, não dispõe sobre os efeitos de eventual resolução dos contratos por inadimplemento da obrigação de pagamento do preço ou da impossibilidade de cumprimento do contrato, é necessária a definição de critério de acerto de haveres, decorrente do desfazimento do contrato, coerente com a dinâmica natural da incorporação imobiliária e com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, propõe-se que a cláusula penal pelo desfazimento das promessas, por iniciativa do adquirente, não ultrapasse o limite de vinte e cinco por cento do valor pago pelo adquirente. Caso o imóvel já tenha sido disponibilizado ao adquirente, deve ainda ser descontada do valor a ser restituído quantia correspondente a uma taxa de fruição, que será arbitrada pelo juiz em função do valor de mercado, caso não tenha sido previamente estabelecida em contrato.

## 4

Para minorar os efeitos da redução do fluxo financeiro destinado à execução da obra e ao resgate do financiamento da construção, propõe-se que o pagamento da quantia a ser restituída ao promitente comprador seja feito no prazo de três meses, contados da data do desfazimento do contrato.

Em relação às situações relacionadas aos leilões de unidades imobiliárias, a proposição faz remissão às leis especiais, igualmente em conformidade com a jurisprudência já consolidada no Superior Tribunal de Justiça.

Por acreditarmos que a proposição aperfeiçoa a legislação, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **ROMERO JUCÁ**

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

[Lei nº 4.591, de 16 de Dezembro de 1964 - LEI DO CONDOMÍNIO - 4591/64](#)

[Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - CODIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC - 8078/90](#)

[Lei nº 9.514, de 20 de Novembro de 1997 - 9514/97](#)  
[parágrafo 4º do artigo 27](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

## PROJETO DE RESOLUÇÃO

**SENADO FEDERAL**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO**  
**Nº 58, DE 2015**

Revoga as alíneas *b* e *c* do inciso I do art. 291 do Regimento Interno do Senado Federal, para suprimir a previsão de voto secreto nas deliberações sobre perda de mandato de Senador e para resolver sobre a prisão de Senador.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** Revogam-se as alíneas *b* e *c* do inciso I do art. 291 do Regimento Interno do Senado Federal.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição brasileira foi alterada, mediante a Emenda Constitucional nº 35, de 2001, para dela excluir a determinação de voto secreto nas duas hipóteses acima referidas, quais sejam, resolver sobre a prisão de Senador, nos termos do § 2º do art. 53 do próprio Texto Magno, e para sustar o andamento de ação penal contra Senador, nos termos do § 3º do mesmo art. 53, entre outros casos.

Ocorre que o legislador constituinte derivado, ao excluir da Carta Magna a determinação de voto secreto, não inseriu expressamente em seu Texto a imposição do voto aberto, como seria razoável, a nosso juízo, até para que o funcionamento das Casas do Parlamento se dê em harmonia com o princípio constitucional da publicidade e com os anseios da sociedade brasileira.

Omissa a Constituição – ao menos do ponto de vista formal, já que dela decorre claramente, que tal votação deve ser aberta e nominal – cabe então ao Regimento Interno das Casas legislativas definir a matéria, de modo a afastar quaisquer dúvidas de alguns, que, malgrado o sentido teleológico do Texto Constitucional, insistem em admitir o voto secreto nessas hipóteses.

## 2

E cumpre perceber que a mesma situação ocorre quanto à importantíssima matéria pertinente à votação sobre a perda do mandato de Senador, nas hipóteses constitucionais. A esse respeito, recorde-se que a Câmara dos Deputados já atualizou o seu regimento interno, no ano de 2013, para determinar o voto ostensivo nessa circunstância.

Desse modo, e para que o Regimento Interno do Senado Federal seja coerente com os princípios e as normas da Constituição, e revele de forma adequada o interesse da sociedade brasileira em ver suas instituições funcionando de forma pública, aberta e transparente, apresentamos esta proposição, retirando do nosso Regimento a previsão de voto secreto nesses casos.

Solicitamos aos eminentes Pares as medidas bastantes ao seu aperfeiçoamento, e as ações necessárias à sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[Emenda Constitucional nº 35, de 2001 - 35/01](#)

[Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - 93/70](#)

[alínea b do inciso I do artigo 291](#)

[alínea c do inciso I do artigo 291](#)

(Ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas)

**ABERTURA DE PRAZO**

O **Projeto de Resolução nº 58, de 2015**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas.

**OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO**

– **Nº 294, de 8 de dezembro de 2015**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em resposta ao **Requerimento nº 620, de 2015**, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;

– **Nº 259, de 8 de dezembro de 2015**, do Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao **Requerimento nº 1083, de 2015**, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes. Os requerimentos vão ao arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Com muito prazer, concedo a palavra à Senadora Ângela Portela.

**A SRª ÂNGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Vou inscrever V. Exª, com muito prazer.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Exatamente na mesma direção, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – O senhor será inscrito, logo depois da Senadora Ângela Portela.

Encontram-se inscritos vários Senadores e Senadoras, entre os quais destaca-se, em primeiro lugar, o Senador Ronaldo Caiado, a quem concedo a palavra.

Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, nós estamos assistindo a algo que é muito maior do que uma crise econômica, social e política. Ela é indiscutivelmente uma crise moral. Isso realmente corroeu todas as bases de governabilidade e toda a credibilidade da Presidente Dilma, num projeto muito bem tramado e articulado pelo ex-Presidente Lula, que realmente fez com que o mundo o reconhecesse como o maior escândalo já visto, no mundo, até a data de hoje.

Quais são as consequências que advieram de todos esses problemas? Primeiro, o fato de a Presidente da República ter desenhado uma realidade totalmente distorcida daquilo que o Brasil vivia, que foi o período da sua eleição em 2014. Hoje a sociedade, desencantada, desiludida não confia mais na Presidente da República. Um economista, um gênio da economia pode apresentar à Presidente Dilma um Plano Real melhorado, mas realmente nada vai acontecer, porque não há apoio popular e, muito menos, apoio político.

Esses desdobramentos estão chegando a um momento crucial com o Brasil nesta estagnação completa. Hoje 6 mil postos de emprego são fechados por dia. E, junto com tudo isso, o desencanto e a falta de rumo deste Governo levam a um processo de indefinição da sociedade brasileira, em relação a se haverá emprego, se haverá condições para investir, se haverá segurança jurídica.

O Brasil recebe hoje a informação de que o Vice-Presidente da República encaminha à Srª Presidente uma carta, detalhando toda aquela trajetória em que a sua presença foi excluída das decisões de Governo, como também substituída, muitas vezes, por outros dentro do próprio Partido, tentando fomentar a cizânia e a discórdia no seio do PMDB.

Essa carta, vindo a público, é algo que mostra, com toda clareza, que o Vice-Presidente, Michel Temer, passou a apoiar, passou a defender o afastamento da Presidente da República. É um aval direto. Quem teve a oportunidade de lê-la – todos têm acesso à carta publicada em todos os jornais – pode resumir que aquilo é, indiscutivelmente, o apoio de um Vice-Presidente que não só tem a capacidade de aglutinar o maior Partido do País, como também é uma voz respeitada por todos os juristas e constitucionalistas.

Com isso, Sr. Presidente, acredito que, no decorrer dessas próximas horas, em relação àquilo iniciado na Câmara dos Deputados, ou seja, a constituição de uma comissão para analisar todas as denúncias formuladas por Miguel Reale Júnior, por Hélio Bicudo e pela Drª Janaína, nós estaremos aguardando que não seja apenas a vontade do Palácio do Planalto pressionando Líderes partidários, mas que o Plenário possa, sim, deliberar qual deve ser a comissão que irá, indiscutivelmente, analisar os fatos e levar o relatório para a apreciação do Plenário.

Nesta hora, é importante que possamos nos dirigir a toda a população brasileira. Durante todo este ano, em quatro diferentes oportunidades, a população brasileira foi às ruas. Àquela época, existia a possibilidade de

ser implantado um processo de *impeachment*, mas não existia ali nenhum fato que sinalizasse a data, quando ou se realmente isso aconteceria.

Hoje a realidade é outra. Hoje há exatamente o processo de afastamento da Presidente da República iniciado na Câmara dos Deputados. Haverá uma tramitação célere, até porque a legislação impõe um rito de apenas 15 sessões para chegarmos à votação do Plenário da Câmara dos Deputados.

É por isso que, nesta hora, Sr. Presidente, eu convoco todos os brasileiros para que reflitam. Muitos estão de férias, outros estão um pouco desencantados com o que já ocorreu, decepcionados em terem ido para rua, voltado para casa e nada ter acontecido. Mas eu peço a cada um que reflita, que analise: você deseja mais três anos do Governo Dilma e do PT? Essa é a pergunta que precisa ser respondida neste momento.

As pesquisas mostram que quase 80% da população brasileira não deseja mais este Governo. Sendo esta a realidade, para o dia 13, domingo, às 13 horas, em todos os lugares deste Brasil, em todos os quadrantes desta Nação, independentemente de ser nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, ou em qualquer lugar, eu quero convocar meus amigos, lideranças políticas, produtores rurais, médicos, empresários, trabalhadores, estudantes, funcionários públicos para que venham à rua, para que exercitem a cidadania, para que mostrem, em alto e bom som, a todo o País que, neste momento, a sociedade não se calou.

A sociedade levantou, mais uma vez, essa bandeira e passará, a partir de agora, Sr. Presidente, a também poder analisar como é que vai proceder cada Deputado Federal, num momento em que o Governo tenta garrotear as Lideranças Políticas, principalmente os Deputados, para exigir deles o compromisso para impedir o processo de impedimento.

Nesta hora em que os Deputados necessitam do nosso apoio, é fundamental que todos os movimentos de rua, esses que fizeram o trabalho... Temos que reconhecer que foram eles o sustentáculo desse movimento que chegou a este momento do início da discussão do *impeachment* da Presidente da República. Tenho que reverenciá-los. Tenho que reconhecer nesses jovens a garra e a determinação. Foram eles, indiscutivelmente, com a sua firmeza, com a sua determinação de não deixar que o Brasil continue caminhando para os desmandos, que continuaram acampados, muitas vezes, aqui, na frente do Congresso Nacional, marchando nas ruas de São Paulo a Brasília, em reuniões em vários lugares do Brasil.

Eu peço agora ao cidadão que, muitas vezes, está em casa reclamando da vida que não se omite, que, por favor, no próximo domingo, venha para a rua, faça um movimento cívico, pacífico e ordeiro.

Nada de aceitar provocações, mas dizer que não adianta o Governo querer convocar essas estatais hoje, ou esses sindicatos estatizados, ou movimentos populares estatizados, porque eles não representam mais o clamor do trabalhador, muito menos dos estudantes no Brasil, e muito menos dos verdadeiros produtores e trabalhadores rurais do País. Esse pessoal aí não terá nem voz ativa, muito menos representatividade.

Com isso, Sr. Presidente, eu entendo que o Brasil vai caminhar num sentimento que nos levará, a partir do próximo domingo, a algo que será uma vigilância completa: 24 horas trabalhando para que possamos chegar àquilo que a Constituição determina, afinal, para que não percamos mais os próximos três anos, que já estão selados caso a Presidente Dilma continue à frente do Governo. Que possamos interromper agora esse pesadelo, esse calvário que a sociedade brasileira vem carregando nesses últimos 11 meses, e possamos sinalizar para o mundo o Brasil repetindo aquilo que a Argentina já fez há poucos dias. Temos que saudar o próximo Presidente, Macri, que, numa vitória maravilhosa, destituiu todo esse populismo existente ali. No domingo, dia 6, todos nós pudemos festejar aquilo que os venezuelanos conseguiram no seu país.

Realmente, temos que reconhecer que lá um Presidente truculento abafou as instituições, calou as instituições, praticou o que existe de descumprimento das cláusulas democráticas, prendeu seus opositores; mas agora o povo foi para a rua, foi para as urnas, e deu a resposta. Ou seja, o Maduro já caiu de podre e de corrupto do governo, de acordo com as eleições do Congresso Nacional no último domingo. Os desdobramentos virão num curto espaço de tempo. Nós veremos, se Deus quiser, em breve, os presos políticos ali sendo alforriados e podendo voltar à sua vida normal. Nós veremos o Brasil, se Deus quiser, continuar essa trajetória que se iniciou pela Argentina, continuou pela Venezuela e, nos próximos dias, chegará ao Brasil.

Concedo um aparte à minha colega Senadora Ana Amélia.

**A Srª Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Caiado, V. Exª traz à tribuna, primeiramente, a avaliação das consequências e a interpretação do significado da carta do Vice-Presidente, Michel Temer, à Presidente da República. A despeito de avaliar o mérito, o seu conteúdo, o fato é que isso apenas agrava ainda mais a tensão política que nós estamos vivendo hoje. E, como V. Exª, eu também entendo que precisamos apressar o exame e a análise da representação de *impeachment* feita à Câmara dos Deputados por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Ives Gandra Martins. Então, essa é a iniciativa, essa é a relevância da autoria dessa representação. Em segundo lugar, a última referência de V. Exª foi sobre a eleição na Venezuela. Ontem, desta tribuna, falei que o líder que ameaçou dar um banho de sangue caso fosse derrotado – e agora



faço questão, porque nós temos que ter um pouco de coerência, muita coerência –, ele, Maduro, que ameaçou com um banho de sangue, que não admitia, que amordaçou a imprensa, que tornou governista o Poder Judiciário, que tornou governista o Ministério Público, reconheceu publicamente a vitória da oposição. Ele fez isso. Maduro pelo menos ensinou à Presidente da República que um dos atos de um estadista é ter esse reconhecimento e esse ato de grandeza. No Brasil, não aconteceu isso. Quando terminou a eleição, mesmo que Aécio tivesse ligado, ele não recebeu nenhuma referência pública da Presidente vitoriosa de que havia recebido um telefonema do Senador Aécio Neves, que com ela havia disputado. Isso vai ficar na história, já está na história. Agora, cabe a todos nós termos uma atitude de correção aqui dentro desta Casa. Como tivemos em relação ao episódio Delcídio Amaral, teremos também em relação à questão do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Eu acolho o aparte feito pela Senadora Ana Amélia, agradeço os acréscimos que foram feitos, mas também termino, dizendo que esta Casa, com as suas limitações, com os desencontros que existem muitas vezes, jamais falhou no momento em que a população brasileira vai para as ruas. O Parlamentar não vota contra a sua fonte, que é exatamente o povo que ele representa aqui, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Como tal, eu acredito, Senadora Ana Amélia, que, num curto espaço de tempo, nós teremos essa Comissão avaliando o que foi muito bem apresentado pelo Miguel Reale e também pelo Hélio Bicudo e pela Drª Janaína, e esta Casa...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... o Senado Federal, poderá, a partir de então, discutir, aí, sim, o mérito, já que, no tocante à admissibilidade, acredito que, no momento em que for feita a leitura do relatório e cada Deputado for chamado, nominalmente para encaminhar o seu voto, esse voto será exatamente para o encaminhamento do processo ao Senado Federal, para o impedimento da Presidente da República.

A carta do Presidente Michel Temer tem, sem dúvida nenhuma, uma importância ímpar, neste momento da política nacional. Repito: é um homem que preside o maior Partido do País, que era Base da Presidente da República. Segundo: é um constitucionalista respeitado e, como tal, tem o respeito de seus pares na área jurídica. Acredito que, com o acontecido de ontem, os processos terão desdobramentos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... muito mais céleres e com os resultados que nós e a sociedade brasileira desejamos, o mais rápido possível, que cheguem ao fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que V. Exª me concedeu a mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exª.

A próxima Senadora, como oradora inscrita, seria a Senadora Ana Amélia, mas, nas comunicações inadiáveis, encontra-se presente a Senadora Ângela Portela, a quem concedo a palavra.

**A SRª ÂNGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, trago uma boa notícia hoje. Felizmente, depois de forte articulação com a Governadora Suelly Campos e com a Presidenta Dilma Rousseff, teremos amanhã a presença da Presidenta Dilma, que vai fazer a entrega a 2.992 famílias da chave dos apartamentos do Residencial Vila Jardim, empreendimento habitacional situado no nosso bairro Cidade Satélite, em Boa Vista.

Com o objetivo de reduzir o déficit habitacional urbano do País e destinado a assegurar moradia às famílias de baixa renda, o Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, tem linhas financiamentos diferentes para cada família.

A maior parte dos recursos do programa alcança famílias que ganham até R\$1.395,00 por mês e que não dispõem de muitas oportunidades de financiamento para aquisição da casa própria. No caso do Residencial Vila Jardim, foram contempladas famílias que ganham até R\$1.600,00 por mês e que estão aptas a receber o benefício.

Com investimentos na ordem de R\$185,5 milhões, concedidos pelo Governo Federal, e sob a responsabilidade operacional do Governo do Estado de Roraima, o Vila Jardim é formado por 187 prédios verticais, divididos em 12 blocos, que foram construídos com base em normas técnicas do programa.

Com uma área construída de 39 metros quadrados, os quase três mil apartamentos do Residencial Vila Jardim são compostos de sala, dois quartos, banheiro e cozinha, integrada com área de serviço. A estrutura da moradia é composta por piso de cerâmica, teto lajeado e forro em PVC.

Inspirado em padrões internacionais de habitação, o residencial dispõe de prédios totalmente adaptados às pessoas com necessidades especiais. São banheiros adaptados, passagens maiores e acesso com rampas. Além disso, cada um dos 12 blocos de apartamentos possui uma área de convivência social com churrasqueira e *playground*.

O residencial, que será entregue amanhã pela Presidenta Dilma, dispõe ainda de infraestrutura adequada com serviços de saneamento básico. A rede de esgoto e asfaltamento está sendo implantada, e os trabalhos de urbanização estão sendo finalizados. O residencial contará também com praças, quadras de esporte e serviços de telefonia e educação.

No tocante à educação, o residencial contará com escola para atender alunos do 6º ao 9º ano, além de creche para garantir educação infantil às crianças de zero a seis anos. É meta do Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, ampliar as turmas do 2º ano, criando mais escolas, conforme o progresso e a necessidade dos nossos alunos.

Em projeto que apresentei aqui nesta Casa, eu defendo o condicionamento do pagamento das parcelas do financiamento das moradias, pelos beneficiários do Minha Casa, Minha Vida, à confirmação de disponibilidade de vaga em escola pública de educação infantil e de ensino fundamental nas imediações do conjunto habitacional.

A legislação do Minha Casa, Minha Vida obriga o Poder Público a assegurar, aos beneficiários, equipamentos comunitários de educação. Mas, na realidade, muitas famílias não encontram, no perímetro do conjunto edificado, nem mesmo nas suas proximidades, escolas públicas gratuitas para matricular seus filhos.

Por isso, o projeto assegura matrícula para os filhos das famílias desse conjunto habitacional. Afinal, mesmo sendo beneficiadas por esse projeto, as famílias têm renda de até 4 salários mínimos, que não comporta despesas adicionais para suprir a falta de instituições públicas de educação nas localidades onde residem. Isto é fundamental: que a família que vá morar no residencial do Minha Casa, Minha Vida tenha equipamentos sociais disponíveis para os seus filhos.

Destaco, por oportuno, o parecer do Relator desse meu projeto, o Senador Paulo Paim, que afirmou ser meritório e que propiciará a concretização do compromisso que a lei já impõe ao Estado: a proposta de condicionar o pagamento das prestações vincendas dos beneficiários do programa habitacional à garantia do direito à educação de seus filhos. Já foi aprovado na Comissão de Educação, e nós esperamos que seja aprovado também na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em caráter terminativo. Então, por conta desse caráter social, eu estou com a expectativa positiva de que esse projeto seja aprovado.

Sr. Presidente, esta é a segunda vez neste ano que a Presidenta vai a Roraima. Ela foi lá em agosto também, para entregar casas do Minha Casa, Minha Vida, assinar convênios para recuperação de estrada. Na primeira vez, foram entregues 174 unidades habitacionais nos Residenciais Pérola VI e VII e Ajuricaba, também na nossa capital. Agora, com a entrega dos apartamentos do Residencial Vila Jardim, 3.900 famílias da nossa capital passarão a ter acesso à moradia. É muito bom saber que essas famílias vão passar o Natal, o Ano-Novo, as festas de fim ano já morando nas suas casas. Isso é muito bom.

Enfim, a entrega de 2.992 residências do Programa Minha Casa, Minha Vida a famílias carentes de Boa Vista não é apenas uma notícia alvissareira; é, sem dúvida, a confirmação de que a Presidenta Dilma Rousseff só está precisando de sossego para dar novo rumo à economia do nosso País. Em meio às tentativas de golpe que ameaçam a democracia brasileira e impedem a retomada do crescimento econômico, trago essa boa notícia aqui ao Senado Federal.

Estamos esperando, com muito carinho e com muita alegria, a Presidenta Dilma na nossa capital, Boa Vista, amanhã, para fazer anúncios muito importantes para o desenvolvimento do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Srª. Ângela Portela, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Caiado.*

*Durante o discurso da Srª. Ângela Portela, o Sr. Ronaldo Caiado deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Fátima Bezerra.*

**A SRª PRESIDENTE** (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Cumprimento a Senadora Ângela Portela, pelo seu importante pronunciamento, e passo imediatamente a palavra para a próxima oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Senadora Fátima Bezerra, que preside esta sessão, colegas Senadores, nossos



telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, a cada dia que passa, nós somos surpreendidos com fatos que, como uma avalanche, numa bola de neve, vêm provocando um aumento das tensões, da perplexidade e das nossas preocupações numa hora muito grave do País, com uma crise política de dimensões inimagináveis e uma crise de valores reconhecida por grande parte da sociedade brasileira, que é agora agravada ainda pelo início, na Câmara dos Deputados, da análise da representação de um processo de *impeachment* com a Presidente da República Dilma Rousseff.

Ontem, como foi falado aqui pelo Senador Caiado, o Vice-Presidente Michel Temer, numa carta de desafo, mostrou um lado do poder desconhecido dos cidadãos, que é o do relacionamento de duas autoridades que deveriam compartilhar com harmonia, em benefício do País, o destino da nossa Nação – uma Nação tão respeitada, tão amada no mundo inteiro. O que se viu é que não há solidariedade e, em alguma medida, até respeito nesse relacionamento. Não me cabe aqui examinar o mérito disso, porque não sou parte. Eu penso que as autoridades que têm o protagonismo nesse processo são quem tem que explicar à Nação o que, de fato, está acontecendo, como por que o Vice-Presidente da República não é chamado a receber um homólogo seu, o Vice-Presidente dos Estados Unidos. Mesmo que isso seja um desafo e um acerto de contas público, numa hora grave do País, é preciso também avaliar como isso impacta negativamente no andamento da governança do País, da transparência da gestão e também das boas relações internas. E aí pode-se perceber e avaliar que, talvez, a origem da crise esteja exatamente no processo do exercício da liderança política do nosso País.

A propósito – vejam só –, na quinta-feira, em Porto Alegre, a *Revista Voto* promoverá um debate com o título “O Papel do Líder os Dias Atuais”, e quem vai falar sobre isso será exatamente o Vice-Presidente Michel Temer, que estará em Porto Alegre com essa missão a convite da jornalista Karen Miskulin. Talvez esse seja o evento político no Rio Grande do Sul, pós-eleições, mais importante por conta do momento que nós estamos vivendo.

Eu queria dizer que a crise política reflete sobre a população brasileira de modo acelerado, de modo perverso, de modo perigoso, porque quem está pagando a conta pela inflação elevada é a classe mais pobre da população. O Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1, medido pela Fundação Getúlio Vargas e que avalia o impacto da inflação para quem recebe, Senador Capiberibe, entre 1 e 2,5 salários mínimos, acumulou uma alta de 10,45%, ou melhor, 11% – 10,45% são 11% – no ano, de janeiro a novembro, e de 11,22% nos últimos 12 meses. Inflação alta corrói o poder aquisitivo dos assalariados, dos trabalhadores.

São percentuais muito acima da meta da inflação de 4,5% estipulada pelo Governo, com margem de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. Os impactos negativos da inflação alta sobre o consumo, inclusive dos alimentos – e, sobretudo, em relação a eles –, são enormes. São, por isso, números extremamente preocupantes até do ponto de vista social.

A carestia que atinge a todos afeta, sobretudo, os mais pobres, como eu disse neste pronunciamento. Quem tem menor renda são os que mais sofrem com a inflação, pois quanto maior a inflação menor as chances de consumir hoje o que se consumia ontem. Em meio à recessão, os brasileiros já falam em trocar o famoso e tradicional peru de Natal por um frango de Natal – e isso tudo por conta do poder aquisitivo, com a avaliação do seu bolso, da sua capacidade financeira e da compra do produto mais barato. Um estudo internacional feito por uma empresa inglesa mostra que 50% dos entrevistados pensam em modificar o consumo de produtos para gastar menos nas celebrações de fim de ano.

Nos supermercados, o quilo do peru de Natal está sendo vendido, em média, por R\$15,00 e o quilo do frango, mesmo com a elevação de preços, está custando cerca de R\$6,00 (menos da metade).

Como disse o ex-Presidente do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas – abro aspas: “A inflação é como se fosse um imposto que cobra ônus maior para os mais pobres” – fecho aspas. Quem tem maior renda tem maior chance de se proteger de uma crise como aqui está vivendo todo o País, mas os mais frágeis têm maior vulnerabilidade nesse enfrentamento, até porque estão na margem de risco de perder o seu patrimônio maior que é o seu emprego.

Os produtos e serviços consumidos pelas famílias de menor renda e menor poder aquisitivo seguem também em alta. Produtos como carnes, batatas, tomate e cebola estão mais caros. Muitos são produtos insubstituíveis. Aposentados e desempregados estão tendo que abrir mão de alimentos saudáveis como frutas, legumes e verduras para conseguir manter o básico, o essencial da sua cesta de consumo. O carrinho de supermercado, que antes ficava cheio, foi trocado agora por uma cestinha de supermercado.

A inflação, usada como referência para a correção de preços e valores contratuais, como é o caso do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), também segue aumentando. Esse indicador, que serve como indexador das dívidas dos Estados com a União, acumulou no ano, de janeiro a novembro, alta de 10,21% e, em 12 meses, de 10,64%.

Nós estamos numa situação extremamente delicada e sobretudo preocupante, porque afeta a camada mais pobre da população, a que mais precisa assegurar a estabilidade. Por isso, a importância de combater a

inflação e de evitar que ela continue aumentando a pobreza e reduzindo o poder de compra, porque essa inflação está consumindo, Senadora Fátima, Senador Capiberibe, Senador Moka, por exemplo, aquele benefício que o Bolsa Família assegurava às camadas mais pobres da população. Então, também sob esse aspecto, o Governo deveria ter uma atenção redobrada, porque está matando aquele programa que é cantado em prosa e verso como um programa de alcance social e que reconhecemos que o é.

Christopher Albert Sims, economista norte-americano premiado com o Nobel de Economia, declarou: "A política monetária pode trazer a inflação para baixo no curto prazo, mas, se não há política fiscal [arrecadação *versus* gastos do governo] apoiando, não funciona permanentemente".

E eu também fico alarmada agora ao ver que muitos governos estaduais, como o Governo Federal...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... quando tenta recriar a CPMF, buscam de novo aumentar o imposto, para fazer equilíbrio das suas contas. De novo, a população vai pagar a conta da ineficiência, dos equívocos graves, do gasto desnecessário, da ganância desenfreada em nome de interesses político-eleitorais.

Temos de ver como vamos aplacar isso e como vamos respeitar, sobretudo, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senadora Fátima Bezerra, sei que o Senador está aguardando, mas peço para terminar, porque tenho ainda uma página e meia para ler.

Como sabem, a situação dos Estados também é preocupante. O Rio Grande do Sul enfrenta uma grave crise financeira. O endividamento segue crescente.

Por isso, apresentei como proposta legislativa a PEC 22/2014, para abater das dívidas de Estados e Municípios com a União os créditos fiscais...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... que são decorrentes... *(Fora do microfone.)*

Eu me refiro, Senadora Fátima, aos créditos que os Estados e Municípios exportadores têm com a famosa Lei Kandir. É um crédito que os Estados têm, mas que a União não resgata e não indeniza. De outra forma, a União executa draconianamente, quando o Estado ou o Município não paga as parcelas decorrentes da sua dívida com a União, Estados e Municípios, claro, que são devedores.

O que propõe essa minha PEC é simplesmente um acerto de contas entre o crédito que os Estados têm decorrente da Lei Kandir e o débito que têm com o contrato da dívida. Ora, é muito simples. É evidente que a dívida que os Estados e Municípios têm com a União é maior do que esse crédito. É uma questão contábil, não é uma questão de emissão de recurso ou de moeda.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A inflação elevada afeta todos, pois impacta as dívidas públicas. Combater a inflação é, por isso, uma forma de estancar, ainda que indiretamente, a sangria dos recursos estaduais.

A crise que vivemos hoje reforça que as decisões do Executivo Federal ou do Governo Federal afetam a vida das pessoas na esfera estadual e municipal. O que está acontecendo no Rio Grande do Sul pode se alastrar para outros Estados da Federação. Senador Capiberibe, que é do Norte, do Amapá, veja que, no Estado mais rico da Federação, São Paulo, metade das prefeituras paulistas vão fechar as contas no vermelho. O que sobra para os outros Estados sem o mesmo poder econômico que tem São Paulo? Então, nós temos que voltar à agenda federativa, esquecida em nome dessa crise em que agora engalfinham a Câmara e o Senado...

*(Interrupção do som.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós precisamos, com a brevidade possível, retomar a agenda federativa, porque os Estados e os Municípios estão sufocados em relação a essa distorção na Federação brasileira, com a União ainda concentrando a maior parte da receita e com Estados e Municípios com o que resta – os chamados primos remediados, no caso, os Estados, e os primos pobres, os Municípios.

Eu tenho, como Senadora municipalista, o dever aqui de defender os Municípios. Tenho a convicção de que todos os Senadores aqui ou foram prefeitos ou tiveram contato com os prefeitos dos seus Estados e sabem que o problema é geral. Ele não é específico do Rio Grande ou agora de São Paulo, mas é de todo Mu-

início brasileiro, mesmo os grandes. São Paulo é o Município mais endividado do País, que o diga o Prefeito Fernando Haddad.

Nós temos que continuar e retomar essa agenda federativa, sob pena de nós criarmos ainda uma crise adicional àquela que já estamos vivendo, sob pena de adicionarmos à crise política, econômica, financeira, moral e de valores uma crise também federativa.

Muito obrigada, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Nós queremos, agora, conceder a palavra ao Senador Capiberibe, do PSB.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Senadora Fátima Bezerra, que preside esta sessão, Senadores e Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores, trago à tribuna, nesta tarde, um artigo escrito pelo Dr. José Reinaldo Picanço, que é Professor, Doutor em Ciências Sociais e foi Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração de 2011 a 2015.

A reflexão é sobre o PIB do Amapá, quando o dinheiro circulava num ciclo virtuoso.

Recentemente, foi publicado pelo IBGE o estudo das Contas Regionais do Brasil, que apresentou o resultado do crescimento acumulado da economia brasileira [durante três anos]: entre 2010 e 2013. O Produto Interno Bruto (PIB) registra toda a riqueza gerada em determinado território, com o Brasil [nesses três anos] crescendo 9,1%.

Sobre o desenvolvimento da economia amapaense, o PIB passou de R\$8,239 bilhões, em 2010, para R\$12,762 bilhões, em 2013, num crescimento real de 18,3%, mais que o dobro que o PIB Nacional e 1/4 maior que o da Região Norte, de 13,6%. O Estado foi o segundo melhor desempenho entre os entes federados, só ficando atrás de Mato Grosso [que cresceu 21,9% nesses três anos].

Entre outros indicadores, os dados do Caged, do Ministério do Trabalho, que mede o nível de emprego formal, reforçam o crescimento da economia amapaense mostrado pelo PIB.

Uma consequência direta do crescimento do PIB é a geração de emprego.

Ele compara o crescimento do emprego no País, na Região Norte e no Amapá.

No Amapá, houve um saldo positivo, em 2010, de 2.624 empregos. Esse número saltou para 6.801, em 2011; 5.108, em 2012; e 3.598, em 2013. São saldos positivos na geração de emprego.

Analisando o saldo, observa-se uma diferença entre demitidos e admitidos, com um saldo muito positivo para esse período.

O desempenho positivo da economia amapaense está relacionada com a realização de investimentos públicos e privados. Por seu lado, a iniciativa privada contribuiu significativamente através de investimento na geração de energia (Hidrelétricas Ferreira Gomes e Caldeirão, e Linhão de Tucuruí). No comércio registrou-se o crescimento das principais redes locais e inauguração dos Shoppings Vila Nova e Amapá Garden, ambos em 2013.

Mesmo em 2014, com os sinais mais claros da crise global, o empresariado local e nacional acreditava no virtuoso ciclo de crescimento vivido pelo Estado e novos empreendimentos foram inaugurados: Santa Lúcia Center, Macapá Shopping e Rede Atacadão (Grupo Carrefour). Outros setores também apresentaram desempenho positivo como a construção civil, o agronegócio e o mercado imobiliário. A experiência mostra que a iniciativa privada responde com investimentos quando percebe um cenário favorável ao desenvolvimento, que ofereça um nível mínimo de segurança quanto ao retorno dos valores investidos.

A contribuição pública para esse cenário remete à decisão política do Governador Camilo [Capiberibe] de optar pelo planejamento de resultados, reorganizar a máquina pública e sanear as inadimplências recebidas. Medidas que possibilitaram a retomada de obras paralisadas e a captação de recursos no BNDES para investir em infraestrutura produtiva e social. Isso alavancou a construção civil com edificação de moradias populares, obras hospitalares, escolas, abastecimento de água e asfaltamento de rodovias, entre outros benefícios.

E aqui o articulista nos apresenta um gráfico que tem como base os Balanços Anuais do Estado, de 1994 até 2015.

Foi feita uma relação entre o orçamento geral e os valores aplicados em investimento direto [o que demonstra a capacidade de investir do Estado]. Com isso, é possível destacar aquilo que é gasto no

custeio da máquina governamental e os valores aplicados em investimentos que criam empregos e estimulam o desenvolvimento.

O gráfico demonstra que em 2011 registra-se a quebra de uma tendência observada nos oito anos anteriores, quando o orçamento quase triplicou, mas os valores nominais de investimento mantiveram-se quase inalterados, numa relação francamente desfavorável ao desenvolvimento.

Em 2010 os recursos de investimentos alcançaram R\$65 milhões, apenas 2,5% do total [do orçamento] executado. Em 2011 os valores investidos aumentam para R\$138 milhões, 4,2% do dinheiro gasto.

Em 2012 e 2013, observa-se que o montante aplicado foi ainda mais expressivo, respectivamente, R\$ 497 milhões (12%) [em 2012] e R\$ 422 milhões (9,3%) [em 2013].

O “dinheiro não circula”? [essa é] a invenção do mito

O desempenho da economia amapaense revelado pelo resultado do PIB e por outros indicadores socioeconômicos jogam por terra o discurso de que o “dinheiro parou de circular”, cantado em verso e prosa nos últimos quatro anos pela oposição e seus aliados nos meios de comunicação. O que fica claro é que tudo não passou de uma bem orquestrada estratégia de *marketing* político-eleitoral para encobrir a verdade e ludibriar a sociedade amapaense.

Uma parcela significativa da mídia local e de neocomunicadores deveria explicar à população se teriam negado a realidade por erro de análise ou faltaram com a verdade dos fatos, descumprindo sua missão de bem informar, num desserviço com a ética e com a formação responsável e equilibrada da opinião pública amapaense.

Esse é o texto do Dr. José Reinaldo Picanço, que eu peço, Sr. Presidente, que inscreva nos *Anais* da Casa.

Ao ler este texto esclarecedor, com dados incontestáveis, destaco o sucesso da governança do PSB. Dá a sensação de que já deve haver muita gente arrependida pelos desacertos políticos eleitorais do ano passado – claro que não só no âmbito do Estado, mas também em âmbito nacional.

Mas no Amapá a situação é de extrema gravidade, até porque o Governador eleito já havia sido preso em 2010, com vários dos seus assessores. A sociedade sabia que se tratava de uma pessoa que não merecia confiança, mas a armação política, a articulação, o engodo, terminaram fazendo com que esse processo virtuoso de investimentos e de circulação de dinheiro fosse interrompido.

Srs. Senadores, eu fui Governador de 1995 a 2002. Quando assumi, em 1995, a capacidade de investir do Estado era zero, e havia um déficit enorme. Em dois anos, eu equilibrei as finanças públicas. Naquela época, não havia Lei de Responsabilidade Fiscal, e nós equilibramos; a partir de 1996, e de 1997 em diante nós tivemos um crescimento dos investimentos. Chegamos, em 2002, a 10%...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... só em investimento na área social – escola, saúde, segurança. Nós conseguimos recuperar a capacidade de investir, e naquela época não havia crescimento nacional. O PIB no Brasil não crescia.

De 1995 a 1999, várias crises se sucederam. E mais: não havia transferências de programas. Nos primeiros quatro anos do Governo Fernando Henrique, não havia programas nacionais para atender demandas dos Estados.

Senadora Ana Amélia, ouço-a com muita atenção.

**A Sra Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Capiberibe, não conheço o seu Estado, lamentavelmente, mas gostaria de chegar um dia ao Amapá e conhecê-lo. E, por não conhecê-lo, e não entrar no mérito das disputas regionais, partidárias, políticas, porque não é o caso, apenas vou-me deter no enunciado de V. Ex<sup>a</sup>, porque, há pouco, falei da questão federativa. Hoje, governadores e prefeitos estão vivendo o dilema exatamente de ter que adotar medidas que a realidade exige, mas, para isso, exatamente é preciso coragem para assumir determinadas atitudes e políticas que recolocuem o Estado ou o Município nos trilhos de um desenvolvimento e de uma sustentabilidade. Então, pelo que V. Ex<sup>a</sup> apresentou das medidas elencadas na ativação da construção civil, na recuperação de rodovias, quero lhe dizer porque sempre olho para o meu Estado: das 10 maiores empresas da construção pesada, no meu Estado, sete, Senador, estão com recuperação judicial. Eram 25 mil empregos, agora, são 5 mil. Então, quando um governo cuida e trata de ajustar cortando gastos, diárias, menos urgentes e prioritárias, para aplicar em outras, é o exercício da boa governança. Então, estou trabalhando com o mérito dessa responsabilidade fiscal em relação ao que V. Ex<sup>a</sup> acabou de mencionar e que temos que voltar, sim, à pauta federativa. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Reconheço que tivemos algumas mudanças depois de 2001, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não haveria necessidade, se tivéssemos responsabilidade política com a sociedade para conduzir os negócios



do Estado, a fim de melhorar a vida coletiva, mas não é isso o que acontece. Os negócios do Estado são conduzidos como um verdadeiro balcão de negócios, para atender os amigos, os cabos eleitorais, para nomear gente, para fazer favores aqui e acolá e esquecem que a contribuição de impostos vem de cada homem, de cada mulher, de cada recém-nascido e nos acompanha desde a primeira fralda até a hora em que se vai para a última morada. Mas essa responsabilidade, eu não atribuiria apenas ao Executivo. Compartilho essa irresponsabilidade com o conjunto da governança do País.

Nós estamos vivendo uma crise de governança. Lá no meu Estado, lembro que eu era muito atacado – ainda sou. Toda semana, saem nos jornais de lá montagens tentando me envolver em corrupção. Eu nunca participei de nenhum tipo de falcatura em relação aos orçamentos públicos e nem permiti. Porque uma coisa é você não participar, outra coisa é você permitir, ou ser omissos diante do saque aos cofres públicos, como é notório em todo o País.

Nós temos, de fato, uma crise de governança com responsabilidade do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. O Judiciário tem uma responsabilidade imensa. Agora estamos vendo uma luz no final do túnel.

Senador Moka, nós estamos de olho no Paraná, e a minha preocupação é de que isso possa ser paralisado. Porque uma mudança inesperada pode paralisar tudo.

Pela primeira vez na história do nosso País, os magnatas, os homens mais ricos deste País estão na cadeia, como se fossem iguais a qualquer um. Um país onde uns são mais iguais que outros, pela primeira vez, a Justiça age. E nós queríamos que isso se reproduzisse em todo canto. Não é possível. Por que o Juiz Sérgio Moro pode prender um magnata, um dos homens mais ricos deste País, e mantê-lo preso, e isso só acontece na Justiça do Paraná?

No meu Estado, os que saquearam, os que foram parar na Papuda, na cadeia, estão lá livres, leves e ricos. Nenhum preso. Agora mesmo, vários saques foram perpetrados contra recursos públicos na assembleia legislativa, e não se julga.

Então, a Justiça também é responsável pela situação caótica que o nosso País está vivendo. São os três Poderes, é um conluio entre Executivo, Legislativo e Judiciário para que nada mude.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Infelizmente, nós estamos vivendo essa situação em função dessa crise de governança envolvendo os três Poderes. E não adianta um jogar pedra no outro. Todos aqui têm um pouco de responsabilidade. Todos aqui passaram pelas mesmas crises. As crises se repetem desde o Marechal Deodoro da Fonseca, depois, através de um golpe de Estado, o Imperador Dom Pedro II até os nossos dias.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, a Sr<sup>a</sup>. Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Capiberibe. Confirmo também que, no meu Estado, passamos por essa crise também. O povo sergipano vive e paga por duas crises: a federal e a estadual.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não, Senadora Simone.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Enquanto a nossa querida Senadora Fátima Bezerra dirige-se à tribuna, para fazer o seu pronunciamento, eu gostaria, apenas, de hipotecar minha solidariedade aos 14 Municípios do Cone Sul do meu Estado, o Estado de Mato Grosso do Sul. As chuvas que não deram trégua e arrastaram casas, e alagaram bairros no sul do Brasil, agora chegaram ao meu querido Estado, na região mais sul, divisa com o Estado do Paraná. São 14 cidades, inclusive em uma delas, na cidade de nascimento do nosso Senador Waldemir Moka, o Rio Apa subiu mais de 9m, casas foram alagadas, bens materiais perdidos, pessoas alojadas nos ginásios de esportes, mais de 37 pontes destruídas, 2 mil quilômetros de estradas comprometidas e danificadas.

E, hoje, pela manhã, o Ministro da Integração esteve em meu Estado, com o Governador, participando de uma reunião com os 14 prefeitos para ver o que seria possível fazer. Amanhã, graças à agilidade e competência do nosso coordenador de Bancada, Senador Waldemir Moka, nós estaremos de manhã no Ministério da Integração, desculpa, no período da tarde, para poder tentar agilizar recursos, não só o *kit* emergencial, mas recursos para recuperar, pois estão avaliados os danos, na ordem de R\$30 milhões.

Então, eu queria, aqui, hipotecar a minha solidariedade, colocar-me à disposição dos 14 Municípios do Cone Sul e dizer para Mato Grosso do Sul que bom que nós temos como coordenador da Bancada, também daquela região, o Senador Moka, que de forma muito eficiente já marcou a audiência, a audiência já foi deferida e nós temos certeza de que sairemos amanhã do Ministério com boas-novas para esses 14 Municípios, principalmente para a população mais atingida do meu Estado.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC - SE) – Senadora Simone, também nos solidarizamos com o povo do Mato Grosso do Sul, que vive este momento extremamente difícil, bem como com o Senador Moka.

E passo a palavra para a Senadora Fátima Bezerra.

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado.

Sr. Presidente, o que me traz a essa tribuna é falar novamente do clima da cena política em nosso País, que continua em ebulição. A cada momento, pipocam notícias de novas estratégias dessa tentativa de um golpe, que começou, na verdade, a ser urdido, a ser orquestrado, em outubro do ano passado, logo após ser divulgado o resultado oficial do segundo turno das eleições presidenciais. Desde lá, Sr. Presidente, que vivemos um clima tenso, resultado de uma arbitrariedade cometida por um homem que, apesar de estar ocupando a cadeira de Presidente da Câmara dos Deputados, não tem legitimidade moral alguma para conduzir uma Casa Legislativa dessa magnitude, por estar ele envolvido em inúmeras e graves denúncias.

Refiro-me aqui, exatamente, ao Sr. Eduardo Cunha. O Brasil inteiro sabe. Está lá respondendo a processo disciplinar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, por quebra de decoro, porque mentiu aos seus pares; está respondendo a denúncias graves da Procuradoria-Geral da República, que o acusa de ocultação de bens, que o acusa de lavagem de dinheiro, que o acusa de desvio de recursos para o exterior, as chamadas contas na Suíça, já divulgadas contas, que ele disse que não tinha, e, de repente, essas contas apareceram no nome dele, no nome da mulher, da filha, etc.

Pois bem, Sr. Presidente, na tentativa de salvar a própria cabeça, esse homem, o Sr. Eduardo Cunha, agora atira contra o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e, principalmente, contra a Constituição Cidadã. E é bom que se diga que ele também só consegue isso por ter, ao seu lado, setores da oposição que, inconformados com a perda nas urnas, agora apoiam atitudes ilegais em uma suposta defesa da Constituição.

Eu, Sr. Presidente, confesso que pretendia subir a esta tribuna desde ontem, para dizer o quanto as notícias dos últimos dias tinham revigorado nossas esperanças de que o bom senso prevaleceria na política brasileira e que, se preciso for, a população tomaria as ruas em defesa das instituições democráticas, como já vimos acontecer tantas vezes na História recente do nosso País. Refiro-me às inúmeras manifestações em defesa da estabilidade, da democracia e do mandato legitimamente conquistado nas urnas pela Presidenta Dilma Rousseff, e manifestações, muitas delas, vindas até de setores que sequer se alinham ao Governo. E manifestações essas que, ontem, foram atropeladas por mais uma atitude autoritária do Sr. Cunha, ao querer reverter as regras da escolha dos membros da comissão que vai julgar o pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados.

Mas eu vou, neste momento aqui, Sr. Presidente, falar da sensatez; depois eu volto a falar da monstruosidade, eu volto a falar dos atos insanos do Sr. Eduardo Cunha, que infelizmente ainda está à frente da Presidência da Câmara dos Deputados. Pois bem, vamos falar das manifestações crescentes que vêm acontecendo no Brasil, seja por parte da sociedade civil, seja por parte da classe política, desde quando o Presidente da Câmara, movido pelo sentimento mesquinho da vingança, resolveu aceitar, e, portanto, autorizar o pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma.

Como esse pedido de *impeachment* não tem embasamento legal, não tem embasamento jurídico, isso está revoltando a sociedade brasileira. Como esse pedido de *impeachment*, inclusive, é protagonizado por um homem que tem o prontuário que esse homem tem, que, repito, está lá atolado até o pescoço, respondendo a denúncias gravíssimas, está lá no Conselho de Ética, inclusive manobrando o Regimento da Câmara, querendo livrar a cara dele a qualquer custo no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados...

Pois bem, são essas circunstâncias que têm revoltado os homens de bem e as mulheres de bem deste País, por realmente enxergar que uma coisa é o instituto do *impeachment*, que está na Constituição, não só de agora, como as Constituições de antigamente; mas outra coisa é que o instituto do *impeachment*, para ser autorizado, precisa de embasamento legal, precisa de embasamento jurídico. E é disso que trata exatamente o debate em curso, no que diz respeito à autorização do Presidente da Câmara, com relação ao pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma. É disso que se trata por quê? Porque não há embasamento legal, não há embasamento jurídico.

Da alçada da Presidenta, ela não cometeu absolutamente nada do ponto de vista ilegal, nenhum ato, nenhum gesto, nenhuma iniciativa, nenhuma decisão política. Nada, nada há que impute à Presidenta Dilma crime de responsabilidade direta. Aliás, algo, inclusive, reconhecido até por setores da oposição, que, mesmo fazendo oposição feroz à Presidenta Dilma, têm reconhecido que, do ponto de vista pessoal, não paira sobre a Presidenta Dilma nenhum ato ilícito: ao contrário do Sr. Eduardo Cunha, essa mulher não roubou, essa mulher não cometeu nenhum ato ilícito, essa mulher não desenvolveu nenhum ato que significasse quebra do decoro do cargo que, democraticamente, o povo lhe outorgou pela segunda vez nas eleições de outubro.

Então, exatamente por não ter – repito – embasamento legal e embasamento jurídico, até porque a própria Constituição, claro, que estabelece o instituto do *impeachment*, diz que o *impeachment* só pode ser autorizado em determinadas circunstâncias. Que circunstâncias são essas? Quando há, comprovadamente, crime de responsabilidade direta da Presidenta da República.

Como isso não existe... Aí, de repente, os setores oposicionistas, inconformados com a derrota, inventaram a desculpa esfarrapada das chamadas pedaladas fiscais; pedaladas fiscais abundantemente feitas por Fernando Henrique, por Lula, por todos os governos; pedaladas fiscais que são mecanismos de ajuste das contas do Governo. Aliás, o Congresso, na semana passada, ao aprovar a revisão da meta fiscal, dá, portanto, ainda mais, digamos assim, normatização e regularização a tudo isso.

Então, Sr. Presidente, o ato em si, esse pedido de *impeachment*, pela falta de evidências concretas, do ponto de vista do embasamento jurídico e do ponto de vista do embasamento constitucional, é tão grave, é tão revoltante, é tão monstruoso que a sociedade está se levantando.

(Soa a campanha.)

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero aqui, Sr. Presidente, por exemplo, relatar o movimento, neste final de semana, que foi encabeçado pelo Governador do Maranhão, Flávio Dino, com o ex-Ministro Ciro Gomes e o Presidente do PDT, Carlos Lupi, que, neste domingo, concederam entrevista coletiva para manifestar seu repúdio ao processo que pretende conduzir o Sr. Eduardo Cunha. Juntos, o ex-Ministro Ciro Gomes, o Governador do Maranhão, Flávio Dino, e o Presidente do PDT, Carlos Lupi, lançaram o movimento Golpe Nunca Mais, uma alusão ao projeto Brasil Nunca Mais, que denunciou crimes cometidos pela ditadura militar no nosso País. Nunca é demais ressaltar o valor que tem nossa democracia e que, em regimes democráticos, a escolha e a substituição dos governantes ocorre pelo voto popular, pela urna, e não por manobras, por caminhos tortuosos, espúrios como os caminhos do tapetão.

Esse movimento, lançado domingo, repito, movimento Golpe Nunca Mais, lançado pelo Governador Flávio Dino, do PCdoB, pelo ex-Governador Ciro Gomes, o PDT etc., é tão expressivo que, em menos de três dias de criação de sua página no Facebook, já tem mais de 40 mil curtidas. Os três, inclusive, reafirmaram ainda que, no Estado democrático de direito, para haver o *impeachment*, deve-se ter um crime concreto. E não temos exatamente esse elemento, aqui já reforçado.

E quero ainda, Sr. Presidente, dentro dessa linha das manifestações de repúdio frente à autorização do pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma sem embasamento legal, sem embasamento jurídico, quero ainda aqui também mencionar outra importante manifestação, que foi a delegação de 30 juristas que a Presidenta Dilma recebeu nessa segunda-feira. Esses juristas lá manifestaram a sua preocupação com os danos que um processo como o aberto pelo Sr. Eduardo Cunha podem trazer à nossa jovem democracia. Mais do que isso: os juristas ressaltaram que não há base jurídica algumas no processo que se propõe, e o motivo eu já externei desta tribuna. Nem mesmo a oposição tem coragem de atacar a honra da Presidenta Dilma, pois todos sabem de sua inquebrantável defesa, da legalidade, da ética e da moral.

Mas, Sr. Presidente, essa preocupação que os juristas externaram ontem já se mostrou pertinente, porque ontem o Sr. Eduardo Cunha, mais uma vez, num gesto desesperado, e arbitrário, e autoritário, o Sr. Eduardo Cunha ontem, no final da tarde, em mais um ato arbitrário, de quem não de quem não tem qualquer apreço pela democracia e pelas instituições democráticas, rasgou os ritos previstos para um processo dessa magnitude. Não bastasse o tal *impeachment* ser natimorto dada a falta de moral do senhor que o autoriza, Cunha agora quer interferir na escolha dos membros da comissão especial que elaborará parecer sobre o pedido.

E fez isso em conivência, em conluio com os Líderes da oposição. Aqui eu dou nome aos Líderes da oposição que se prestam a se aliar a um chantagista, como está sendo o Presidente da Câmara dos Deputados. É lamentável que os Srs. Carlos Sampaio, Rubens Bueno, Paulinho da Força e Mendonça Filho tenham se aliado ao Sr. Eduardo Cunha, referendando essa manobra regimental que ele fez ontem, atropelando aquilo que tinha sido pactuado e que está no próprio Regimento, que é a indicação, pelos Líderes partidários, dos que vão formar a comissão especial. Sr. Presidente, isso é um desrespeito total ao processo de representatividade, tão caro à nossa sociedade, que existe justamente para garantir a pluralidade de visões.

Na verdade, nós queremos aqui, mais uma vez, denunciar essa manobra que o Presidente da Câmara fez, querendo se adonar das indicações para a comissão. Posso garantir a V. Ex<sup>as</sup> que, se o Poder Judiciário não cumprir o seu papel e agir, o Sr. Cunha...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... fará uso das prerrogativas de Presidente da Câmara para colocar essas indicações em votação quando tiver plena certeza de que elas serão do seu agrado. Isso é um escárnio com a democracia! Isso é um insulto às instituições democráticas e à própria democracia! É a demonstração cabal de que esse homem não tem o mínimo apreço pelo voto que os eleitores conferiram a cada Parlamentar.

Só mais um pouquinho, Sr. Presidente, para concluir.

Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> o que eu já tenho dito aqui. É lamentável que, em conluio com os Líderes da oposição, Cunha tenha feito mais essa manobra, quando o Brasil inteiro, Senador Garibaldi Filho, deseja que esse processo seja apreciado e concluído mais rapidamente.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O Congresso Nacional tem que ter respeito com o País, um mínimo de respeito, um mínimo de sensatez. Vamos apreciar o processo. O Congresso Nacional vai se posicionar. Nós que fazemos a Base do Governo não só temos esperança, mas temos muita confiança de que esse processo vai morrer na Câmara dos Deputados, de que ele será arquivado lá, porque esse deve ser o seu destino.

*Impeachment* é algo legal, está previsto na Constituição. Agora, *impeachment* sem embasamento legal, sem embasamento jurídico é golpe, é tentativa de ruptura democrática. E é disso que se trata exatamente agora a autorização do pedido de *impeachment* com relação à Presidenta Dilma.

Eu quero aqui concluir, Sr. Presidente. Além da OAB, da CNBB, das igrejas evangélicas, dos vários partidos políticos, quero aqui também que seja registrada, nos *Anais do Senado Federal*, a nota que a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) divulgou, nesta terça-feira, em que coloca que os movimentos sociais estão atentos.

Em nota, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação já adiantou, abre aspas:

Os novos fatos indicam que o pedido de impeachment da presidenta Dilma possa constituir-se em moeda de troca entre Eduardo Cunha e a oposição, no exato momento em que o parlamentar está prestes a ser cassado por seus pares. E essa tese ficará comprovada caso os membros da oposição, que pediram publicamente a cassação de Eduardo Cunha, recentemente, voltarem atrás e votarem pelo arquivamento do processo de quebra de decoro do parlamentar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, esta semana.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Para a CNTE, a possibilidade de jogatina política antirrepublicana é grave para o regime democrático e precisa, portanto, ser contida. Abre aspas:

Trata-se de conluio obsceno de um parlamentar que, no mínimo, prevarica ao utilizar-se do cargo público para satisfazer interesse pessoal, com uma oposição historicamente alinhada a golpes antidemocráticos quando não consegue chegar ao poder pelo voto popular.

Nesta nota, a CNTE fala em nome dos mais de 2,5 milhões de professores e funcionários da educação pelo País afora.

Por fim, Sr. Presidente, quero também dizer que a CUT, o movimento estudantil, a UNE, a Ubes, o MTST, representações dos movimentos feministas, de negros, LGBT, de moradia, ambientalistas, entre outros que defendem a democracia e a legalidade do mandato da Presidenta Dilma já estão realizando novas manifestações e estão chamando para uma grande manifestação exatamente no dia 16. Esse será o dia em que, mais uma vez, a sociedade organizada, os homens e as mulheres de bem deste País irão às ruas para manifestar nosso repúdio ao processo de *impeachment* tal como foi apresentado. Na medida em que não há embasamento legal, não há embasamento jurídico, isso é golpe. Golpe, pelo amor de Deus, nunca mais!

Senador Garibaldi Alves Filho, eu espero – repito – que haja o mínimo de sensatez e de responsabilidade, que consigamos separar as diferenças, as divergências partidárias, que pensem no interesse da Nação e que



esse processo seja apreciado o quanto antes. Nós temos a convicção de que esse processo vai ser arquivado, de que sequer chegará ao Plenário do Senado, porque o bom senso e a justiça irão prevalecer.

Que a oposição tire a lição de que alternância do poder, em uma democracia, dá-se pelo voto, pela urna. Está aí a Argentina. A oposição passou não sei quantos anos...Cristina Kirchner perdeu agora e não foi fazer questionamento nenhum. A oposição está voltando ao governo pela via do voto. Está aí a Venezuela, que dizem que é uma ditadura. Maduro lá perdeu e está respeitando o quê? O resultado das urnas.

Não é possível que não se encerrem as eleições de 2014, que não se acabe com esse terceiro turno, de uma vez por todas, para que possamos ir além da defesa do mandato, legitimamente conquistado, da Presidenta Dilma. Neste momento, trata-se da defesa da Constituição, da defesa da democracia.

Por isso, nós esperamos contar não só com os partidos da Base, mas com os outros partidos também, mesmo os que não tenham alinhamento político com o Governo. Repito, contamos com os movimentos sociais, com as entidades mais representativas, e esperamos, neste momento, contar com todos aqueles e aquelas que têm apreço, que têm zelo pela democracia, para que possamos realmente formar uma frente forte, em defesa da legalidade democrática...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... e garantir a soberania popular, respeitando os 54 milhões de votos que a Presidenta Dilma recebeu e, portanto, garantindo o seu mandato.

*Durante o discurso da Srª. Fátima Bezerra, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.*

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Waldemir Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um breve registro. O meu Estado do Mato Grosso do Sul foi, na semana passada, acometido por uma quantidade de chuva jamais esperada nos últimos tempos. Minha cidade, Bela Vista, sofreu muito.

O Ministro da Integração se encontrava hoje, pela manhã, no Mato Grosso do Sul. Ele vai receber a Bancada do Mato Grosso do Sul ainda esta semana, provavelmente amanhã, quarta-feira – já temos isso combinado –, para que nós possamos, com o relatório já feito, atender o Estado. Graças a Deus, não houve nenhuma vítima fatal, só desconforto, mas o prejuízo físico das pessoas e de suas casas é muito grande.

Eu queria, na posição de coordenador da Bancada, dizer que a Bancada do Mato Grosso do Sul está totalmente mobilizada, junto ao Governo do Estado, ao Governador e aos prefeitos, no sentido de socorrer aquelas pessoas que tiveram os seus pertences totalmente perdidos.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, a nossa Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria, em primeiro lugar, hipotecar solidariedade aos sul-mato-grossenses pela tragédia que estão vivendo, muito semelhante àquela que o Rio Grande passou recentemente. Naquele Estado do Senador Moka e da Senadora Simone Tebet, devo dizer que há muitos conterrâneos meus, gaúchos, que foram lá, desbravar aquelas terras promissoras. E há, nesse Estado, algumas cidades que foram colonizadas por gaúchos. Noventa por cento da população vêm do Rio Grande do Sul. Então, esse é mais um motivo desta manifestação de solidariedade.

Eu queria também a solidariedade agora do caro Presidente à leitura do requerimento de urgência para o PLC 14, de 2015. Trata-se de um projeto que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância, em atenção à especialidade, à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e na formação humana.

Aproveito a presença da Vice-Presidente da Comissão de Educação, Esporte e Cultura do nosso Senado, Senadora Fátima Bezerra, que conhece a matéria. Essa é uma iniciativa importante que vem da Câmara. Faço isso, com muito prazer, em nome do Senador José Medeiros, que está envolvido nessa matéria e tem trabalhado intensamente, contando com o apoio também da Deputada Carmen Zanotto e do Deputado Osmar Terra, lá do Rio Grande do Sul. Então, peço que seja feita a leitura desse requerimento do PLC 14, de 2015.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª será atendida, nos termos regimentais.

Quero hipotecar também a nossa solidariedade ao povo de Mato Grosso do Sul e dizer que o Senador Waldemir Moka expressou todo o sentimento daqueles que compõem o Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, como Líder.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, não bastassem as inúmeras crises que o povo brasileiro vive e cuja conta é chamado a pagar, hoje eu ocupo a tribuna desta Casa para falar de um assunto extremamente sério e grave, que me causa muita preocupação, como cidadão, como pai, como Parlamentar e como médico.

Falo, Sr. Presidente, dos crescentes casos de microcefalia e de síndrome de Guillain-Barré que vêm acontecendo no País, especialmente no Nordeste brasileiro. No meu Estado de Sergipe, que proporcionalmente apresenta o maior número de casos no País, foi decretado estado de emergência em saúde, tanto pelo Governo do Estado, quanto pela prefeitura da capital.

Recentemente, o jornal *O Globo* trouxe, em sua capa, a seguinte manchete, abro aspas: “Microcefalia se espalha, e Rio já tem 21 casos”, fecho aspas. É assustadora a maneira como o número de casos aumentou nos últimos dias, passando de 1.248 para 1.761, em apenas uma semana, Sr. Presidente, um aumento de 41%.

Para que os colegas Senadores tenham uma ideia da gravidade do que falo, Sergipe vive uma situação de epidemia que se agrava a cada dia. Em um período de três meses, foram registrados mais de cem casos de microcefalia em vários Municípios, sendo o maior número na capital, com oito maternidades sergipanas registrando todos esses casos.

O *Jornal da Cidade*, jornal sergipano, publicou, no seu caderno Cidades, matéria com o Promotor Antônio Forte, da Promotoria dos Direitos à Saúde, em que ele afirma, abro aspas:

O governo estadual só possui 28 agentes de saúde para atender [todo] o Estado. Esse número é insuficiente. Precisamos ampliar [rapidamente] as ações mais do que desenvolvemos quando houve o surto de dengue em 2008, quando contratamos 600 agentes temporários.

Fecho aspas.

Em outro trecho dessa matéria, o promotor alerta – abre aspas: “O combate tem que ser preventivo e repressivo contra o mosquito, para se entender como esses pacientes serão tratados e absorvidos pelo Sistema Único de Saúde”.

Sr. Presidente, não há tratamento, apenas prevenção. A microcefalia não tem tratamento, apenas prevenção e, depois, cuidados paliativos.

Em verdade, Sr. Presidente, estamos vivendo um quadro bastante complexo. O Ministério da Saúde informou que já foram notificados mais de 1.248 casos de microcefalia, que se espalham, sem controle, pelo País, atingindo mais de 14 Estados e o Distrito Federal. A relação entre o vírus zika e os casos de microcefalia, que antes era uma hipótese, agora é fato consumado, confirmado no final da semana passada pelo próprio Ministério da Saúde.

O número de casos não para de crescer. Sergipe é o terceiro Estado em números absolutos e o primeiro em números proporcionais de crianças nascidas com microcefalia, ficando atrás de Pernambuco e da Paraíba. O próprio Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Castro, admite que este é um problema de grandes dimensões. Além da dengue, que mata, da chikungunya, que paralisa temporariamente, o vírus zika é o causador da microcefalia.

E, como se tudo isso já não bastasse, a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe informou que está acompanhando 28 casos de pacientes com a síndrome de Guillain-Barré, doença que afeta o sistema nervoso e que causa fraqueza muscular. O número é expressivo, já que nenhum caso de Guillain-Barré foi registrado nos últimos anos nosso Estado. O aumento nos casos da síndrome pode ter relação com o zika vírus, micro-organismo transmitido pelo *Aedes aegypti*.

Infelizmente, Sr. Presidente, as políticas públicas de combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti* não estão sendo efetivas na maioria das cidades brasileiras, e as doenças por ele disseminadas aumentam de forma assustadora, sem controle. Ainda de acordo com o Ministério da Saúde, foram registrados 1,5 milhão de casos de doenças provocadas pelo mosquito, até o dia 14 de novembro.

O aumento é de 176% em relação ao mesmo período do ano passado, e o número de mortes passou de 453 para 811, ou seja, cresceu 79% no período. Portanto, Sr. Presidente, colegas Senadores, essa guerra contra o mosquito estamos perdendo nos diversos *fronts*.

Sr. Presidente, finalmente, no último sábado, a Presidente Dilma anunciou em Recife o Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia. A estratégia envolve a mobilização de ministérios e órgãos do Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios, para conter novos casos da doença relacionados ao zika vírus.

Estamos perdendo essa guerra. Até o momento, não há nenhum tipo de tratamento disponível para a fase aguda da infecção pelo vírus zika, que dura cerca de três dias, o que torna a terapêutica insuficiente e tardia. Atualmente, a orientação disponível é que grávidas ou mulheres que pretendem engravidar tenham cuidado redobrado – dito pelo próprio ministério – para evitar infecções virais.

O fato, Sr. Presidente, é que os Governos, tanto o Federal quanto os estaduais, demoraram a perceber a gravidade da doença – e em Sergipe não é diferente –, não se preocuparam com a causa e não dimensionaram suas consequências.

A microcefalia é uma condição rara em que o bebê nasce com o crânio menor do que o tamanho normal. Ela é diagnosticada pelos médicos quando o perímetro da cabeça é igual ou menor a 33 centímetros – o esperado é que os bebês tenham pelo menos 34 centímetros. É importante ressaltar que esses números valem apenas para crianças nascidas a termo, com nove meses de gestação. No caso de prematuros, esses valores mudam e dependem da idade gestacional em que ocorre o parto.

Entretanto, é preciso destacar que a microcefalia pode ter origem genética. Ela pode ser originada em consequência do uso de drogas, álcool ou contato com substâncias tóxicas durante a gestação, mas também pode ser causada por agentes infecciosos, destacando-se a toxoplasmose ou alguns vírus como o da rubéola, herpes ou o citomegalovírus, e, como já disse aqui, o zika vírus.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Senadores, a microcefalia pode, sim, ser causada por vírus, e agora sabemos que o vírus zika é outro agente causador dessa malformação congênita, em que a criança nasce com o perímetro cefálico menor do que o convencional. Na prática, isso significa que o cérebro não se desenvolveu corretamente, e, como consequência, o recém-nascido pode morrer ou apresentar graves sequelas como dificuldade de visão, de audição e retardo mental. Geralmente, essa condição se desenvolve no primeiro trimestre da gestação.

Infelizmente, semana passada, a Secretaria de Estado da Saúde do meu Estado confirmou a primeira morte de um bebê com microcefalia em Sergipe. O fato ocorreu no Município de Nossa Senhora das Dores. De acordo com a Secretaria de Saúde, técnicos do Ministério da Saúde estão no Estado para analisar o caso e, ocasionalmente, confirmar a suspeita de a microcefalia ter sido causada pelo vírus zika.

Devemos nos lembrar ainda do surgimento de outros vírus com os quais não tínhamos contato, nem defesa. O vírus da chikungunya e o vírus zika tem deixado milhares de pessoas doentes, num surto nunca visto antes no nosso País. Sexta-feira da semana passada...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... o Instituto Evandro Chagas, órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, notificou o Governo sobre outros dois óbitos relacionados ao vírus zika: o de um homem, no Maranhão; e o de uma jovem de 16 anos, no Pará.

A Fundação Oswaldo Cruz, por meio dos seus abnegados cientistas do Laboratório de Flavivírus, fez uma descoberta inédita na ciência mundial. Apesar de a placenta ser uma barreira natural que previne infecções por vírus e bactérias, os testes realizados mostraram que o zika tem a capacidade de atravessar essa importante barreira e concentrar-se no ambiente gestacional no interior da placenta. Foi realizado também um sequenciamento parcial do genoma do vírus, o que permitiu identificar tratar-se do zika originário da Ásia, e não o da África, uma descoberta científica, sem dúvida, muito relevante.

Entretanto, diferentemente do que ocorre com a dengue, por exemplo, um dos problemas a serem enfrentados em relação ao surgimento de casos do vírus zika no País é que ainda não há um teste padrão para diagnosticar a doença.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, já finalizando, Sr<sup>as</sup> e Srs. Colegas Senadores, o Ministério da Saúde decretou um alerta de emergência no último dia 11 de novembro, após ter sido notificado do aumento do número de casos de bebês que nasceram com microcefalia em vários Estados, especialmente no nosso Nordeste brasileiro.

Em recente visita que fizemos ao Ministério Público Estadual de Sergipe, conversei com o Procurador-Geral Rony Almeida e com os Promotores da área da Saúde Fábio Viegas Mendonça de Araújo e Antônio Forte de Souza Júnior. Estendemos o convite aos promotores e convidamos também Secretários Municipais de Saúde de Sergipe e o Secretário Estadual de Saúde de Sergipe...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – ... para que participem de uma audiência com o Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Castro, que gentilmente vai nos receber amanhã para discutirmos uma estratégia para Sergipe, que, em números proporcionais, apresenta o maior número de casos de zika registrado até hoje, para que possamos tratar sobre essa epidemia que se abateu sobre o nosso Estado, além de solicitar o apoio de equipes da Fundação Oswaldo Cruz para o nosso Estado.

Diante desse quadro alarmante e extremamente preocupante, embora a Região Nordeste seja a mais atingida até o momento, o que vemos é que o vírus vem se alastrando por todas as regiões do País, Sr. Presidente. Portanto, é imprescindível que sejam redobrados os esforços, tanto dos entes públicos, quanto da população, da sociedade de modo geral, em todo o País, para combater o mosquito *Aedes aegypti*, responsável pela transmissão e disseminação de inúmeras...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – doenças... *(Fora do microfone.)*

Só para finalizar, Sr. Presidente, como dengue, chikungunya e zika.

Agora, Sr. Presidente, não podemos mais perder essa batalha, nem essa guerra. São vidas que estão sendo perdidas, ceifadas. E agora houve uma nova demonstração do que o mosquito realmente pode vir a transmitir. Já foi dengue, passou a ser chikungunya, agora é zika. Mas, com certeza, ele é transmissor também de inúmeras outras doenças.

O Governo Federal tem de ter um plano efetivo, massivo de combate a tudo isso – lógico, em parceria com os Estados, com os Municípios e com a sociedade em geral. É inadmissível, em pleno século XXI, perdermos vidas para um mosquito como esse, que conhecemos há séculos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Reguffe, do Distrito Federal, PDT.

**O SR. REGUFFE** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, quero falar aqui sobre o *impeachment* e sobre a semana passada. Parece que o dia 1º de abril, o Dia da Mentira, foi transportado para a semana passada.

Primeiro, o Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara, disse que a decisão que tomou nada teve que ver com o processo dele no Conselho de Ética. Ele, que já tinha mentido à CPI e à Receita Federal, mentiu novamente ao País. Em um país sério, isso não pode ficar impune.

Depois, a Presidente da República, o Governo disse que não tentou fazer acordo no Conselho de Ética, que não tentou fazer um acordo com o Presidente da Câmara, mentindo também ao País, pois todo mundo sabe que se tentou esse acordo com os Deputados do PT e que ele só não foi feito porque as bases do Partido da Presidente não aceitaram. Mas novamente houve uma mentira, o Governo também mentiu.

O Brasil, Sr. Presidente, além de uma grande crise econômica, vive uma grande crise ética neste momento. Eu não votei na Presidente nem no primeiro, nem no segundo turno. Considero o Governo um péssimo governo. Aqui desta tribuna, elogiei o papel do Ministério Público. A Polícia Federal está agindo como órgão de Estado e não de Governo, e isso precisa ser reconhecido. Elogiei as investigações. Assinei aqui nesta Casa, no primeiro semestre, os pedidos de CPI da Petrobras, do BNDES, dos fundos de pensão, mesmo contrariando a orientação do meu Partido. Um escândalo sem precedentes, Sr. Presidente, um escândalo em que um único simples gerente da Petrobras devolveu aos cofres públicos R\$157 milhões.

Aqui nesta Casa, votei contra o relaxamento da prisão do Senador Delcídio, por achar que não pode o Senado Federal relaxar uma prisão decidida pela Justiça deste País. Apresentei a questão de ordem pelo voto aberto, que acabou sendo aprovada, o Presidente indeferiu, mas submeteu ao Plenário, e o Plenário decidiu pelo voto aberto na questão. Semana passada, votei contra o PLN nº 5, que faz a revisão da meta fiscal, que alterou a meta fiscal. Um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso é uma irresponsabilidade com o contribuinte, que, no final, é quem vai pagar essa conta.

Defendo também a rejeição das contas do Governo, seguindo o parecer aprovado pelo Tribunal de Contas da União.

Com relação ao *impeachment*, Sr. Presidente, quero dizer aqui que sou contra a decisão que o meu Partido tomou. Sem analisar nada, já se colocou contra o *impeachment*. Sou contra a decisão que o meu Partido tomou. Eu defendo, Sr. Presidente, a abertura do processo de *impeachment*, inclusive para se aprofundarem as investigações, inclusive para se ter o contraditório.

No final, no julgamento, todos vão poder emitir as suas opiniões e formar as suas consciências, mas considero um erro o Partido ser contra a abertura do processo. Que se possa investigar a fundo tudo que diz



respeito a esse tema. Então, defendo a abertura do processo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Na minha opinião, o meu Partido está agindo de forma equivocada.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o TSE também tem que cumprir a sua função e definir, de uma vez, se houve ilicitude durante o processo eleitoral ou não. Isso precisa ser dito à população. Eu defendo a democracia, eu defendo a legalidade, mas democracia também quer dizer eleições limpas em que não haja abuso da máquina e que não haja abuso do poder econômico. E cabe ao TSE julgar e decidir isso.

Que se abra o processo e, depois, que se julgue. A acusação tem 3 mil páginas – provavelmente, a maioria dos senhores não leu ainda. É preciso também ver o que defesa vai falar.

Agora, considero errada a posição do meu Partido de ser contra a abertura do processo. É preciso que se abra, inclusive para se aprofundarem as investigações.

Há gastos que foram feitos sem autorização do Congresso Nacional, sem autorização da peça orçamentária. Há um escândalo de corrupção que desviou o dinheiro do contribuinte e há muita coisa, Sr. Presidente, que precisa ser apurada com rigor.

Corrupção existe em todos os países do mundo. O que não pode haver é impunidade. A pessoa não pode cometer um ato ilícito e não haver punibilidade sobre ela em um momento futuro. Isso é algo que eu não posso aceitar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Benedito de Lira.

Em seguida, ouviremos a palavra do Senador Ivo Cassol.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu venho à tribuna na tarde de hoje, porque a pauta do dia – o que se ouve e comenta – é a abertura de um processo de *impeachment* da Presidente da República, com as alegações de que a sociedade, através de manifestações da imprensa, toma conhecimento.

Como particularidade, o que se comentou muito, o que se publicou muito, o que se falou muito diz respeito àquilo que consideraram pedaladas, em uma decisão adotada pela Corte do Tribunal de Contas da União. A mídia do País alardeou que o Tribunal de Contas da União rejeitou as contas da Presidente da República. E isso, na verdade, foi um dos tópicos que motivou o Presidente da Câmara, através da denúncia apresentada por dois juristas, que teve como base fundamental exatamente essa decisão do Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, eu estou fazendo aqui alguns comentários e queria até pedir antecipadamente a V. Ex<sup>a</sup> tolerância, considerando que o tempo não é suficiente para que eu possa prestar alguns esclarecimentos à sociedade brasileira no que diz respeito a esse episódio, que é grave para o País. Vejamos aqui algumas considerações apresentadas por economistas e juristas no que diz respeito à decisão adotada pela Corte do Tribunal de Contas da União.

O Governo teve rejeitada sua prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União. Em verdade, o Tribunal de Contas nada decide a esse respeito, não se justificando a cobertura midiática que se deu em torno do assunto. Dispõe o inciso I do art. 71 da Constituição Federal que cabe a ele apreciar as contas da Presidente e emitir parecer prévio. Atentemos bem para as expressões utilizadas no texto da Lei Maior: emissão de parecer prévio. O parecer é mera discussão sobre a conveniência da aprovação das contas, mera opinião, mera emissão de um palpite de caráter financeiro, mesmo porque cabe ao Tribunal de Contas apenas a apreciação das contas. Ele nada decide, nada conclui e nada julga.

O efetivo julgamento é aqui, perante o Congresso Nacional, por força do disposto no inciso IX do art. 49 da Constituição brasileira, que dispõe caber ao Congresso Nacional – abre aspas – “julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República” – fecha aspas. O Tribunal apenas emite parecer prévio. O Congresso Nacional julga – e tem de ser assim, porque aqui é a Casa da representação do povo.

Ademais, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não há qualquer equívoco nas contas prestadas pela Senhora Presidente da República. Senão, vejamos.

Como bem disse o ilustre economista Mailson da Nóbrega – abre aspas:

No caso do BNDES e de outros bancos oficiais, o governo celebra um contrato pelo qual a instituição se compromete a conceder empréstimos mediante taxa de juros subsidiada, isto é, inferior à taxa de captação dos correspondentes recursos.

O relacionamento formal do Tesouro é com o banco e não com o beneficiário. Cabe-lhe fazer a “equalização” das taxas, isto é, pagar a diferença entre o custo incorrido pela instituição para obter os recursos e o que ela recebe do cliente. Se a obrigação não é cumprida no prazo previsto, caracteriza-se atraso no pagamento. O banco não terá efetuado um empréstimo ao Tesouro.

Fecha aspas.

Ele afirma ainda – abre aspas: “A LRF não veda atrasos de pagamentos”. Fecha aspas.

Na conclusão, o digno economista Mailson da Nóbrega afirma – abre aspas: “O fornecedor do bem ou serviço deixa de receber seus direitos tempestivamente, mas não efetua um empréstimo ao Tesouro”.

Todas essas citações estão na *Folha de S.Paulo* do dia 6 de novembro de 2015, pág. A-3, no Tendências/debates.

Vê-se ruir o fundamento mais sólido encontrado pelo Tribunal de Contas e demolido pelo ilustre economista que não tem vínculos com o Governo Federal – opinião isenta, livre de qualquer constrangimento e independente em seus fundamentos.

De outro lado, um dos fundamentos encontrados pelo Tribunal de Contas foi a não previsão de contingenciamento. Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o contingenciamento apenas se opera diante da inexistência de recursos. O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal fala que a não realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas. Ora, é óbvio que só se pode contingenciar quando houver – abre aspas – “a não realização das receitas; jamais por outra causa” – fecha aspas. É o que diz o Professor Titular da Universidade de São Paulo Regis Fernandes de Oliveira em seu livro *Curso de Direito Financeiro* (7ª edição, pág. 499). Ele assevera no mesmo texto – abre aspas: “A única situação fática que legitima o contingenciamento é a arrecadação abaixo da previsão orçamentária” – fecha aspas.

O Tribunal de Contas, entretanto, afirma que deveria ter sido feito o contingenciamento diante das circunstâncias existentes no momento. Fácil é falar depois de ocorrido o fato. No entanto, naquele determinado instante, o Governo ainda contava com arrecadação. Pode ser que houvesse indícios de que as receitas não se realizariam, mas quem pode afirmar, com certeza, na análise borbulhante dos fatos, em que as situações se alteram a cada instante, de que não haveria ingresso público? Somente jogo de adivinhação, como quer o egrégio Tribunal de Contas da União.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – O mesmo professor Regis Fernandes de Oliveira, que lembro ser professor titular da maior universidade do País, é quem afirma que – entre aspas – “o que foge aos bons princípios da gestão pública é o contingenciamento a qualquer tempo e sem fundamento” (obra citada, pág. 500).

Evidente está que a Senhora Presidenta não tem bola de cristal e se vale da assessoria econômica de diversos ministros especializados na área. Mesmo esses não têm como predizer o futuro. Vê-se cair por terra mais um argumento utilizado pelo Tribunal e um argumento utilizado para abrir o processo de *impeachment*.

Outro e último argumento, Sr. Presidente, de possível dúvida é o não repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal para pagamento dos planos sociais do Governo. Ora, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo é um só, embora dividido em pessoas jurídicas diferentes. A União Federal pressupõe o conagraçamento de todos os entes federativos. Mais que isso, a União institui entes autárquicos, sociedade de economia mista, empresas públicas, fundações e agências reguladoras para que todas se integrem em uma só política. O grande propulsor da política geral é o Governo Federal, que se vale de entes denominados paraestatais (a terminologia é antiga, mas dá bem a ideia do que é caminhar ao lado e com o Estado).

*(Soa a campanha.)*

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Tudo é um só corpo. O Governo é o idealizador das políticas públicas e as estatais são suas executoras. Dificuldades emergenciais e situações problemáticas vividas pelo Governo podem ser socorridas pelas autarquias federais. Diz-se que as autarquias são criadas à imagem de seu instituidor, entes a ele vinculados e dedicados à execução da mesma política. Eventual dificuldade financeira pode e deve ser suprida por outro ente, sem qualquer problema. Para isso, Sr. Presidente, é que o Governo é um todo. Não podem ser entidades contrapostas e inimigas. Ao contrário, tudo é um governo só. Como se dizer que há ilegalidade de – entre aspas – “operação de crédito”, quando essas envolvem transferência definitiva de dinheiro público?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Não houve isso.

O que se passou foi, simplesmente, o não repasse momentâneo de recursos, imediatamente coberto por transpasse financeiro. Em tal lapso de tempo, a Caixa Econômica Federal arcou com os planos sociais do Governo. Em seguida, recebeu os recursos.

Onde está o pecado? Onde está o erro? Será que a Caixa não integra o complexo organizacional do Governo?

Se houve operação financeira, ela não foi realizada em descumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal. As pessoas que dependem das políticas públicas governamentais não podem ser sacrificadas por eventual equívoco de um ordenador de despesa. O que vale é o plano global de atendimento do Bolsa Família. Como deixar de atender aos que dependem de tal plano apenas por um equívoco de algum burocrata?

Nada de ilegal foi praticado pelo Governo. Portanto, Sr. Presidente, as contas prestadas pela Senhora Presidente da República devem ser aprovadas quando? No momento em que o Congresso Nacional começar a análise do parecer apresentado pelo Sr. Relator, sem maiores dificuldades, porque estão absolutamente dentro da legalidade, dentro da lei.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Presidente, eu só queria agradecer, mais uma vez, a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância, mas essa é uma das suas qualidades.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Muito obrigado.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez, quero aqui agradecer o carinho especial que o povo do meu Estado de Rondônia sempre teve, e tem, pela minha pessoa, pela minha família. Agradecer também a tantos e tantos amigos dos quatro cantos deste rincão brasileiro, que têm mandado mensagens, especialmente quando nós, aqui desta tribuna, defendemos a vida.

Não vou aqui usar a tribuna para discursar e para falar sobre a crise, a paradeira, a estagnação que está no Brasil. Também não vou usar o meu tempo hoje para falar de quem sai, de quem entra e de quem fica. O povo brasileiro, nas ruas, é que tem cobrado no dia a dia. Eu vou usar este momento na tribuna, Sr. Presidente, para, mais uma vez, defender o povo, defender as pessoas, defender as famílias que vêm lutando contra o câncer.

Eu assisti ontem, no Jornal Nacional, que o Instituto de Câncer, subsidiado pelo Governo Federal, sequer tem radiologia para atender pacientes que têm tumor de mama. A falta que faz mês após mês!

Ao mesmo tempo, quero aqui também aproveitar esta oportunidade e conclamar o Presidente da Globo, os diretores da Globo, o Sílvio Santos, do SBT, o Ratinho, do SBT, conclamar a sociedade inteira para, mais uma vez, dizer que essa briga para a liberação da fosfoetalamina – a fosfo, o comprimido da cura do câncer – não é uma briga só do Senador Ivo Cassol. É uma briga daqueles que prezam a família. É uma luta daqueles que amam seus semelhantes, e não daqueles que só lutam em benefício próprio, defendendo o que está aí, sem sequer dar oportunidade para um sistema novo.

Ontem e anteontem, acompanhamos a notícia do falecimento da atriz Marília Pêra, conhecida nacionalmente. O Fantástico fez uma homenagem extraordinária para a atriz, que veio a falecer de câncer de pulmão. Há dois anos vinha lutando contra esse câncer, Zezinho – você que está aqui nos acompanhando –, sabendo que tinha oportunidade no mercado desse medicamento.

Aí eu quero aqui perguntar a cada um dos atores, a cada um dos artistas: quem será a próxima vítima do câncer – ou de pulmão, ou de mama, ou de próstata, qualquer câncer que seja? Quem será a próxima vítima? Já foram feitos os testes deste medicamento, já está sendo utilizado em humanos. Nós temos, Sr. Presidente, resultados positivos. É de arrepiar o depoimento de pessoas, não é relato, como dizem alguns políticos, ou como dizem algumas autoridades: “Olha, nós temos relatos de doentes”. Eu não respeito e não considero o relato de nenhum doente. Eu considero, dos doentes, o depoimento público, um depoimento que tem validade, um depoimento que é prova de que esse medicamento corresponde e dá certo.

Se a atriz Marília Pêra tivesse acesso a esse medicamento e o tivesse tomado, com certeza hoje ela estaria dando continuidade ao Pé na Cova, aquela minissérie da Globo. Tantos outros filmes fez, tantas novelas fez, e infelizmente, ela se foi. Mas por que ela se foi? Por causa da nossa burocracia.

Porque, infelizmente, há seres humanos que acham que, ao morrerem, vão levar o dinheiro junto, no caixão. Nem os mais ricos, bilionários ou trilionários conseguem levar um tostão a mais. Só vão ter um caixão diferente, um movimento de gente a mais no velório; mas infelizmente, para o lugar aonde vai um, vão todos.

O câncer não escolhe se é autoridade ou se é pessoa de baixa renda, do Bolsa Família, ou se é preto, branco, moreno ou mulato, não interessa. Sendo ser humano, todos eles são passíveis de amanhã, infelizmente, estar com câncer.

E por que o medicamento não está sendo liberado? Pelo excesso de medidas liminares. E hoje o desespero, Sr. Presidente, dessas famílias que vinham tomando e que agora está paralisado, voltando tudo a regredir.

Eu estive com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Celso Pansera, poucos dias atrás, um moço novo, arrojado, determinado. Colocou os 17 laboratórios à disposição, um no Ceará, e está levando lá tanto o Meneguelo quanto o Durvanei, do Instituto Butantan, para começar a concluir essas pesquisas, só no papel, só no documento.

Mas o que nós precisaríamos, neste momento de crise, é que o Governo Federal parasse de falar de *impeachment*, parasse de falar dessa gestão engessada em que está este Governo Federal no todo. E precisaria falar uma coisa: “vou fazer uma medida provisória para liberar a fosfo, para liberar esse medicamento para os pacientes de câncer em estado avançado.”

Presidente Dilma, por favor, pare de querer só se agarrar, mas faça mais algo de especial para a sociedade, para que essas mesmas pessoas possam ir à rua e defendê-la, Presidente Dilma. Faça isso. Não faça pelo Senador Ivo Cassol, que está pedindo, não. Faça, na verdade, um atendimento a quem está na minha retaguarda, a quem me colocou aqui, a quem está me ligando, quem está mandando mensagem. Ao Brasil inteiro, ricos e pobres, evangélicos e católicos, protestantes, luteranos, de todas as religiões.

Infelizmente, Sr. Presidente, a cada momento fico sabendo, por um amigo, que há mais um amigo com câncer, mais uma amiga com câncer. E o medicamento está aí dando resultado – eu estou falando: dando resultado! Há gente no meu Estado que conseguiu o medicamento, que tinha nódulo de 6cm no seio, que sumiu depois de 26 dias tomando o medicamento. Tenho amigo no meu Estado com câncer de próstata, tomando o medicamento, e hoje está bom. Nós temos aqui, nesta Casa, o irmão da Maria Cecília, que é do Recursos Humanos, que foi minha assessora, e foi para casa, em Goiânia, para morrer, com quarenta e poucos anos. O câncer subiu da próstata para o fígado e foi para os pulmões, 18cm.

Há quinze dias, o tumor só era de 7cm e ele estava dirigindo, estava com a vida normal. Quando estava no leito da cama para morrer, em Goiânia, o hospital falou que, infelizmente, não adiantava dar esse medicamento.

São tantas provas e tantos depoimentos que existem, e hoje, neste País, só se fala de *impeachment*. Hoje, neste País, só fala em petróleo, corrupção. E eu dizia também do roubo dos diamantes, Senador Hélio, lá no meu Estado. Tantos meses e tantos anos eu fiquei como responsável, quando eu só queria legalizar. Hoje prenderam uma quadrilha no Brasil afora que estava lá se aproveitando dos diamantes. Eu quero o nome dessas pessoas envolvidas porque eles têm que pagar por isso.

Mas não se fala da liberação desse medicamento para essas pessoas que estão aí com câncer e, infelizmente, estão sendo levadas, como aconteceu com a Marília Pêra. Ontem foi ela. E quem nos garante de que amanhã não seremos nós?

Presidente Dilma, este é um momento difícil que a senhora está vivendo. Eu sei que não é fácil – já fui prefeito, já fui governador. Eu sei que a pressão popular, a pressão dos políticos, a pressão dos partidos em cima da senhora é muito grande, mas deixa algo concretizado, deixa algo realizado. Urgentemente, edita uma medida provisória liberando esse medicamento, para que os 17 laboratórios do Ministério da Ciência e Tecnologia comecem a processar esse medicamento e distribuam para essas pessoas com câncer. Se não pode para quem está no estado inicial, então que se coloque para quem já está na metade para frente, para quem não tem mais oportunidade de vida, sabe que está indo para casa para morrer.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Infelizmente, não é isso que alguns profissionais de saúde pensam. Nós temos muito médico oncologista sério, médico decente, mas nós também temos muito bandido, ladrão, desonesto, que só pensa no dinheiro e não está nem preocupado com a vida de quem está com câncer, a não ser ir lá e tomar o dinheiro dele.

**O Sr. Hélio José** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Nobre Senador Cassol, queria, se V. Ex<sup>a</sup> permitir...

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza.

**O Sr. Hélio José** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu quero parabenizá-lo pelo entusiasmo que V. Ex<sup>a</sup> coloca sobre essa questão da fosfoetanolamina. É um remédio que tem, realmente, feito um ibope muito grande. E eu acho que V. Ex<sup>a</sup> tem razão porque aquela pessoa que está na desesperança tem, pelo menos, uma oportunidade de conseguir superar esse grave problema, que é o câncer. Então, eu creio que V. Ex<sup>a</sup> tem total razão no sentido de fazer um apelo à agilidade dos nossos órgãos, a nossa Presidente da República, para pensar sobre a possibilidade de uma medida provisória pelo menos para as pessoas, como V. Ex<sup>a</sup> falou, que estão do meio para frente e que estão na desesperança, como nós colocamos aqui, e já possam antecipar o uso dessa substância, que tem gerado muita esperança. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. De fato, nós temos que parar de ser pessimistas. Não dá para ficar falando de *impeachment*, dessas confusões o tempo inteiro. Temos que pensar no Brasil que anda para frente, no Brasil que tem que se desenvolver cada vez mais e evoluir.



E essa questão da liberação desse fármaco tão importante que é a fosfoetanolamina é um passo. Então, quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> e parabenizá-lo pelo discurso.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador José Wellington.

**O Sr. Hélio José** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Hélio José.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Hélio José. Desculpa. Hélio José, nosso amigo aqui de Brasília, que sempre nos recebe de braços abertos.

Senador Hélio José, tanto é verdade que hoje a gente lê os jornais, liga o rádio, liga a televisão e só vê impeachment, crise, redução, a economia. Tenho conclamado a Presidente Dilma a fazer alguma coisa para os doentes. É o Governo Federal responsável por isso.

Agradeço ao Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que abraçou esta causa depois de insistentemente falar com ele. Eu falei pessoalmente com ele por telefone. No começo, meio que desacreditou, mas depois foi convencido por amigos ou secretários e quer dar continuidade a esse trabalho da legalização.

Mas não dá para aceitar, gente, que todo o mundo só esteja preocupado com o cargo, com o poder. Eu quero dizer que cargo e poder entram, cargo e poder saem, mas câncer que entra numa vida nos leva e nunca mais nos traz de volta.

Portanto, quero aqui, mais uma vez, falar para os ministros que estão próximos da Presidente Dilma que parem de puxar o saco – porque ela é mulher, não é homem – e comecem a fazer algo de especial. Vamos juntos cobrar essa medida provisória, liberar os 17 laboratórios do Ministério de Ciência e Tecnologia que estão espalhados pelo Brasil afora. O medicamento é quase de graça. Nós estamos aqui para aprovar a CPMF, gente! Mais imposto para o povo brasileiro quando, na verdade, nós podemos economizar.

Sr. Presidente, o senhor que foi Ministro da Previdência, Ministro Garibaldi Alves, para o senhor ter uma ideia, é só liberar que a economia vai ser de milhões de reais. E o tratamento tradicional? Que continue o tratamento tradicional, mas que não percamos nenhuma oportunidade que temos pela frente de novas descobertas. Isso é inaceitável! Na verdade, o que está acontecendo, hoje, com o bloqueio da liberação do medicamento para pessoas que estão usando e estão deixando de tomar é como se fosse um genocídio. Não dá para admitir como ser humano. Não posso aceitar como Senador da República.

Portanto, se a Presidente Dilma editar uma medida provisória e colocar como lei para distribuir a fosfo para o povo que está com câncer, eu votarei na senhora. Mas, se a senhora não tomar providência contra o câncer, não contará com o Senador Ivo Cassol. Não conte com o Senador Ivo Cassol!

Eu estou do lado do povo, especialmente de quem está enfermo, especialmente daquele que precisa de um alento e precisa de um apoio. Alguém vai dizer: “Mas Cassol, não tem nada a ver uma coisa com a outra!” Tem, sim! Tem, sim, porque foi aqui nesta tribuna do Senado, Sr. Presidente, que eu levantei essa bandeira e comecei a mexer com a sociedade, comecei a mexer com as lideranças, comecei a mexer com os pesquisadores.

Na primeira audiência pública, Hélio José, nós trouxemos para cá – você também nos ajudou –, junto com a Senadora Ana Amélia, junto com o Senador Blairo Maggi, junto com o Moka, junto com o Alvaro Dias, o depoimento dos pacientes que estão se tratando com esse medicamento.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu não estou preocupado se lá na questão fiscal deixou de ser para lá ou deixou de ser para cá. Eu estou preocupado é com a paralisação que aconteceu da distribuição do medicamento, da fosfoetanolamina. É um medicamento que dá oportunidade de uma vida melhor para quem está com câncer.

Eu estou preocupado é com isso, gente! Eu estou preocupado com a vida das pessoas. O restante, tudo é passageiro.

O Ministro da Previdência usou o cargo passageiramente. Nós somos Senadores hoje passageiramente. Nós fomos alguma coisa ontem passageiramente.

Mas a nossa vida, quando nos levar, nós não vamos conseguir voltar atrás. Nós não vamos poder fazer outras coisas. Nós vamos deixar só alguns, muitos, com saudades.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu agradeço o carinho especial, mas quero conclamar a sociedade inteira, do mais rico ao mais pobre, não interessa se é católico, evangélico, protestante, luterano...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ... qualquer religião, mas que são, acima de tudo, seres humanos, que têm um coração imenso, do tamanho do Brasil: abracem essa causa juntos! Vamos todo mundo junto! Vamos fazer manifestação! Vamos para a rua!

Eles não fazem greve para isso, para aquilo, para aquilo outro? Vamos começar a fazer greve. Não pode falar, porque é Senador? Eu não nasci Senador!

Eu estou aqui preocupado em defender a vida das pessoas. Eu estou aqui preocupado em defender a liberação desse medicamento no nosso Ministério de Ciência e Tecnologia, e o Ministro Celso Pansera já se colocou à disposição. É isso que nós precisamos, e é isso que eu cobro.

Por isso, quero aqui pedir, para encerrar, que todos os amigos e amigas do Brasil afora, e do meu Estado de Rondônia, que nas suas orações coloquem o meu nome, o nome da Presidente e de todas as autoridades, para que liberem esse medicamento, para que as pessoas que estão com câncer possam, pelo menos, ter uma oportunidade de vida a mais junto com os seus familiares.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quero me associar às palavras de V. Ex<sup>a</sup> nesse apelo. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, eu venho à tribuna, nesta tarde, para falar novamente de um tema que preocupa muito os trabalhadores. Eu tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> demonstrará, como tem demonstrado neste caso, uma situação semelhante à minha. Eu venho falar simplesmente de uma norma regulamentadora, a NR-12, que foi editada corretamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e há um movimento para revogar essa norma. Essa norma é que protege o trabalhador, no local de trabalho, em relação às máquinas, e as máquinas têm que ter equipamento de segurança.

Aqui no Senado, houve um movimento nesse sentido. Nós conversamos muito com o Senador Cássio Cunha Lima e chegamos a um acordo. A urgência foi retirada, e estamos dialogando junto ao Ministério de forma tal que a norma não seja revogada aqui. Mas surgiu um movimento na Câmara dos Deputados, e lá me preocupa.

Para mim, a pauta, eu não chamo de pauta bomba, mais atrasada, a pauta mais antitrabalhador, mais antimulheres, como é o caso que foi aprovado recentemente, a pauta que significa o retrocesso no mundo do trabalho vem da Câmara dos Deputados para cá. E eu venho à tribuna, mais uma vez, para falar sobre esse tema.

Encontra-se em discussão no Congresso a chamada NR-12. O movimento que existe – hoje mais forte na Câmara, porque, no Senado, nós estamos caminhando relativamente bem – tem o objetivo de sustar a Norma Regulamentadora nº 12 do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa NR trata da segurança do trabalhador, principalmente com máquinas e equipamentos.

Senador Hélio José, a revogação da norma proposta trará um prejuízo enorme para a sociedade brasileira. O Brasil fica, direi, entre os cinco, mas me disseram que fica entre os três países do mundo que têm mais acidentes no trabalho, com a norma NR-12. Calcule se, efetivamente, acontecer a revogação da norma! Prejudicará o Estado, mas prejudicará, principalmente, o ser humano: quem vai perder a perna, a cabeça, o braço, o dedo, enfim, é o trabalhador. Prejudicará, no meu entendimento também, a própria indústria nacional, porque, a partir do momento em que os acidentes aumentarem, os profissionais mais preparados irão todos para a Previdência, e o gasto, além de ser da família, que vai ter um grande impacto, será também Previdência.

A NR-12, diferentemente do que possam pensar seus detratores, não é criação unilateral do Ministério do Trabalho e Emprego. Sua edição é sustentada pela Convenção nº 144 da OIT, que versa sobre as consultas tripartites dedicadas à aplicação das normas internacionais do mundo do trabalho, que foi aprovada, por este Congresso, por força do Decreto Legislativo nº 6, de 1989.

A consulta tripartite, vislumbrada pela OIT, prestigia o consenso dos representantes do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores. E, no Brasil, deu-se sob a coordenação da Confederação Nacional da Indústria, depois de realizados inúmeros estudos, análises e avaliações. A norma, portanto, não surgiu de mero capricho dos técnicos e supervisores de segurança do trabalho, do Ministério do Trabalho, do Poder Executivo, das centrais, do Diap ou do Dieese, por exemplo.

A NR-12 tem uma redação abrangente e detalhista; é conectada com o que há de mais moderno, no dia a dia da indústria, no mundo; aborda desde instalações e dispositivos elétricos até sinalização de segurança, no ambiente de trabalho, com máquinas e equipamentos; contendo também regras para lidar com transporte de materiais, componentes pressurizados e aspectos ergonômicos. E, mesmo com esse fabuloso aparato normativo, o Brasil sofre perdas pesadíssimas de vidas humanas e de força de trabalho todos os anos. Imaginem o que vai acontecer se o texto for simplesmente varrido do ordenamento, com a aprovação de sua revogação.

É importante destacar que, segundo dados do Ministério da Previdência Social, mais de um trabalhador morre todos os dias, no Brasil, durante o trabalho com máquinas – nesta hora, mais um morreu, fruto de acidente do trabalho com máquinas. Diferentemente do que propagam seus opositores, a NR-12 não inova em obrigações, apenas explicita o disposto no art. 184, da CLT, que determina que as máquinas devam ter pro-

teção e dispositivos adequados para prevenção de acidentes do trabalho. Não dá para um jovem, ou um pai de família, ou uma pessoa com idade um pouco mais avançada, sair para trabalhar e a família ser informada, pelo chamado RH, que ele acabou morrendo no emprego, ou que perdeu o braço, ou que perdeu a perna, ou que perdeu a mão. Olhem, as máquinas só têm que ter proteção e dispositivos adequados para a prevenção de acidente no trabalho.

Eu fui técnico de segurança no trabalho. Fui supervisor de segurança. Conheço muito bem essa história; conheço milhares de CIPAs fantasmas, que só existem no papel, que não funcionam, infelizmente, enquanto a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) deveria fazer a prevenção, para evitar que fatos como aqueles, que eu aqui relatei, pudessem acontecer.

Sr. Presidente, a atualização da NR, tão criticada, teve como escopo eliminar interpretações subjetivas por parte da fiscalização dos fabricantes e dos utilizadores, promovendo tratamento isonômico sobre o tema e harmonizando a sua redação, com dispositivos da Convenção nº 119, da OIT, que trata da segurança de máquina e que foi promulgada pelo Presidente Itamar ainda, por meio do Decreto nº 1.295, de 94.

Ademais, o Código de Defesa do Consumidor considera como prática abusiva colocar no mercado de consumo qualquer produto em desacordo com as normas expedidas. Normas essas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Acrescente-se, Sr. Presidente, que os empregadores que já adequaram as suas máquinas e equipamentos, observando os prazos legais, ficarão em posição desfavorável em relação à concorrência e serão penalizados injustamente, ou seja, uns tiveram que cumprir as normas, outros não vão cumprir e vão tratar trabalhador que nem gado: corta, arrebenta, substitui por outro, e quem paga a conta, no final, é o povo brasileiro, mas principalmente as famílias.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, a Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos para os Setores do Couro, Calçados e Afins (Abrameq) encaminhou documento ao Senado Federal, manifestando o seu interesse na continuidade da aplicação da NR-12. Eu quero dar esse destaque, Sr. Presidente. Destacamos aqui o caso da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos para os Setores do Couro, Calçados e Afins (Abrameq), que encaminhou documento ao Senado Federal, manifestando o seu interesse na continuidade da aplicação da NR-12. Veja bem que o próprio setor industrial, consciente da responsabilidade e da falta que vai acontecer, se não tivermos a NR-12, manifesta-se favoravelmente à sua manutenção.

É certo que a NR-12 é imperfeita. É, porque nada é perfeito. Precisa de adaptações? Precisa, vamos fazer, mas sua simples revogação, sem um ajuste que poderíamos fazer, deixaria um vácuo normativo intolerável, um verdadeiro crime contra o povo trabalhador. Um setor tão importante como a segurança dos trabalhadores com máquinas e equipamentos não pode, de uma hora para outra, ficar desguarnecido de regulamentação.

Suspender a norma sem instituir um ajuste adequado, ou até mesmo outra que venha a resolver essa questão, reduziria direitos trabalhistas, com certeza, já estabelecidos e exporia os trabalhadores a riscos no exercício da sua profissão, além de constituir um inegável retrocesso social.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com essa fala, Sr. Presidente, quero apenas destacar que, na vida, o corpo humano não tem preço. A vida não tem preço. A partir do momento em que você revoga uma norma como a NR-12, que dá proteção ao trabalhador, no local de trabalho, você o deixa exposto, como eu dizia antes, a perder um dedo. Imaginem cada um dos senhores sem um braço, imaginem sem uma mão, imaginem sem uma perna! Agora não dá para imaginar um colega do lado perder a cabeça, perder a vida. É claro que ninguém pode ser favorável a isso.

Sempre digo que a política não pode ser um negócio, a política, em primeiro lugar, tem que ter um viés humanitário.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em primeiro lugar, está o ser humano. Eu diria: o ser humano e o próprio ecossistema, lembrando que a ganância, a avareza fez com que assistíssemos o caso de Mariana. Dezenas de vidas perdidas, milhares de peixes, a flora, a fauna, a vida dos ribeirinhos, as praias do Espírito Santo, hoje invadidas por aquele lamaçal, tudo porque não houve cuidado com a vida, na sua amplitude.

Sr. Presidente, a vida em primeiro lugar. É em nome da vida que faço um apelo para que Deputados e Senadores não revoguem a norma regulamentadora chamada NR-12, que está em debate na Câmara e também aqui no Senado.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui no Senado avançamos, a urgência foi retirada, mas, lá na Câmara, ainda não foi retirada.

Obrigado, Presidente, pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte; o nosso Senador Dário Berger, de Santa Catarina, que gentilmente trocou comigo a ordem; também o nosso Senador Capiberibe, do Amapá; as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, neste momento tão importante por que passa o nosso País.

Eu vou prestar contas, nobre Presidente, da minha participação na XXXI Assembleia Ordinária do Parlatino, na cidade do Panamá.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos dias 27 e 28 de novembro de 2015, na cidade do Panamá, foi realizada a XXXI Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, justamente no local onde está a sede do Parlatino, às margens do Oceano Pacífico.

A abertura da sessão foi feita pela Presidente, Senadora Blanca Alcalá, que, além de dar as boas-vindas, ressaltou o esforço dos Parlamentares da América Latina e do Caribe no sentido de apoiar políticas públicas voltadas para o crescimento econômico, na luta contra a pobreza e pela preservação do meio ambiente. Para ela, as diferenças ideológicas não podem interferir na convivência pacífica, e o Parlatino expressa o sentimento integracionista latino-americano e caribenho na defesa da justiça, no combate à corrupção e no respeito à democracia.

Tivemos, também, Sr. Presidente, a palestra do Ministro de Desenvolvimento Social, Alcibiades Vasquéz, que representou o Presidente da República, Juan Carlos Varela. O Ministro afirmou que todos os países latino-americanos têm em comum a conquista europeia.

Ele destacou os princípios democráticos e o respeito aos direitos humanos do Parlatino, que reúne todas as tendências políticas, formando um bloco político-econômico-cultural forte. E, que por isso, a cidade do Panamá tem o orgulho de ser a sede desse Parlatino.

O Ministro Alcibiades relatou a importância estratégica do Panamá nesse contexto, a começar pelo Canal do Panamá, responsável por 144 rotas marítimas para 160 países (5% do comércio marítimo mundial), tendo movimento de cargas, em 2014, de 326,8 milhões de toneladas líquidas (CP/SUAB). É que o governo está construindo dois sistemas de eclusas de três níveis, uma no Pacífico e outra no Atlântico, com projeção de duplicação do movimento de cargas, cerca de 10% do comércio marítimo mundial.

No mesmo dia, à noite, aconteceu a cerimônia de fraternidade e reconhecimento em homenagem ao Deputado Elias Castilho, atual Secretário-Geral e ex-Presidente do Parlatino.

Por último, foi realizada sessão para aprovação dos seguintes documentos:

1 - Aprovação das contas do período de 2015, proposta orçamentária para o ano de 2016 e informe geral da situação financeira do organismo;

2 - Projetos de resolução: a luta contra epidemia do ebola; o reconhecimento do ano novo indígena de origem camponês; a reestruturação da dívida soberana; recomendação do VI Diálogo Político Regional de Eficiência Energética; a cooperação internacional no combate às drogas; os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); o esforço da República do Uruguai para proteger a saúde de sua população; a proposta da Empresa Ocidental de Exploração e Produção (OXY) contra o Estado Equatoriano;

3 - Declarações: de Havana; de Cartagena; Mudança Climática; Direito a Alimentação; e do Panamá;

4 - Projetos de lei marco: recursos genéticos; prevenção, atenção e sanção de abuso sexual contra meninos e meninas; prevenção social contra a violência e o crime; áreas protegidas pela dupla tributação; e democracia comum;

5 - Ratificação da reforma do estatuto, aprovada pela Junta Diretora: ficou aprovada a proposta final da Comissão Especial de Reforma do Estatuto, com um total de 49 artigos, incluindo o organismo, seus princípios e propósitos; os membros; os integrantes; os órgãos; a Assembleia; a Junta Diretora; a Mesa Diretora; a Presidência; a Presidência Alternativa; as vice-presidências; as comissões permanentes; a secretaria-geral; as secretarias coordenadoras; a secretaria executiva; a sede; as disposições gerais (Conselho Consultivo, idiomas, revisão periódica, vigência); e disposições transitórias.

Como vimos, existe um grande sentimento integracionista latino-americano e caribenho na defesa da justiça, no combate à corrupção e no respeito à democracia.



Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o sentimento que fica dessa Assembleia é também o de que é fundamental que o Parlamento Brasileiro mantenha a sua participação ativa e sua presença constante nessas reuniões continentais para consolidar os laços políticos e de amizade entre nossos povos.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, sobre o Parlatino.

Quero apenas fazer um comentário final para encerrar. De fato, o Senador Ivo Cassol tem muita razão. Ele fez um emocionado apelo aqui sobre a questão da fosfoetanolamina, porque, realmente, o câncer assusta e assombra todos nós. Com certeza, se há uma esperança, essa esperança deve ser buscada.

Também sobre o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> com relação à questão da NR-12, nós precisamos, como afirma V. Ex<sup>a</sup>, fazer um debate cuidadoso sobre essa questão, a fim de não deixar que a situação já precarizada de nossos trabalhadores piore mais ainda.

Portanto, é muito importante que ouçamos todos os envolvidos e cheguemos a uma solução adequada para essa importante questão, que está sendo colocada tanto pelos trabalhadores como pelo setor produtivo nacional.

Muito obrigado, Excelência. Um forte abraço.

*Durante o discurso do Sr. Hélio José, o Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, pelo seu pronunciamento, em concordância inclusive com o Senador Cassol. Há pouco, eu falava com ele, que me disse que é impressionante a reação positiva desse medicamento em pessoas com câncer. Meus cumprimentos por se lembrar também de tantas pessoas que estão nessa expectativa.

Senador Dário Berger, V. Ex<sup>a</sup> é convidado a usar a tribuna pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

**O SR. DÁRIO BERGER** (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, registro a V. Ex<sup>a</sup> a minha sempre respeitosa admiração pelo tempo que V. Ex<sup>a</sup> já atua no Parlamento brasileiro, especialmente nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup>, a quem eu cumprimento, transformou-se em um dos Senadores mais atuantes, em um recordista em projetos de lei, o que evidentemente traz um relevo todo especial à nossa Casa. Eu o admiro não só por isso, mas pela relação de amizade que pude nutrir com V. Ex<sup>a</sup>, nesse curto período que estou aqui, no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O meu respeito pela sua caminhada e pela sua história é o mesmo. Eu fico muito feliz em V. Ex<sup>a</sup> dizer que eu sou seu amigo.

**O SR. DÁRIO BERGER** (PMDB - SC) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Cumprimento também o eminente Senador João Capiberibe, por quem tenho verdadeira estima e admiração.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, infelizmente, não há como negar as dificuldades políticas enfrentadas pelo nosso sistema de governo, o hoje chamado “presidencialismo de coalizão”, assim batizado pelo eminente cientista político Sérgio Abranches.

É um presidencialismo bem singular nosso, pois, exatamente com essa conformação, só existe mesmo no Brasil. Ele é caracterizado pela improvável e absurda combinação de um Executivo cheio de poderes, pelo multipartidarismo e pela representação proporcional com lista aberta.

E toda vez que surge uma crise institucional, como a que vivemos hoje, voltamos a nos perguntar: será que o presidencialismo é o melhor sistema de governo para o Brasil?

Eu creio que não. Inclusive, em outra oportunidade, já fiz esse questionamento.

Quero compartilhar, Sr. Presidente Paulo Paim, com as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, de início, uma informação que, a meu ver, é bastante significativa, pois, no período de 25 anos, que vai de 1967 a 1992, entre todos os países que mantiveram a continuidade democrática, 24 são parlamentaristas e apenas 4 são presidencialistas. Relacão: Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos e Venezuela. Por aí já se pode ver a fortíssima correlação entre parlamentarismo e solidez da democracia.

Agora vejamos a experiência histórica brasileira no período democrático de 1946 a 1964. A vida política brasileira foi marcada por crises com pouca ou nenhuma capacidade de resolução institucional, o que culminou no Golpe Militar de 1964.

Executivo e Legislativo viviam às turras, o que – diga-se de passagem – não é muito diferente do momento atual, resultando, muitas vezes, em paralisia decisória, subordinação do Congresso ao Presidente e a impossibilidade de institucionalizar um verdadeiro sistema político-partidário.

Políticos, juristas e estudiosos de renome – à esquerda e à direita no espectro político – defendiam o parlamentarismo já na década de 1950, gente da envergadura de Bilac Pinto, Oswaldo Trigueiro, Seabra Fagundes, Barbosa Lima Sobrinho, Aliomar Baleeiro, Victor Nunes Leal e Hermes Lima.

E mesmo Afonso Arinos, que de início era partidário do presidencialismo, depois, rendendo-se às evidências e aos argumentos dos seus contendores, teve a grandeza e a humildade de admitir publicamente sua mudança de posicionamento, passando a defender a instituição do parlamentarismo no Brasil.

Anos depois, durante a Nova República, o desempenho do sistema presidencialista não foi muito melhor do que antes. O presidencialismo, aliado a um sistema partidário considerado, de forma geral, como indisciplinado e excessivamente fragmentado, produziu um padrão de relacionamento Executivo-Legislativo fundado nas negociações individuais.

E isso tem absorvido consideravelmente o capital político do Congresso – tempo e recursos de toda ordem – e tornado muito lento o processo decisório, além de emperrar, por anos a fio, a discussão e a resolução de questões importantíssimas para o País, como a reforma tributária, a reforma política, a reforma administrativa, o pacto federativo, a reforma agrária, a reforma trabalhista, entre tantas outras reformas de grande relevo para o País.

A fraqueza do nosso sistema partidário vem se manifestando em diversas ocasiões ao longo dos últimos anos. A eleição do Presidente Collor, por exemplo – Senador aqui em nossa legislatura – mostrou que a influência partidária na eleição presidencial era praticamente nula, enquanto outros partidos, com votação muito mais expressiva no Congresso, não obtiveram êxito nas eleições majoritárias.

O saudoso Senador Afonso Arinos explicou em diversas ocasiões sua opção pelo parlamentarismo. Em uma delas, ele fala com preocupação do solapamento, nas eleições presidenciais, da representação parlamentar das forças políticas nacionais, o que ele, muito inspirado, chamou de “cesarismo plebiscitário”.

Para Afonso Arinos, essa aclamação, pelo voto popular, de um líder carismático, capaz de mobilizar as emoções e o imaginário das massas, não era favorável à estabilidade democrática, muito ao contrário, na medida em que favorece o personalismo em detrimento das organizações político-jurídicas estabelecidas na Constituição.

A opção pelo parlamentarismo, por sua vez, permitiria fortalecer o sistema partidário e prestigiar a representação plural dos interesses da sociedade, daria maior estabilidade ao sistema político e reduziria a prática da negociação a varejo com os congressistas, que hoje, infelizmente, é a única opção num contexto político que combina presidencialismo, Congresso pulverizado e indisciplina partidária.

Estou convicto, Sr. Presidente, de que o presidencialismo tem se tornado cada vez mais inadequado, também porque hoje temos uma sociedade muito mais urbana e complexa, com múltiplas demandas pontuais e minoritárias, desde movimentos sociais e entidades de defesa de direitos humanos até ambientalistas e pequenos empresários. Enfim, uma teia de interesses e apelos muito diferentes que precisam de um sistema com maior capacidade de composição.

O sistema do “ao vencedor, tudo”, próprio do presidencialismo, já não atende às demandas cada vez mais plurais da nossa sociedade, que necessita, isso sim, de um sistema mais compatível com uma democracia de consensos, onde o poder seja exercido de maneira mais compartilhada, como se observa nas modernas democracias avançadas, todas parlamentaristas, com exceção dos Estados Unidos, que é um caso à parte.

No presidencialismo, Presidente e Parlamento são concorrentes quanto à legitimidade democrática. Ambos são eleitos pelo voto popular, mas, quando entram em conflito, não existe nenhum princípio democrático para resolver qual deles possui maior grau de representatividade da vontade popular. No parlamentarismo, como o chefe de governo vem do próprio Parlamento, essa situação é rapidamente resolvida pelo voto de desconfiança, que, no mais das vezes, resulta na queda do primeiro-ministro.

No Brasil, se ocorre uma situação de crise política, ficamos nesse impasse institucional. Vivemos hoje uma crise desnecessária, um acirramento de ânimos que só prejudica a democracia. Vejam que já surgem por aí vozes pedindo a volta da ditadura. O que é isso? Será, verdadeiramente, saudade da ditadura? Ou será a manifestação exasperada de uma profunda insatisfação com o sistema político que temos hoje? Fico com a segunda opção.

Outra desvantagem do presidencialismo, Sr. Presidente, é que ele induz à polarização política e à intollerância com a oposição, pois a reunião dos papéis de Chefe de Estado e Chefe de Governo na pessoa do Presidente leva os governantes a se perceberem como representantes de toda a Nação, em todas as situações.

Já no parlamentarismo, onde o governante é sempre oriundo do Parlamento, não há essa tendência de vínculo direto entre o governo e seus eleitores majoritários em contraposição ao Parlamento.

Mas uma coisa é certa: para que o parlamentarismo funcione no Brasil, sem se ver paralisado nos momentos de crise institucional (que é o que queremos), nosso sistema político precisa de reformas urgentes. O que vejo de mais importante no sentido de torná-lo mais imune a crises institucionais é o seguinte: redução

dos poderes do Executivo, regras mais rígidas de disciplina partidária e maiores barreiras à entrada de novos partidos no sistema político brasileiro.

Há quem acredite, ainda, que o presidencialismo seja necessário porque o voto majoritário seria o único elo direto entre o povo e o seu maior líder. Dizem isso porque veem o Parlamento como um reduto das elites e das oligarquias e acreditam que só um Presidente forte poderia ouvir os clamores da sociedade e impulsionar o País rumo ao desenvolvimento. Isso não é verdade.

A cada eleição que passa, as camadas populares estão cada vez mais bem representadas no Congresso, em toda a sua pluralidade. Nosso Congresso tem sido protagonista de grandes conquistas sociais que poderiam ser ainda maiores num sistema parlamentarista, onde Parlamento e Governo competem menos e cooperam mais entre si.

O sistema presidencialista traz em si uma visão ultrapassada, que menospreza várias instâncias democráticas em detrimento de apenas uma, as eleições para os cargos executivos.

É um modelo em que o Estado sempre tende a se agigantar e, saindo de controle, se aproximar do monstruoso Leviatã descrito por Thomas Hobbes. O nome disso, senhoras e senhores, em claro e bom português, é populismo. E a história tem nos mostrado repetidamente que instituições democráticas sólidas não combinam com populismo.

Acredito no parlamentarismo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, porque entendo que uma democracia estável e de fato representativa da sociedade só pode se desenvolver com partidos e parlamentos fortes, onde o poder seja exercido de forma compartilhada, com base na discussão de ideias, programas de governo, alocação de recursos, e não onde haja um Executivo todo-poderoso formando maiorias pontuais com uma base de coalizão volátil, distribuindo cargos e emendas a um Congresso de pires na mão. É essa, infelizmente, a história da nossa prática política.

O presidencialismo é uma fórmula anacrônica, uma maneira simplista de formar maiorias, que não responde mais à crescente complexidade das agendas e atores políticos do mundo moderno e acaba, inevitavelmente, gerando déficits de legitimidade sem solução institucional.

Já no parlamentarismo, mais ágil e mais flexível, é diferente. Eleito o Parlamento, constitui-se a maioria e se escolhe o primeiro-ministro. Quando muda a conjuntura ou ocorre um fato novo, e o governo não é mais considerado satisfatório, cai o gabinete, e os mesmos parlamentares são obrigados a dialogar e buscar uma nova maioria, uma nova sintonia. Se isso não for possível, novas eleições são convocadas e todos os personagens são submetidos ao voto popular.

Vejam que, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, numa república parlamentarista, a figura do Presidente da República continuaria existindo, e sua eleição pode, inclusive, ser feita pelo voto popular, como acontece na França, por exemplo. Mas ele seria apenas Chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro seria o Chefe de Governo, uma divisão de poderes muito saudável e muito bem-sucedida, conforme nos mostram experiências internacionais.

O presidencialismo de coalizão é como uma panela de pressão sem válvula de escape! Aqui por essas bandas, o proverbial “jeitinho” brasileiro tem conseguido adiar o colapso na base do fisiologismo e do clientelismo, mas o colapso é a tendência natural do nosso sistema político. E pior: pode resultar em retrocesso democrático, como ocorreu em 1964.

Já está na hora, Sr. Presidente, de encarmos com coragem e lucidez a alternativa parlamentarista! Não podemos continuar atados a preconceções e aos medos do passado, que nos tornaram reféns da incerteza e da paralisia institucional! Esta mudança cabe a nós, Parlamentares! Enquanto nossas instituições políticas agonizam, perde o trabalhador, perde o empresário, perdem os Parlamentares, perdem os brasileiros e as brasileiras.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Dário?

**O SR. DÁRIO BERGER** (PMDB - SC) – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que ouço da tribuna do Senado hoje à tarde um discurso lúcido, afirmativo do ideal democrático de um Senador que tem o espírito de visão para um futuro melhor para o nosso País. O parlamentarismo só se conhece na prática, só se conhece exercendo-o diariamente, na articulação política, no diálogo efetivo que se trava entre os poderes Executivo e Legislativo, sempre à procura das melhores soluções. O parlamentarismo não é uma ideia nascida agora. Ele é praticado na Europa há muitos e muitos anos, na Inglaterra e na Alemanha. Aliás, a Alemanha saiu de uma crise avassaladora depois da Segunda Guerra Mundial, e ali instalou o parlamentarismo e até hoje temos um parlamentarismo exemplar naquele país, Senador Dário Berger, como também em Portugal, na Espanha, na Itália, e na Grécia, tão conturbada com a crise econômica, mas que conseguiu contornar os seus problemas econômicos e políticos dentro do parlamentarismo. Há quem diga que o povo brasileiro não está

preparado para o parlamentarismo. Não se prepara ninguém a não ser com aprendizagem. O que aprendemos com o presidencialismo? Nós aprendemos a ver isto que estamos vendo: crise política a cada quatro anos se o Presidente não estiver bem com a população. Se o Presidente estiver em alta, então ninguém fala mal do presidencialismo. Aliás, nós temos a crise e ninguém fala mal do presidencialismo. Fala-se mal da Presidente. Quando, na realidade, é o regime que causa esse estado de coisas. Como pode um país ter mais de 30 partidos? Como pode o Governo ser obrigado a negociar com 26 partidos só na Câmara dos Deputados? Logicamente que essa distorção não se deve apenas ao Legislativo e ao Executivo, mas também.... Nós devemos colocar uma culpa no Judiciário, ao permitir que o Parlamentar possa sair de um partido velho e entrar em um partido novo, recentemente criado, e ainda levar o fundo partidário. Foi o Poder Judiciário que acabou aquilo que nós já tínhamos aprovado, que era a cláusula de desempenho, que existe na Alemanha e em tantos outros países e que evita essa enxurrada de partidos, essa negociata que vemos, ano a ano, do Governo com o Parlamento para compor a maioria a fim de conquistar a governabilidade. E não consegue por conta de um sistema falido. E V. Exª age na direção de um democrata que pensa bem, que tem boas ideias. E aqui no Senado temos ideias que consubstanciam o que V. Exª está pregando. Inclusive temos uma proposta, assinada por V. Exª – eu sou o autor, o primeiro signatário, e V. Exª assinou –, uma proposta da implantação no Brasil de um regime parlamentarista. Eu até pedi ao presidente da comissão para acelerar a nomeação de um relator, que já foi escolhido, é o Senador Roberto Rocha, que se comprometeu a dar logo parecer favorável. Acho que uma crise institucional como estamos vivendo é o momento de discutirmos o parlamentarismo, porque apontará saídas para a resolução de todas as crises, não só econômica, mas principalmente a crise política que se avoluma em nosso País, como não vemos há muitos anos. Agradeço a V. Exª e meus parabéns.

**O SR. DÁRIO BERGER** (PMDB - SC) – Acolho o aparte de V. Exª com muito prazer. Lúcidas e tranquilas são as manifestações de V. Exª, defensor também do parlamentarismo, autor de uma proposta para a implantação do parlamentarismo no Brasil, e só engrandece o meu discurso nesta tarde no Senado Federal. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Exª pela iniciativa. Quero fazer coro pela sua aprovação, porque estivéssemos nós no sistema parlamentarista, hoje não estaríamos, Senador Paim, enfrentando esse rame-rame, esse fla-flu, esse vai para lá, vem para cá, e o País paralisado, envolvido numa das crises sem precedentes na sua história, que é econômica, é verdade, mas também é política. E temos que encontrar os caminhos para que efetivamente possamos sair desse processo o mais rapidamente possível.

Acontece que, se o sistema fosse fundamentalmente parlamentarista, essa dura realidade que estamos vivendo no presente não aconteceria mais. Com certeza, através de um voto de desconfiança, já teríamos construído um novo cenário, um novo desenho, um novo modelo, uma nova página na história do Parlamento e, conseqüentemente, já teríamos saído desta crise, Senador Antonio Carlos Valadares, o mais rapidamente possível.

E se V. Exª me permitir ainda, Senador Paim, o Senador Telmário me pediu um aparte. Consulto V. Exª.

Sei que V. Exª já tem sido generoso com a minha pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o tema que V. Exª traz à tribuna num momento como este: o parlamentarismo. Sempre fui parlamentarista, inclusive na Constituinte. Votei, e perdemos no plebiscito. Quero dizer que V. Exª está coberto de razão. Por isso, um debate nesse nível não tem de ter tempo para terminar. Tem mais dois Senadores inscritos e os dois poderão, com certeza, fazer um aparte a V. Exª.

**O SR. DÁRIO BERGER** (PMDB - SC) – Então, concedo o aparte ao eminente Senador Telmário Mota.

**O Sr. Telmário Mota** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Dário, diz-se que nunca é tarde para agradecer e muito menos para parabenizar. V. Exª, ontem, conseguiu se esconder dos meus telefonemas. Com certeza, mandei disparar mais de dez porque V. Exª, ontem, estava aniversariando. Quero desejar-lhe sempre muita paz, muito sucesso, muita felicidade, muita sabedoria. Que esse seu mandato seja sempre iluminado porque, assim, estará servindo ao povo que confiou em V. Exª, em Santa Catarina, dando uma contribuição àquele Estado maravilhoso com sua inteligência, com sua perspicácia, com a sua coerência, com o seu procedimento exemplar, para o Brasil e para este Congresso, como hoje V. Exª está fazendo desta tribuna. Queria, aqui, aproveitar este assunto tão pertinente que V. Exª traz à baila. Acho que nós, brasileiros, temos... É verdade que o rio, para chegar ao seu destino, encontra obstáculos, e é nos grandes obstáculos que ele faz a curva, e são essas curvas que fazem com que ele mantenha a água. Já pensou se o rio fosse reto? Ele teria um escoamento muito rápido. Então, ele vai aqui, volta, vai lá novamente... De modo que é aquilo o mistério da preservação, da conservação, da manutenção da água. Aqui também, na política, não podemos ser diferentes. Essa crise que hoje estamos enfrentando não é a primeira nem será a última no Brasil. O que nós temos de ter é maturidade. O que não podemos ter é oportunismo. O que temos de ter é uma consciência com a Nação. Eu fico triste em ver políticos importantes brasileiros estarem discutindo mágoas, porque não receberam um cargo tal, quando estamos discutindo o destino do povo brasileiro. Esse Governo da Presidente Dilma é um governo de coalizão, onde o Partido de V. Exª tem uma participação muito grande, onde tem vários ministérios, vários



cargos, e é assim que se governa no sistema democrático do presidencialismo, é com coalizão. E no sistema parlamentarista mais ainda. A verdade é que, em nosso sistema, fazemos um misto disso. Ninguém sabe se somos presidencialistas ou parlamentaristas. O que temos de ter nesse momento é grandeza, não jogar a toalha no primeiro nocaute. Temos de ter força, resistência, avançar, reconstruir. Temos de ter uma visão de estadista. Político que ocupa cargo relevante não pode estar brigando por causa de uma emenda, por causa de um cargo ou ministério. Quando você ocupa um cargo já está atendido pelo povo, o povo votou em você para isso. No mais, é uma consequência. É verdade que a vitamina do Parlamentar federal são as emendas, porque ele vem com o voto do povo e volta para o seu Estado para levar a diferença que está precisando. Isso é verdade. Agora, o povo não vota no Presidente, no Vice-Presidente, no Senador, no Deputado Federal para ele estar nomeando Pedro, José, Joaquim! Não, o povo vota para ele trabalhar, para ele devolver à sociedade políticas públicas de qualidade, que melhorem a vida das pessoas, que oportunizem as pessoas. O Senador Antonio Carlos Valadares tem razão quando fala, e hoje o Senador Capiberibe fez uma fala mais cedo, que eu estava ouvindo pelo rádio, no sentido de que, neste contexto aqui, todos são corresponsáveis. O Judiciário, toda hora, quer legislar; o Congresso, toda hora, quer se omitir, principalmente se tiver câmara de televisão. Aí que ele se intimida muito mais. No meu Estado, hoje, o Presidente da Assembleia Legislativa está com dois mandatos com liminar! Liminar! O cara foi Primeiro Secretário na Legislatura passada e nesta é o Presidente, com liminar. Qual a razão desses processos estarem dormindo nas prateleiras do Judiciário? O meu Estado, já umas três vezes, é governado com liminar. O que acontece com o Judiciário que não vê isso? Isso é uma porteira aberta à corrupção, ao errado, ao “pode fazer, que a liminar garante”. Ora, um presidente de uma assembleia, um governador, um prefeito que governa com liminar é vulnerável. É vulnerável. Ele está sujeito a qualquer exigência de quem possa comprometer ou tirá-lo daquela função. Então, é preciso que o Judiciário tenha celeridade nesses assuntos. “Ah, o Telmário está interferindo no Judiciário.” Não, estou cobrando. É obrigação do Parlamentar cobrar, representar e cobrar o Executivo, o Judiciário, seja quem for. Eu vi aqui o Judiciário decidir até quando nós temos que votar! Eu estou é com medo de, daqui a uns dias, nós perdermos a função de como votar aqui dentro. Eu não sei se esse Regimento é para ser cumprido ou se é para ser analisado toda hora. Então, V. Exª traz a esta Casa um discurso de reflexão, mas eu acho que o nosso sistema não está falido, quem está falido são os nossos políticos por falta de grandeza, por falta de sentimento de brasilidade, de patriotismo, de nacionalidade. Isso que está falido. Não há sistema que resista a um povo que não tem história, que não tem amor pelo seu povo, pela sua Pátria. É preciso, antes de vir para cá, vestir a camisa brasileira: o verde, o amarelo e o azul anil. Precisamos ser Brasil. Muito obrigado.

**O SR. DÁRIO BERGER** (PMDB - SC) – Concluo, Sr. Presidente, agradecendo as manifestações, sempre eloquentes e pertinentes, do prezado e distinto amigo Senador Telmário Mota, que traz um relevo todo especial ao meu discurso aqui no Senado de hoje, entretanto, para concluir, eu quero repetir aqui a minha convicção de que nós precisamos reformar o Brasil. E uma das grandes reformas, Sr. Presidente, está relacionada ao nosso sistema de Governo.

Eu penso que, se instituímos o parlamentarismo, nós vamos escrever uma nova página na história deste Brasil, que será escrita com muito amor e compromisso, será muito mais flexível, será muito mais lógica, será muito mais democrática. E nós vamos avançar substancialmente, principalmente em momentos de crise como este que nós estamos vivendo hoje.

Portanto, agradeço de maneira especial a V. Exª, pelo tempo que me concedeu, e agradeço os apartes dos Srs. Senadores.

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Dário Berger.

Reafirmo o que eu tinha dito antes a V. Exª: eu sou, por convicção, parlamentarista e votei assim na Constituinte. Ganhamos, mas perdemos no plebiscito. Em um momento como este, o pior dos mundos seria o melhor até no parlamentarismo, se chegássemos, como explicou muito bem V. Exª, eleições gerais e acabou. Vamos ver quem é quem. E o povo é quem decide quem serão os mandatários do País.

Quero cumprimentar V. Exª. Um belo pronunciamento em um momento desses, em que o debate fica, como falou V. Exª, se *impeachment*, não *impeachment*! E a proposta alternativa para mim é o parlamentarismo. Parabéns a V. Exª.

**O SR. DÁRIO BERGER** (PMDB - SC) – Obrigado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Humberto Costa. (Pausa.)

Senador, não há nenhum inscrito.

Se V. Exª assumir, eu poderei falar.

*O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.*

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Dando sequência aos nossos trabalhos, inscrito encontra-se o Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra pelo tempo regimental.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Dário Berger, eu falei hoje sobre a NR nº 12, mas, como não havia nenhum Senador inscrito – o Senador Telmário Mota se dispõe a falar logo em seguida –, eu vou fazer uma fala rápida sobre um tema que tem me preocupado muito. E muita gente no Brasil todo tem perguntado como fica a situação.

É a questão da desaposentação ou da desaposentadoria.

Sr. Presidente, a pergunta que me fazem é como é que fica a situação.

Primeiro, devo dizer que nós aprovamos, Câmara e Senado, mas infelizmente foi vetado. E o veto não foi derrubado.

Vale ressaltar que ainda não conseguimos, conseqüentemente, devido ao veto, garantir o instituto da desaposentadoria para o trabalhador do Regime Geral da Previdência, o que já é assegurado para o servidor público, que pode escolher qual é o melhor sistema para o seu benefício.

O positivo é que os tribunais têm se pronunciado favoravelmente no que tange à tese da desaposentadoria, que agora está no Supremo Tribunal Federal.

A desaposentação, Sr. Presidente, surgiu a partir de teses de especialistas em Direito Previdenciário e baseia-se no fato de que o trabalhador aposentado que volta a trabalhar continua contribuindo para o sistema.

Primeiramente, quero dizer que a desaposentação não morreu. As possibilidades de ganharmos no Supremo são muito grandes, mas temos ainda três frentes de atuação: primeira, os dois projetos de lei que apresentei e que tramitam nesta Casa legislativa, PLS nº 91/2010 e 172/2014; segunda, a votação do Recurso Extraordinário nº 661256 no Supremo Tribunal Federal; terceira, a derrubada do Veto nº 49/2015, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2015, oriundo da Medida Provisória nº 676.

Em relação, Sr. Presidente, aos projetos, estamos trabalhando de forma muito intensa, tanto no Senado como na Câmara, para que eles avancem e também pela derrubada do veto.

Nesse trabalho todo, nós podemos adiantar que nosso foco neste momento é a derrubada do Veto nº 49. Se derrubarmos o veto, estará garantido o direito do trabalhador que voltou para a atividade de aposentado, até porque foi atingido pelo fator, a ter o recálculo do seu benefício para mais, conseqüentemente, porque a sua idade avançou, o tempo de contribuição avançou, ele poderá usar as contribuições da época em que estava em plena atividade, antes de se aposentar, e as contribuições que passou a receber depois de aposentado, trabalhando.

Ressalto que é importante o apoio da sociedade e a pressão popular pela derrubada desse veto. Por isso, para aqueles que estão nos assistindo neste momento, é importante que, democraticamente, pressionem os seus Deputados e Senadores pela derrubada do veto, que deve ser apreciado ainda no mês de dezembro. É um movimento nacional, uma grande mobilização para garantir que o trabalhador aposentado que voltou à atividade possa melhorar o seu benefício.

A impossibilidade da chamada desaposentadoria, ou seja, o novo cálculo do benefício, fere o chamado princípio contributivo retributivo. Tal princípio é baseado no fato de que o nosso sistema previdenciário se funda na regra de que as contribuições feitas pelo trabalhador devem, obrigatoriamente, refletir-se no seu benefício.

Por isso, tanto o Superior Tribunal de Justiça - STJ quanto a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais já se manifestaram reiteradamente favoráveis ao instituto da desaposentadoria. Aguardamos agora a decisão do Supremo, que, acredito, não deve retardar. Milhares de processos aguardam por essa manifestação do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, Sr. Presidente, quero só dizer que a desaposentação continua na mesma situação em que sempre esteve: aguardando a aprovação de um dos projetos de lei que apresentei no Senado ou a decisão do Supremo Tribunal Federal ou a derrubada do veto, que seria o ideal.

A meu ver, é a nossa vez. Mas, para isso, será necessário que os tambores rufem, que haja mobilização, que haja pressão nas ruas como forma de uma grande manifestação em prol do instituto da desaposentadoria ou, como muitos dizem, da desaposentação ou da revisão do benefício, para melhorar o valor final, que é um direito de todo aquele que trabalhou, aposentou-se e voltou a trabalhar.

Lembramos que toda conquista, Sr. Presidente, inicia-se com a apresentação, no caso do Parlamento, de projetos, avança a partir do momento em que são transformados em lei, mas, infelizmente, para ser transformados em lei, depende de veto ou não veto. Nesse caso aconteceu o veto.

É essa a explicação que eu estou dando a milhares e milhares de brasileiros que estão nessa expectativa de revisar o seu benefício, ele que se aposentou e voltou a trabalhar.

Era isso.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Agradeço ao Senador Paulo Paim, cumprimento-o pelo pronunciamento.

Concedo a palavra agora, como orador inscrito, ao eminente Senador Ricardo Ferraço.

V. Exª está com a palavra.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Srªs e Srs. Senadores, brasileiros e capixabas que nos acompanham através da TV Senado, como se não bastassem os prejuízos, Senador Petecão, de toda ordem, prejuízos materiais e prejuízos na nossa estima em função da catástrofe ambiental e social provocada pelo rompimento das barragens da mineradora Samarco que ficam a montante do Estado do Espírito Santo, trazendo enormes prejuízos não apenas para Municípios de Minas Gerais, mas para Municípios do Estado do Espírito Santo, para o nosso Rio Doce, para o nosso Vale do Rio Doce, uma das mais importantes e estratégicas bacias hidrográficas do nosso País, nós, os capixabas, estamos sendo de novo afrontados com uma decisão absolutamente equivocada por parte do Governo Federal com relação ao Instituto Nacional da Mata Atlântica. Justamente no momento em que o nosso Estado, o Espírito Santo, e o Brasil necessitam desse órgão criado pelo lendário ambientalista Augusto Ruschi para o resgate de ecossistemas severamente agredidos ao longo da história, uma medida no rumo contrário ameaça o legado do cientista Augusto Ruschi e pode colocar um ponto final na sua luta, no seu legado em defesa da biodiversidade.

A sociedade civil reagiu indignada contra a decisão anunciada pelo Governo Federal de incorporar o Instituto, com sede em Santa Teresa, na região serrana do meu Estado, a outros três órgãos. Ao final, o nosso Instituto da Mata Atlântica, fundado pelo histórico cientista Augusto Ruschi, será reduzido à condição burocrática de uma mera coordenadoria. Isso sinaliza e consagra um absoluto desrespeito, uma falta de consideração à obra e à pesquisa do cientista Augusto Ruschi.

Alegando contenção de despesas, o Governo apresentou projeto de reforma administrativa ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, prevendo a fusão do Instituto Nacional da Mata Atlântica ao Instituto Nacional do Semiárido, ao Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e ao Instituto Nacional da Água, ou seja, criando a fusão de institutos que trabalham territórios e biodiversidades absolutamente diferentes. Elas se complementam, é verdade, convergem na mesma direção, mas exigem especializações absolutamente particulares.

Se confirmada essa iniciativa, essa “reorganização” – entre aspas –, o que simplesmente acontecerá é que nós colocaremos abaixo décadas de trabalho e de um movimento histórico da comunidade científica não apenas do meu Estado, o Espírito Santo, mas do nosso País, consagradas na atual denominação do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, que foi fundado em 1949.

Eu chamo atenção de novo para o lendário cientista Augusto Ruschi, que deixou um legado extraordinário de pesquisas, sobretudo da Mata Atlântica.

As quatro instituições passariam a compor o Instituto de Biomas Brasileiros. Seria como se reuníssemos todos esses biomas e deixássemos de considerar a importância de cada um deles. O bioma do Pantanal não é mais ou menos importante do que o bioma da Mata Atlântica. Não! São biomas diferentes, que se complementam nesse mosaico chamado Brasil.

Na prática, essa mudança tentada até aqui – estamos chamando a atenção para o equívoco e o retrocesso que isso vai representar no estado da arte e da pesquisa em todos esses biomas – vai eliminar a autonomia, a identidade, a história e a personalidade do Instituto Nacional da Mata Atlântica, dedicado especificamente a esse bioma.

Além de injustificável dos pontos de vista técnico e estratégico, a extinção do Instituto representaria também uma desonra não apenas à memória do cientista Augusto Ruschi, mas uma violência contra o conjunto dos capixabas, justamente neste ano, quando estamos comemorando o centenário de nascimento do cientista Augusto Ruschi.

Não podemos aceitar esse retrocesso nas políticas de ciência e de tecnologia voltadas ao conhecimento e à conservação ambiental. Não podemos caminhar na contramão de todas as tendências mundiais voltadas à área de gestão ambiental. Não podemos, ao fim e ao cabo, fechar os olhos aos danos causados ao nosso patrimônio natural.

O Instituto Nacional da Mata Atlântica é uma dessas instituições admiradas, é uma das instituições que são ponto de convergência e de atenção de todos os capixabas e de um conjunto muito grande da comunidade científica brasileira. Ele representa uma das mais sólidas contribuições à preservação e à conservação da nossa biodiversidade. Sua sede fica no Município de Santa Teresa, um Município importante em nosso Esta-

do, de imigração italiana, de imigração trentina. No Município de Santa Teresa, há uma das mais importantes comunidades trentinas do Brasil.

O Museu Nacional da Mata Atlântica, o antigo Museu Mello Leitão, recebe por ano mais de cem mil visitantes, estudantes, cientistas, pesquisadores do Brasil e de todo o mundo, que, para o meu Estado e para Santa Teresa, se dirigem para o aprofundamento de estudos e do conhecimento da obra do nosso estimado e saudoso cientista Augusto Ruschi.

A tragédia de Mariana só reforça a urgência da necessidade de o Brasil fortalecer suas instituições e torná-las ainda mais autônomas e qualificadas, visando a estudar e a embasar a conservação e o desenvolvimento sustentável, particularmente no Vale do Rio Doce, que, inclusive, está muito próximo do Município de Santa Teresa, onde está a sede do Instituto Nacional da Mata Atlântica, Senador Walter Pinheiro e Senador Otto Alencar.

A agonia de uma das bacias hidrográficas mais importantes do País clama mais do que nunca pelos serviços iniciados pelo cientista Augusto Ruschi, respeitado e referência em todo o mundo, que ganhou notoriedade internacional e o título de Patrono da Ecologia no Brasil, conferido pelo Congresso Nacional.

A transferência do Museu Mello Leitão do âmbito do Ministério da Cultura para o do Ministério de Ciência e Tecnologia no começo do ano passado era uma reivindicação feita há anos por todos nós e pelos mais importantes ambientalistas de todo o País. Quando isso aconteceu, foi uma espécie de semente, foi a evolução e a transformação de um sonho em realidade, com enormes expectativas.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Mas jamais poderíamos imaginar que essa expectativa fundada nesse movimento que transferiu o Museu Mello Leitão do Ministério da Cultura para o Ministério da Ciência e Tecnologia pudesse transformar-se nesse pesadelo, pudesse transformar-se nessa enorme frustração, até aqui contida nos corações dos capixabas, dos pesquisadores e dos cientistas que acompanham e admiram a obra do Professor Augusto Ruschi.

O projeto de reforma pseudoadministrativa que acaba com o Instituto Nacional da Mata Atlântica só retira a capacidade de o País reparar a questão ambiental, sobretudo seus desastres e suas perversas consequências, que atingiram, ultimamente, o Vale do Rio Doce, ceifando vidas humanas, animais, plantas e a nossa grande diversidade biológica não apenas ao longo do Vale do Rio Doce, mas também na foz do Rio Doce, no encontro com as águas do Oceano Atlântico.

Por essas razões e tantas outras, estamos na tribuna do Senado na condição de ferramenta, de vetor dessa enorme preocupação...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...dos nossos pesquisadores e dos nossos cientistas, na direção de fazer o Ministério do Planejamento, o Governo Federal e o Ministério da Ciência e Tecnologia não retrocederem, não darem um passo atrás, não darem um tiro no pé, não aniquilarem essas expectativas que nós todos temos em relação ao fortalecimento do Instituto Nacional da Mata Atlântica.

Isso vai representar, na prática, um retrocesso muito grande. Estamos, desde já, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, levantando a nossa voz em nome do bom senso, em nome da razoabilidade, em nome das conquistas que foram conferidas a esse importante Instituto, que, desde 1949, trabalha a biodiversidade da Mata Atlântica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro. Em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar antes da Ordem do Dia, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima, Senador Ronaldo Caiado...

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito oportuna a presença...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio, sem interrompê-lo, quero registrar, com muita satisfação, a honrosa presença no Senado Federal do ex-Governador de Alagoas e ex-Senador Teotônio Vilela. Teotônio, de toda representação do Estado de Alagoas nesta Casa, durante todos os tempos, foi



quem, de forma mais longeva, exerceu o mandato de Senador por Alagoas. Merece, portanto, todos os nossos cumprimentos.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, também tenho a alegria de cumprimentar o Senador, Governador, ex-Presidente do PSDB, esse brasileiro extraordinário que é o Governador e Senador Teotônio Vilela.

A Bancada do PSDB, neste instante, por meu intermédio, abraça o Governador fraternalmente, com orgulho e com uma vaidade imensa de tê-lo em nossos quadros, pela contribuição que o Senador e Governador Teo Vilela sempre ofereceu ao País.

Sr. Presidente, de forma muito breve – o Senador Walter Pinheiro passará a usar a tribuna –, tendo a oportunidade da presença do Senador Omar Aziz no plenário, quero solicitar encarecidamente a V. Ex<sup>a</sup> que faça a leitura do requerimento que susta os efeitos da portaria ministerial em relação ao seguro-defeso.

A esta altura, são milhões e milhões de trabalhadores, de pescadores, olhando para o Senado da República, esperando que o requerimento, que foi liderado e encabeçado pelo Senador Omar Aziz, possa ser lido pela Mesa, até porque o Governo já demonstrou, talvez, pouco interesse em abrir uma negociação que possa coibir os eventuais abusos praticados no programa. Agora, os verdadeiros pescadores, aqueles que vivem da pesca, não podem ser penalizados por fraudes que, eventualmente, tenham sido praticadas, por delitos que tenham sido cometidos.

O Senador Omar Aziz e vários outros Senadores da Região Norte, que se somam aos Senadores do Nordeste, têm encarecido a leitura do requerimento, para que possamos dar uma resposta a quem trabalha de forma verdadeira e efetiva com a pesca no Brasil.

Portanto, em nome da Bancada do PSDB, em meu nome pessoal, em nome da Bancada do Nordeste, em reforço a todo o trabalho e a luta que o Senador Omar vem desenvolvendo, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que faça a leitura do requerimento, do PDS 384, projeto de decreto legislativo do Senado que é de autoria do Senador Omar e que foi assinado, salvo engano, por mais de 70 Senadores.

Então, concluindo, é o apelo que dirigimos a V. Ex<sup>a</sup>, para que o requerimento seja lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quero agradecer a intervenção do Senador Cássio Cunha Lima e outra que ele fez aqui.

Quero aproveitar a oportunidade para comunicar ao Plenário que nós não vamos ter hoje Ordem do Dia, porque a pauta está trancada. Como não houve sessão na quarta-feira, nós só vamos poder votar medida provisória amanhã.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Sr. Presidente, a indicação do Embaixador do Brasil em Singapura está sobre a mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço, fique absolutamente certo de que vamos fazer as votações das autoridades.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com relação a isso, o Senador Cássio Cunha Lima me advertiu, e eu assumi, mais uma vez, o compromisso de que não vamos encurtar esse prazo, que, do ponto de vista do funcionamento do Senado, é um prazo muito importante, porque nunca tivemos a regulamentação da tramitação dessas medidas provisórias. A própria PEC que teve o Senador Aécio Neves como Relator ainda não teve sua tramitação concluída na Câmara dos Deputados.

Então, agradeço muito.

Eu queria fazer uma proposta, Senador Cássio, com a aquiescência do Senador Walter Pinheiro. Há três requerimentos de urgência sobre a mesa. Eu queria fazer o compromisso de que pudéssemos votar os três.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Mas qual é o conteúdo dos requerimentos, Sr. Presidente?

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, para que o Plenário tome conhecimento, quais são os temas dos outros dois requerimentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Tratam do trabalho escravo – é um requerimento muito importante –, da repatriação...

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Para o de repatriação não há acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...e do seguro-defeso.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Para o seguro-defeso, sim. Ele está na pauta. Mas quanto ao de repatriação não há acordo.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, parece-me que falta um requerimento.

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na semana passada, Sr. Presidente, cheguei a pedir a V. Exª que colocasse em votação um requerimento de nossa autoria pedindo urgência para a audiência de custódia. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu estava falando que, na semana passada, solicitei a V. Exª urgência para o projeto de audiência de custódia, que já vem sendo aplicado em todos os Estados do Brasil, em 21 Estados, melhor dizendo. Eu até citei Alagoas, Sergipe, Bahia, São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está sobre a mesa, Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Só que a Comissão de Direitos Humanos ainda não recebeu o ofício de V. Exª para que fosse colocado na mesa o pedido de urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu posso até sugerir ao Senador Omar e ao Senador Cássio que, em função do resultado, nós possamos construir uma convergência aqui, a de votar a urgência dos projetos sem compromisso de mérito.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Não dá, Sr. Presidente. Quanto à repatriação, não há acordo.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero lembrá-lo do acordo que fizemos. Sei que V. Exª tem conduzido esta Casa democraticamente e tem cumprido os acordos feitos com o Plenário e com as lideranças. Aqui, ainda com os líderes do Governo, com o Senador Delcídio, há quatro semanas, o que ficou acordado foi que o senhor leria o requerimento e que nós o votaríamos no mesmo dia. Esse foi o acordo que fizemos aqui, até porque há quase unanimidade. Só há dois ou três não brasileiros que não querem o bem do meio ambiente brasileiro e que são contra. A grande maioria dos Senadores é totalmente favorável a que se mantenha o defeso das nossas criações de peixe no Brasil.

Então, eu só queria que V. Exª se lembrasse desse acordo feito. Na semana passada, ao telefone, conversamos sobre esse assunto. Por isso, eu queria lembrá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Estou lembrado disso.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Se o Governo der marcha a ré, coisa que não nos vai surpreender, aí será outra conversa! Mas vai ter de vir aqui e dizer: nós estamos dando marcha a ré.

Mas o Senado tem de votar esse decreto legislativo, para que a gente possa suspender o decreto feito pelo Ministério da Agricultura.

**O SR. JOSÉ AGRIPIÑO** (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria é, inclusive, objeto de um entendimento, entendimento com a Liderança do Governo. Eu acho que isso é pacífico. Acho que V. Exª se lembra bem e acho que urge, antes de qualquer coisa, votarmos esse decreto legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pode contar, Senador José Agripino.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a posição do Democratas também, Sr. Presidente, é primeiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Oposição/DEM - GO) – ...lido antes da Ordem do Dia. Como tal, não teríamos como apreciá-lo agora. E, segundo, por se tratar de matéria que vem com texto da Câmara, totalmente divergente, e nem sequer houve acordo aqui, a nossa posição será exatamente não votar a urgência e voltá-la para a Comissão de Constituição e Justiça. Essa é a maneira como nós encaminharemos sobre o projeto de repatriação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª me permitiria apenas 30 segundos, para que eu possa...

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu já estou aqui há...

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ...sentar-me e, como sempre, ouvir com toda a atenção V. Exª?

Uma solicitação que faço ao Presidente Renan: nós estamos aí praticamente a duas semanas do final do ano legislativo. Existe uma proposta assinada por todos os Líderes, Senador Renan, de um calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 99, que foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que diz respeito à possibilidade de que mães de prematuros possam ter extensão na licença-maternidade, que passaria a ser contatada após a alta da UTI desse filho.

É algo meritório. Houve consenso absoluto na Comissão, e a matéria está pronta para ser votada. Se V. Exª pudesse incluí-la, eu tenho certeza de que milhares de mães espalhadas pelo País estariam aplaudindo essa decisão do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso. Uma outra coisa, Senador Aécio.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu acabei, equivocadamente, fazendo o anúncio aqui. A pauta está trancada, mas para PEC, não. Se V. Exª entender que é o caso, nós poderemos avançar com relação à apreciação da primeira PEC. E desta, nós vamos votar o calendário.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Que é a 110. E essa já ficaria ali em condições de, quando possível, ser votada. Eu gostaria, sim, na hora em que fosse possível, Sr. Presidente.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ferraço, esse é o tema que acho que é mais importante agora, inclusive para corroborar com V. Exª, com essas alterações produzidas.

Aqui trago um fato, um dado e uma situação de emergência que só se somam ao que V. Exª acabou de falar aqui, dessas famosas reestruturações que, na prática, têm sido cada vez mais cobradas por nós, inclusive baianos. Está ali o Senador Otto, que tanto tem brigado pela recomposição de mata ciliar, pela própria recomposição da nossa Mata Atlântica.

Portanto, essas alterações não têm nos levado, de forma nenhuma, a um nível de esperança, de aplicação, principalmente envolvendo as crises que esses setores enfrentam.

Mas, Senador Otto, eu vim aqui chamar a atenção, no dia de hoje, para uma coisa que todos nós estamos vivenciando – V. Exª que é, inclusive, da região –, que é a crise na nossa Chapada Diamantina; ou seja, as queimadas, a destruição, Senador Ferraço, da nossa Mata, da beleza, a devastação de uma das regiões mais bonitas, Senador. É óbvio que nós estamos enfrentando um período de longa estiagem, mas eu diria, Senador Otto, com a minha experiência e até usando a experiência de V. Exª, que essas queimadas têm sido muito mais pela intervenção do homem do que efetivamente pela própria questão da estiagem, ou seja, pelo que a natureza tem-nos apresentado. Aliás, o que a natureza apresenta agora naquela região é fruto exatamente dessa manipulação errônea que os homens têm produzido.

Hoje, Senador Otto, nós já podemos contabilizar mais de 30 mil hectares de florestas. Portanto, numa verdadeira avalanche, o fogo já se aproximou dos vilarejos, das comunidades. Há uma ação de forma vigorosa do Governo do nosso Estado no sentido de montar um grupo tarefa, uma força com equipes de todos os setores, mas é importante aqui, Senador Ferraço, também começarmos a discutir uma política de Defesa Civil, que é outro drama, porque não temos assistido ao nível de acompanhamento no Brasil.

O Estado de V. Exª agora, inclusive, debate a chegada da lama da tragédia de Mariana, mas nós não tivemos nenhum tipo de ação que propiciasse, de maneira mais correta, o manejo, eu diria até a precaução e, nesse caso específico, a ação após a tragédia.

Portanto, é essa a política. Em vez de acabar determinados órgãos, Senador Ferraço, ou de promover fusões aqui, ali, acolá, o correto era usar a *expertise* desses institutos para que pudéssemos produzir uma cultura de Defesa Civil. Nós não temos a menor capacidade.

Ouvi aqui, hoje, o Senador Moka falar das chuvas do Mato Grosso do Sul. Portanto, chegamos sempre depois do fato consumado; e chegamos cada vez mais sem nenhum tipo de condição de dar resposta imediata.

Na maioria das vezes, remendando; na maioria das vezes, tratando como se fosse uma espécie de socorro a cada indivíduo, mas que não vai recompor, de forma nenhuma, a sua situação anterior.

É a ausência de Defesa Civil, meu caro Moka! É a ausência de políticas que se preparem para o que já é previsível. Por exemplo, as chuvas de Mato Grosso, a estiagem do Nordeste, as chuvas no Mato Grosso do Sul, as chuvas no Amazonas, ou a longa estiagem na nossa Chapada e, ao mesmo tempo, o incêndio. Nós já nos deparamos com essas situações no ano passado. Portanto, são todas situações previsíveis. Há uma época propícia para acontecer. O período demarca, meu caro Moka, a condição para ter o incêndio. A participação do homem, a longa estiagem, a situação do Mato Grosso do Sul, todos podiam prever, pois é um período em que naturalmente haveria chuva.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – No entanto, não temos ações preparatórias, não temos ações de Defesa Civil, não temos políticas adotadas para essa gente. Depois, ainda acusam as pes-

soas, dizendo que elas deveriam ter saído, deveriam ser removidas. Ora, para onde elas irão? De onde vão tirar o seu sustento?

Assim, meu caro Presidente Renan, quero fazer um apelo à cultura da Defesa Civil no País.

E quero encerrar, meu caro Presidente, fazendo uma homenagem àquela turma da Chapada, aos principais agentes de combate aos focos de incêndio: são os guias, os condutores das associações que se preparam para guiar os visitantes, enfim, são essas figuras que formam as brigadas, as primeiras brigadas. É óbvio que o reforço fundamental.

Acompanhei a luta de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Otto, visitando a região, em contato com os prefeitos, terra que V. Ex<sup>a</sup> conhece sobejamente bem, ou seja, o Vale do Capão, Lençóis, Andaraí, Campo de São João, Guiné, Seabra, Ibicoara, Mucugê, todas as regiões que fazem parte da beleza da Chapada, beleza esta que está sendo consumida pelo fogo. E não temos tido, por parte do Governo Federal, uma resposta imediata.

Aos brigadistas, quero aqui deixar a minha homenagem, pois estão arriscando as suas vidas e, na maioria das vezes, até sem ter os equipamentos adequados para essa tarefa. E eu poderia dizer qual equipamento que os brigadistas da nossa Chapada usam permanentemente: o compromisso que eles têm com aquela região. Portanto, fazem isso.

Mas não podemos permitir que isso continue sendo feito dessa forma, só por amor, só por uma lógica de preservação.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso tem que ser feito como uma política, com participação de recursos da União, com ferramentas da União, com políticas voltadas para solucionar esse problema.

Era isso, Senador Renan.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Flexa Ribeiro.

Logo em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, encontra-se sobre a mesa um requerimento que tem como primeiro signatário o Senador Omar Aziz, de urgência, para que possamos votá-lo depois da Ordem do Dia hoje. Ele trata da extinção da Portaria nº 192, interministerial.

Houve um acordo, Presidente Renan, que V. Ex<sup>a</sup> fez com todos os signatários do requerimento, de que V. Ex<sup>a</sup> faria a leitura na terça-feira da semana passada. Lamentavelmente, o Senador Omar Aziz estava ausente do plenário, e o requerimento estava sobre a mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Já fiz a reclamação a ele de que o requerimento não estava aqui.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu já justifiquei ao Senador Omar Aziz.

A dificuldade, Presidente Renan, é que todos os pescadores efetivamente do meu Estado, que é o maior produtor de pescado do Brasil, cobram-nos, através das mídias ou pessoalmente, quando visitamos os Municípios e as colônias. Com o término do defeso, eles me mandam fotografias, Presidente Renan, de peixes ovados no mercado, ou seja, não é possível que, de uma hora para outra, o Ministério do Meio Ambiente resolva suspender o defeso.

Então, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que, antes de iniciar a Ordem do Dia, fizesse a leitura do requerimento.

Agradeço, Presidente Renan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, é no mesmo termo, apoiando o Senador Omar Aziz, que foi autor do requerimento de urgência, para, na sessão de hoje, obviamente não só apreciarmos o requerimento de urgência, mas, conforme os termos regimentais, sendo possível, apreciarmos o Projeto de Decreto Legislativo nº 384, que é fundamental para os pescadores de todo o Brasil, em especial da região amazônica, do Amapá, do Amazonas, do Pará, que tanto dependem do peixe.

Então, é um apelo que todos fazemos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Marcelo Crivella.



**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não poderia deixar de me somar à iniciativa do Senador Omar Aziz, porque fui Ministro da Pesca.

Sr. Presidente, foi de uma violência, de uma truculência aquela medida do Ministério da Agricultura, que suspendeu, sem nenhum estudo, o seguro-defeso. É importantíssimo que hoje nós possamos votar esse requerimento e também a suspensão daquela portaria, para que os pescadores do Brasil possam receber o seguro-defeso, e todos preservarem o meio ambiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de racionalidade.

Essa decisão do Ministério da Agricultura permite, inclusive, a pesca no período de veda, no período da fertilidade. É uma situação criminosa, inclusive. Não é apenas uma irracionalidade, mas uma atitude criminosa se permitir, no período de veda, que se pratique a pesca. O pescador vive da pesca.

Portanto, congratulo-me com o Senador Aziz por apresentar essa proposta. Nós todos estamos ansiosos para que se coloque em votação e se resolva essa questão.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Telmário.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nessa mesma linha, nós podemos também votar hoje o requerimento da repatriação. Após a discussão do processo, nós vamos mais para a frente, mas vamos adiantar os passos! Assim como o projeto do defeso está pronto, também está o da repatriação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O projeto da repatriação – acabei de ver aqui – não precisa ter a urgência votada. Ele tem prazo para trancar a pauta, e o Regimento do Senado permite que, 20 dias antes, matéria que tem prazo para trancar a pauta pode ser pautada. E o farei, porque considero que é um projeto muito importante para o Brasil.

Antes de começarmos a Ordem do Dia, peço ao Senador Vicentinho, 1º Secretário, para fazer a leitura dos requerimentos de urgência que estão sobre a Mesa.

Quero só comunicar ao Senador Ricardo Ferraço que não vai ser preciso votar a urgência da repatriação, porque o Regimento permite ao Presidente pautar matéria, cujo prazo... Art. 172 do Regimento Interno.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Já está em urgência constitucional, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É, já está em urgência constitucional. Faltam menos de 20 dias, e ele pode ser pautado, nessa condição, pelo Presidente da Casa.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Em razão de ter sido enviado ao Congresso por urgência constitucional da Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Presidente da República, exatamente.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – E qual é o plano de V. Exª? É colocar em votação hoje? A repatriação?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, hoje não. Quero colocar amanhã, depois da medida provisória.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Porque nós votaremos amanhã a Medida Provisória nº 691.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Votaremos a medida provisória, votaremos a PEC do Senador Aécio, que tem o Senador Aécio como primeiro subscritor, e pautaremos a repatriação.

É que estou dando, aqui, uma informação de que, com a repatriação de iniciativa da Presidente da República com urgência constitucional, o Regimento do Senado permite que, antes de 20 dias de completar o prazo de trancamento de pauta, possa ser pautado pelo Presidente do Senado Federal. Então, o requerimento de urgência da repatriação não precisará ser apreciado.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Não é obrigatório, é opcional.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Opcional.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – V. Exª não está obrigado a proceder assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, mas...

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Procederá se exercer a opção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Mas, como nós ainda temos alguns assuntos para votar, importantes, de interesse do Brasil, talvez seja o caso de tirarmos isso da nossa frente, porque essa matéria trancou a pauta ainda no semestre passado; ela já trancou, por iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – É, mas o projeto que foi votado aqui é outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É outro.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Com outro conteúdo, com outro escopo, com outro objetivo. Esse que nós vamos apreciar aqui, Sr. Presidente, abre portas e janelas para a descriminalização de atos e procedimentos muito perigosos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, o que o Senado vai votar, não. Nós temos a obrigação, o dever de fechar essas portas todas.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Sim, mas aí, se fecharmos,...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É o que a Câmara votou, não é?

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – ... ele volta para a Câmara, que já demonstrou a natureza daquilo que pretende em relação a esse projeto. É uma boa ideia, mas precisamos estar atentos às portas e janelas que foram incorporadas a esse projeto, que sequer vieram do Executivo, é bom esclarecer. Isso foi incorporado num ambiente de debate da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu sei, eu sei.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Rapidamente, permita-me, antes de entrarmos propriamente na Ordem do Dia, mudar o tema para trazer uma questão a V. Ex<sup>a</sup> e ao Plenário.

O art. 57 da Constituição da República, no §6º, inciso II, fala das possibilidades de convocação extraordinária do Congresso Nacional e delega a V. Ex<sup>a</sup> ou a um terço dos membros do Senado ou da Câmara a capacidade e a possibilidade de convocação do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, é notório o que estamos vivendo: a mais grave crise política, com ressonâncias na economia, desde a redemocratização.

Há um processo de *impeachment* em relação à Presidente da República, que está na Câmara dos Deputados, sem encaminhamento nem resolução. No mesmo passo, há um processo de destituição de afastamento do Presidente da Câmara dos Deputados, que está em análise no Conselho de Ética daquela Casa.

Então, Sr. Presidente, parece-me que é iminente, necessário e urgente, neste momento grave da vida nacional, que o Congresso Nacional permaneça reunido. Estamos diante de um momento singular, particular da vida nacional que urge e necessita da manutenção da convocação do Congresso Nacional.

Então, eu trago esta questão de ordem para V. Ex<sup>a</sup>. Faço aqui este apelo: ou para a deliberação de V. Ex<sup>a</sup>, porque é prerrogativa de V. Ex<sup>a</sup> – logicamente que em comum acordo com o Presidente da Câmara dos Deputados –, ou para o conjunto dos membros das duas Casas subscreverem requerimento nesse sentido.

Sr. Presidente, pior que a crise é não ter horizonte para superá-la. Essa é a principal e a pior consequência que haverá se não mantivermos a convocação do Congresso Nacional durante esse período de recesso. Essa é a pior consequência: a sociedade, todos os agentes políticos e econômicos e a sociedade não saberem qual é o horizonte possível depois de março ou de abril.

Na verdade, se, no meio dessa crise, este Congresso Nacional se recolher para o recesso, chegaria a ser um desrespeito para o Brasil.

Então, encaminho essa questão a V. Ex<sup>a</sup> e acho que V. Ex<sup>a</sup>, em comum acordo com os Líderes desta casa, deve propor para a Câmara a convocação extraordinária do Congresso neste período do recesso.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está pronta para votação, como dissemos agora há pouco, a PEC nº 110, de minha autoria, que cria regras mais rígidas para nomeação dos cargos em comissão. É algo que absolutamente vai ao encontro de uma expectativa grande da sociedade brasileira e da meritocracia no setor público.

Porém, da mesma forma como ocorreu na última semana, nós temos um quórum hoje baixo para deliberação de matéria constitucional. Então, eu solicitaria a V. Ex<sup>a</sup> – poderíamos ir nas urgências, nos outros temas colocados por V. Ex<sup>a</sup> –, mas eu preferiria, se houvesse a sua concordância, que deixássemos para a semana em que houver um quorum mais efetivo, porque depois de todo esse esforço não seria adequado que nós interrompéssemos ou colocássemos em risco a aprovação desta matéria, em razão do baixo quorum na sessão de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não se preocupe com essa questão. Faremos exatamente o que V. Ex<sup>a</sup> recomenda.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Parabéns, Sr. Presidente. Esse é o caminho. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Srs. Senadores, Sr. Presidente, permitam-me acrescentar uma palavrinha em relação à questão de ordem levantada pelo Senador Randolfe.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em seguida, vou responder ao Senador Randolfe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Eu acho que nós, se não agirmos, não acelerarmos esse processo, que é penoso e que se prolonga desde o início deste ano... E faria um paralelo, em 1999, houve um pedido de *impeachment* do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no começo do segundo mandato, e a questão se resolveu em maio. Em maio estava resolvido; em maio a Câmara rejeitou o pedido de *impeachment*, e a vida retomou.

Não é possível que nós estejamos, o ano todo, com as pessoas sofrendo, perdendo seus empregos, perdendo direitos, a violência tomando conta do País, e nós, aqui, fazendo cara de paisagem. Nós não podemos pensar duas vezes nessa convocação, Sr. Presidente.

Eu faço um apelo para que o Congresso se autoconvoque para decidir essa questão. Nós não podemos ficar postergando, olhando o que está acontecendo de longe.

Não! É hora, Sr. Presidente, de V. Exª usar da sua autoridade para autoconvocar o Congresso.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós agradecemos ao Senador Randolfe e ao Senador Capiberibe.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Nessa mesma direção, se V. Exª me conceder a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, é importante esclarecer que a autoconvocação não representa qualquer tipo de custo adicional para o contribuinte brasileiro.

Nós já somos remunerados para estar aqui. Este é o nosso local de trabalho. A conjuntura brasileira, Sr. Presidente, parece-me que não nos abre outro caminho e outra alternativa que não reiniciarmos os nossos trabalhos, quem sabe, no dia 5 de janeiro.

Nós estamos em uma quadra e numa conjuntura política, econômica e moral da maior gravidade, Sr. Presidente. Uma crise política que alimenta uma crise econômica, uma crise econômica que alimenta uma crise política, e nós estamos agora, Sr. Presidente, com um *impeachment* em curso da Presidência da República.

Será incompreensível para o cidadão brasileiro – e acho que até desqualifica o Congresso brasileiro – se é aceso o rastilho do *impeachment* e nós tiramos férias, paralisamos os trabalhos e voltamos daqui a 20, daqui a 30 dias para retomarmos os nossos trabalhos, enquanto a nossa economia, a economia brasileira, fica exposta a todo e qualquer tipo de exposição e incerteza, Sr. Presidente.

Eu acho que V. Exª tem, diante de si, uma oportunidade e me parece que um dever: o dever de manter o Congresso brasileiro trabalhando, atuando, para que nós possamos, na nossa trincheira de trabalho, trabalhar para oferecer respostas aos graves e complexos problemas em que vive a sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós temos, Senador Randolfe, Senador Ricardo Ferraço, Senador Capiberibe, pelo menos cinco hipóteses de convocação do Congresso Nacional! Cinco hipóteses de convocação do Congresso Nacional!

Permitam-me dizer que eu fui – e digo isso com muito orgulho – um dos protagonistas da Emenda Constitucional nº 50, que criou dificuldades para a convocação do Congresso Nacional no recesso. Por que isso? Porque nós tínhamos uma verdadeira farra nas convocações do Congresso Nacional. O Congresso deixava as matérias importantes para convocação no recesso, remunerava essas convocações. No momento em que votamos essa emenda e acabamos com essas convocações, só com isso, nós fizemos uma economia de R\$100 milhões. Olha que há muitos e muitos anos. Só com isso, nós economizamos, para o Senado Federal, R\$100 milhões.

Então, nós temos a hipótese de ser convocado pelo Presidente da República, mas precisa da aprovação do Plenário; ser convocado pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente do Senado, que também precisam da aprovação do Plenário. E, fora essas duas hipóteses, nós temos pelo menos mais três hipóteses que eu não queria comentar.

Eu queria, antecipadamente, com a isenção que considero possuir... Porque eu não me considero nem governista, nem opositor. Quando o PMDB teve oportunidade de qualificar a aliança, a coalizão, de ter um papel na coalizão, eu acho que o PMDB, o meu partido, errou bastante. Por isso, quando eu sento aqui, nesta cadeira, eu não sou o Presidente do Congresso, do PMDB. Eu parodio o nosso pernambucano, eu procuro ter sempre isenção.

Mas eu acho que, no momento de agravamento da crise econômica, política e social, o Congresso cruzar os braços é uma péssima sinalização que nós faremos para o Brasil – péssima sinalização! A sociedade toda cobra que nós apresentemos saídas. Eu acho que a sociedade tem que ser ouvida, sim, e o Senador Ricardo Ferraço tem absoluta razão: se nós cruzarmos os braços, o povo brasileiro vai levar o Congresso Nacional em péssima consideração.

Agora, como nós vamos fazer para convocar, aí nós temos, pelo menos, cinco hipóteses!

E eu fui, eu estou dizendo aqui, Senador Aloysio, o responsável pela Emenda nº 50, que foi a emenda que dificultou a convocação do Congresso no recesso. Só com essa aprovação, o Senado Federal economizou, à época, R\$100 milhões, porque as matérias importantes ficavam para ser apreciadas no recesso, a convocação era obrigatória, praticamente, porque o Congresso não apreciava as matérias, e todos eram remunerados, não apenas os Senadores e as Senadoras, todos os servidores, sem exceção, todos os servidores, sem exceção, inclusive os servidores inativos, inclusive os inativos. Então isso precisava acabar.

O Senador Vicentinho vai ler os requerimentos.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (PMDB - ES) – Sim, mas qual é a conclusão de V. Ex<sup>a</sup>, eu não entendi? Qual é a conclusão de V. Ex<sup>a</sup>, eu não compreendi? Perdoe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Que não está na hora ainda. Nós temos pelo menos cinco cenários para encaminhar uma solução. Só a partir do dia 17, 18 é que nós, efetivamente, vamos tratar disso.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, faço minhas aquelas palavras que V. Ex<sup>a</sup> citou anteriormente, basta interpretar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está, obrigado.

Senador Vicentinho.

**O SR. VICENTINHO ALVES** (Bloco União e Força/PR - TO) –

#### **REQUERIMENTO Nº 1.399, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja estabelecido o regime de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 186/2015, apreciado por esta Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

Assina o Senador Walter Pinheiro e outros.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.400, DE 2015**

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, e art. 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PDS nº 384/2015, que susta os efeitos da Portaria Interministerial nº 192, de 5/10/2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente. Assina Senador Omar Aziz e outros.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.401, DE 2015**

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 432/2013, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Assina Senador Jucá e outros.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.402, DE 2015**

Requeiro, nos termos dos arts. 336, inciso III, e 338, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para que seja incluído na Ordem do Dia de sessão deliberativa ordinária o Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011, que altera o §1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de 24 horas para apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante. Assina: Senador Antonio Carlos Valadares e outros.

São os seguintes os requerimentos na íntegra:

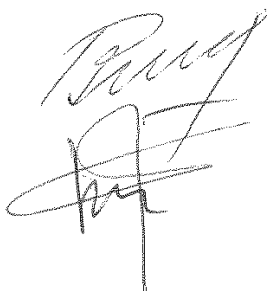
A publicação,  
em 8/12/2015.

**REQUERIMENTO** 1399, de 2015

APROVADO EM 02/12/15

Requeiro, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja estabelecido regime de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2015, apreciado por esta Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

Sala da Comissão,



,Presidente

,Relator





## Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CEDN, 02/12/2015 às 09h - 11ª, Ordinária**

## Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	1. FÁTIMA BEZERRA	
LINDBERGH FARIAS		2. PAULO PAIM	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	3. CRISTOVAM BUARQUE	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	4. GLADSON CAMELI	PRESENTE
PAULO ROCHA	PRESENTE	5. DELCÍDIO DO AMARAL	

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO		1. VALDIR RAUPP	
SIMONE TEBET		2. GARIBALDI ALVES FILHO	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	3. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
RAIMUNDO LIRA	PRESENTE	4. SANDRA BRAGA	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	5. LÚCIA VÂNIA	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
PAULO BAUER		2. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	3. WILDER MORAIS	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROBERTO ROCHA		1. RANDOLFE RODRIGUES	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	2. ANTONIO CARLOS VALADARES	

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. MARCELO CRIVELLA	
BLAIRO MAGGI		2. WALTER PINHEIRO	PRESENTE

## Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL  
HUMBERTO COSTA





Aprovado:  
Em 8/12/2015

*[Handwritten signature]*

## REQUERIMIENTO N° 1400, DE 2015

SF/15599 90650-71

Senador Omar Aziz

Página: 1/3 10/11/2015 19:25:52

20b3a19976f49884dde11c1b302cfa37d2456db4



Recebido em Plenário.

Em p<sup>o</sup> 192 120/5

John Edgar Casper  
c. 16/18

	SENADORES	ASSINATURA
01		OMAR AZIZ
02		ANDOLFE RODRIGUES
03	Vinícius Gerschwin	
04	Warcro	
05	Davi Alcolumbre	
06	Widice de Mello	
07	Assis de Freitas	
08	REGUFFE	
09	Eduardo Farias	
10	Rômulo CAIAJO	
11	WILSON MARIAS	
12	SENGIO PETECÃO	
13	Jorn Rone	
14	Immo, Viana	
15	GARIBOLDI ALVES	
16	ROBERTO ROCHA	
17	SANDRA BRAGA	
18	RICARDO NO	
19	<del>João Capiberibe</del> Glessi H	
20	Walcirino Azeite	
21	FERNANDO GELUS	
22	Ana Amélia (PI/RS)	
23	DOUGLAS	
24	João Capiberibe	
25	FLEXA RIBEIRO	
26	X LOYSA	
27	<del>JOÃO AGRIPINO TASSO</del>	
28	JOÃO AGRIPINO	
29	MARIA DO CARMO	
30	ALVARO DIAS	
31	CRISTOVAN	
32	ACIR GURGEL	
33	OTTO ALENCAR	



SF/15599.90650-71

Página: 2/3 10/11/2015 19:25:52

20b3a19976149884dde11c1b302cfa37d2456db4



34	Dario Buzpin	
35	Paulo P. Fery	
36	ACVALADHOS	
37		HERO ISO-AR
38		DECIO NEVES
39		CIRO NOGUEIRA
40		PAULO BAUER
41		RODRIGO PEREIRA
42	JADER BARBOSA	JADER BARBOSA
43	Vicente Lúcio	
44		
45	PAULO RICHA	
46	Breno Magei	
47	Rui S. Silva	
48	W. L. L.	ANTONIO ANASTASIA
49		REQUIAO
50		
51	Edap	
52	JOÃO AZE	
53		
54	Eduardo Amorim	
55	Junior Tibet	
56	JOSE SERRA	
57	WALTER TINHEIRO	
58	MARTA	
59	ROMÁRIO	
60	LYA SIE	



SF/15599.90650-71

Página: 3/3 10/11/2015 19:25:52

20b3a19976f49884dde11c1b302cfa37d2456db4

61.

Aldis de...

62.

João Medeiros

63.

Romão de Faria

64.

GABRIEL CMEI PP/AC

65.

Aquel - Patel -

ATILDES OLIVEIRA

ROMÁRIO - 66



67- 70 CRASOL

68-

Romero

Romero Jucá

## REQUERIMENTO Nº 1401, DE 2015

Aprovado  
Em 8/12/2015

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências.

Sala das Sessões, em

47  
4  
6  
4  
9  
18  
WILLINGTON  
11/12/2015  
10h 15min



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

Aprovado  
em 8/12/2015

**REQUERIMENTO Nº 1402, DE 2015**

Requeiro, nos termos dos artigos 336, inciso III, e 338, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para que seja incluído na Ordem do Dia de sessão deliberativa ordinária o Projeto de Lei do Senado, nº 554, de 2011, que “*altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante*”.

Sala das Sessões,

**Senador ANTONIO CARLOS VALADARES**  
**PSB-SE**

Página: 1/1 11/11/2015 16:21:45

9a383da89c4cba73f36216fa7ad3f97b07e9157



São esses os requerimentos, Sr. Presidente.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, o 1º Secretário da Casa acaba de fazer a leitura de três requerimentos e, para um deles, não há acordo. Portanto, a oposição...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Mas esse não. Já expliquei, esse não será apreciado.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Então, vamos apreciar apenas o do Senador Omar?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Esse não será apreciado porque o Regimento diz, no seu... Só um minutinho, Senador Cássio. O art. 172 diz:

A inclusão em Ordem do Dia de proposição em rito normal, sem que esteja instruída com pareceres das comissões a que houver sido distribuída, só é admissível nas seguintes hipóteses: (...)

II - por ato do Presidente, quando se tratar: (...)

d) de projetos com prazo, se faltarem vinte dias para o seu término.

Como esse projeto é da Presidente da República, com urgência constitucional, e está há menos de 20 dias do término, ele pode ser pautado. Então, isso dispensará a apreciação do requerimento de urgência.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – E quanto ao requerimento do Senador Omar Aziz, do PDS 348, votaremos hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, nós vamos pautá-lo. Votaremos hoje.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – E votaremos, a partir de amanhã, se for o caso, porque a pauta fica destrancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Perfeito.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) –

## ORDEM DO DIA

### Item extrapauta:

#### MENSAGEM Nº 76, DE 2015

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 76, de 2015, pela qual a Senhora Presidente da República *submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura. (Parecer nº 1.141, de 2015–CRE.)*

Peço aos Senadores e às Senadoras que estão em outras dependências da Casa que venham, por favor, ao plenário.

Nós vamos proceder à apreciação da indicação da Presidente da República para o Diplomata Flávio Soares Damico para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Enquanto isso, nós vamos conceder a palavra ao Senador José Serra.

**O SR. JOSÉ SERRA** (Bloco Oposição/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Eu queria chamar atenção hoje para uma notícia que saiu nos jornais de ontem e que faz sentido, embora represente um grande equívoco, a respeito do aumento da taxa de juros no Brasil no mês de janeiro.

Não por coincidência, Sr. Presidente, o mesmo diretor do Banco Central, que, por ocasião do último aumento, vazou no noticiário, uma semana antes, o mesmo diretor, muito desinibidamente, já anuncia que, em janeiro, o Banco Central deve retomar sua política monetária agressiva, o que, traduzindo em miúdos, significa aumentar os juros.

Segundo eles, a situação não é a situação que a maior parte dos economistas aponta hoje em dia, de dominância fiscal no Brasil. Ou seja, que o aumento de juros não se traduz diretamente em redução de preços, mas o aumento de juros pode inclusive aumentar a inflação. Isso, aliás, é o que esteve acontecendo ao longo de todo este ano.

Na verdade, tradicionalmente, juros sobem quando a atividade econômica está aquecida, quando há inflação de demanda e quando há problema de balanço de pagamento. Sobe-se a taxa de juros para atrair dinheiro externo para financiar o balanço de pagamentos.

Pois isso é o que não está acontecendo hoje. Muito pelo contrário, nós temos a queda da atividade econômica mais forte da história, que vai se prolongar pelo ano que vem, uma queda vertiginosa dos investimentos, da produção industrial e do emprego. Só faltava agora, em janeiro, aumentar juros.

Isso, de fato, o que significará? Será a deterioração ainda maior dos indicadores fiscais da economia, que hoje tanto alarme causam aos investidores no Brasil e no exterior.

Basta dizer, Sr. Presidente, que o aumento dos juros, da despesa com juros do ano passado para este ano foi da ordem de R\$200 bilhões – sabia, Senador Aloysio? –, R\$200 bilhões, cerca do dobro do orçamento, por exemplo, da educação. Isso foi o que se gastou com o aumento dos juros. Não com o estoque dos juros, com o aumento que houve entre os dois períodos.

Isso, naturalmente, compromete os indicadores do déficit e os indicadores da dívida bruta. Lógico, os juros sobem, aumenta a despesa; os juros sobem, cai a atividade econômica. Caindo a atividade econômica, cai a receita. Portanto, o indicador dívida/PIB piora e o déficit público piora.

Para que se tenha uma ideia, o déficit público agregado – que é o que importa – do ano passado foi da ordem de 6,2% do PIB. Neste ano, ultrapassa os 10%. Só em valores monetários, para que se tenha uma ideia, o déficit público aumentou de R\$344 bilhões para R\$630 bilhões, nas vizinhanças de R\$300 bilhões o déficit, o que causa alarme, eu diria, com certo fundamento.

Pois bem, o aumento dos juros só fará piorar essa situação, não vai ter nenhum efeito do ponto de vista daquilo que eventualmente se pretende, que é deter a inflação. A inflação hoje não tem origem na demanda. A demanda está em queda. Nós estamos, como eu disse, na maior precipitação da atividade econômica de que se tem memória.

Apenas uns números ilustrativos: entre o que ocorreu neste ano e o que se prevê para o próximo, o PIB acumulado vai se contrair em cerca de 6,5%. A destruição de empregos, entre o que ocorreu neste ano e o que ocorrerá no ano que vem, segundo todas as previsões, vai chegar a 3 milhões de trabalhadores. Os investimentos no triênio 2014/2016 vão diminuir, completando o período, 30%. No mesmo período, a produção industrial desabarará em pelo menos 18%.

Vem então o Banco Central, como se estivesse ocioso, com a perspectiva de aumentar juros. Mas já começaram a fazer essa sinalização. Qual é a ideia, por estranho que pareça? A ideia é que o aumento da taxa de juros vai afetar as expectativas dos agentes econômicos, de maneira a conter a taxa da inflação. Essa é a explicação dada.

Parece-me realmente uma decisão, um encaminhamento inteiramente fora de tempo e de lugar. Isso se agrava pela fragilidade do Governo também. Em nenhum país do mundo, o Banco Central faz o que quer, mesmo naqueles em que figura como banco independente, etc., sempre tem de levar em conta o conjunto da política econômica, a relação com o Poder Executivo, com o Presidente da República, com o Ministério da Fazenda. Mas o governo fraco significa precisamente dar graus de liberdade indevidos a quem quer que seja na esfera governamental.

Eu lembraria, inclusive, que estão se avaliando agora projetos que tiram receita do Governo Federal, fortemente com apoio do PT, do Partido do Governo. E não há demonstração maior de se estar fora de sintonia; não há demonstração maior da fragilidade do Governo.

Quero chamar a atenção, porque nós temos que levar essa questão para o País. O Presidente do Banco Central, Tombini, vinha hoje à CAE, mas cancelou. Ele não pode deixar de voltar na semana que vem. E nós temos, Senador Ferraço, que tomar uma medida. Parece-me que temos que avançar, nem que seja do ponto de vista da legislação, para proibir diretores do Banco Central que têm assento no Copom de fazerem declarações dando pistas para o mercado. E pistas significam basicamente ganhar dinheiro com esse tipo de informações, que depois viram profecia que se autorrealiza, porque se não fizerem vão levar prejuízos ao mercado. São eles que estão levando a ideia do aumento e, ao levarem a ideia do aumento adiante, no momento em que, eventualmente, não se promove essa expansão dos juros, poderiam causar prejuízos e, então, ficam amarrados à sua própria palavra anterior.

Eu chamo a atenção porque isso é gravíssimo. Nós estamos atravessando uma fase da vida brasileira que tem um governo muito fraco – quase não existe este Governo como agente que antecipa os acontecimentos, que toma medidas, que ordena e dá um rumo ao País –, ao mesmo tempo em que a crise é a mais feia que nós já vivemos. E só faltava agora vir essa política ativista do Banco Central com uma explicação econômica de quinta categoria. Disso é que se trata.

Eu queria chamar a atenção de todos e de todas, porque nós estamos aqui discutindo muitas vezes recursos para lá, para cá, etc. Isso tudo vai indo inclusive pela conta própria de dois ou três diretores que resolvem criar essa situação.

Quero lembrar que a política de *swaps* cambial custou, daqueles duzentos bilhões, noventa bilhões, porque o *swap* é pago na conta dos juros, que foi uma decisão tomada de maneira inteiramente autônoma, sem consulta e sem responsabilidade com relação ao gasto que se está promovendo.

Portanto, Sr. Presidente, parece-me importante que tenhamos isso presente e que atuemos, já que o Governo não o faz, e francamente não o fará. Eu não vejo perspectiva nessa direção. O Brasil tem uma nau econômica hoje avariada num mar tempestuoso, à deriva. É disso que se trata. Nós estamos à deriva e, aqui no Congresso, temos que fazer o possível pelo menos para alertar o conjunto da opinião pública, o conjunto dos políticos e o próprio Governo das barbaridades que estão a caminho, que só piorarão a situação. Eu não sou daquela linha do quanto pior, melhor.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOSÉ SERRA** (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Na verdade, a minha fala aqui, Senador Ferraço, tem um aspecto construtivo, que é um alerta para um problema do qual, eu tenho certeza, o Governo está por fora. É disso que se trata.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Ana Amélia, pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, eu quero saudar um conterrâneo que é indicado para Singapura, um diplomata de grande qualidade profissional da diplomacia brasileira. Teremos uma grande representação.

E a segunda referência, Presidente Renan Calheiros, é que fico feliz que o senhor esteja recebendo aí o relator do orçamento, Ricardo Barros, do Paraná, e a Ministra Kátia Abreu, com quem estivemos agora, com a Bancada do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Haverá um encontro com o Deputado Ricardo Barros hoje à noite. Fomos bem recebidos. A Bancada está preocupada com a questão do seguro agrícola, que é um tema recorrente. Nós estamos encontrando um caminho importante, que a Ministra também acolhe. Só não serão os valores que nós tínhamos desenhado inicialmente, mas o teremos.

*(Soa a campanha.)*

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Também a questão da maçã, uma preocupação com a importação, que possa eventualmente comprometer a sanidade dos pomares brasileiros. É uma questão muito relevante essa medida para uma fiscalização muito rigorosa.

Então, quero registrar esse entendimento, a recepção que a Ministra Kátia Abreu teve com a Bancada do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, para tratar de todas estas questões: o seguro agrícola e a questão relacionada à importação de maçã, bem como as emendas dos Parlamentares da Comissão de Agricultura, que tenho a honra de presidir, relativas às emendas relacionadas à aquicultura e pesca.

Obrigada, Presidente. Obrigada, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação.

*(Procede-se à apuração.)*



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

# Votação Secreta

**Mensagem nº 76/2015 - Flávio Soares Damico (Singapura)**

Indicação do senhor Flávio Soares Damico, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Matéria **MSF 76/2015**

Início Votação **08/12/2015 18:19:10** Término Votação **08/12/2015 18:31:20**

Sessão **221º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **08/12/2015 14:05:43**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PDT	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalfrido Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO

Emissão 08/12/2015 18:31:24

**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**1ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**

**Mensagem nº 76/2015 - Flávio Soares Damico (Singapura)**

Indicação do senhor Flávio Soares Damico, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Matéria **MSF 76/2015**                      Início Votação **08/12/2015 18:19:10**    Término Votação **08/12/2015 18:31:20**

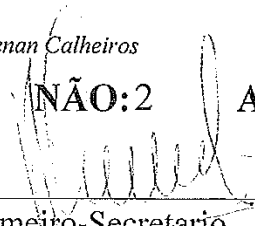
Sessão **221º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão                      **08/12/2015 14:05:43**

PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PDT	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: *Renan Calheiros*

**SIM:50    NÃO:2    ABST.: 1    PRESIDENTE:0    TOTAL:53**

  
\_\_\_\_\_  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; NÃO, 2.

Houve uma abstenção.

Total: 53 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Flávio Soares Damico para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Será feita a comunicação à Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Passamos agora à apreciação dos requerimentos.

**Item extrapauta:**

**REQUERIMENTO Nº 1.403, DE 2015**

Votação do requerimento que propõe um calendário especial para a proposta de emenda à Constituição – tendo como primeiro signatário o Senador Aécio Neves – que altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.

É o seguinte o requerimento na íntegra:




**REQUERIMENTO Nº 1403, de 2015**

Aprovado  
Em 8/12/2015  
Senador Aécio Neves  
Presidente do Senado

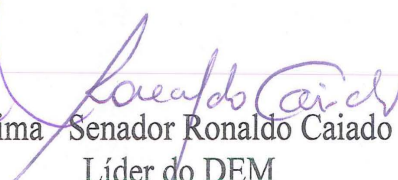
Senhor Presidente,

Requeremos **Calendário Especial** para a **Proposta de Emenda à Constituição nº 99, de 2015**, tendo como primeiro signatário o **Senador Aécio Neves**, que “*Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro*”, no sentido que a matéria conste na Ordem do Dia, conforme de deliberação do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2015.



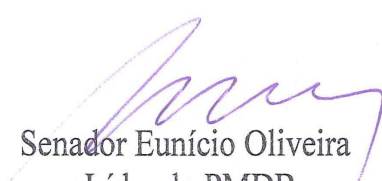
Senador **Cássio Cunha Lima**  
Líder do PSDB



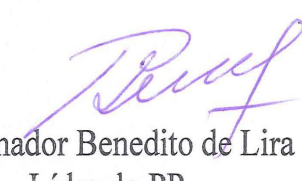
Senador **Ronaldo Caiado**  
Líder do DEM



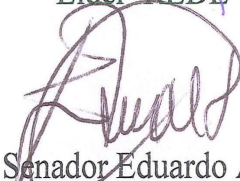
Senador **Randolfe Rodrigues**  
Líder REDE




Senador **Eunício Oliveira**  
Líder do PMDB



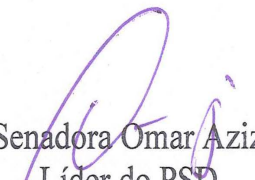
Senador **Benedito de Lira**  
Líder do PP




Senador **Eduardo Amorim**  
Líder do PSC




Senador do **Blairo Maggi**  
Líder do PR



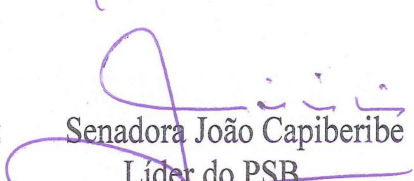
Senadora **Omar Aziz**  
Líder do PSD




Senador **Humberto Costa**  
Líder do PT



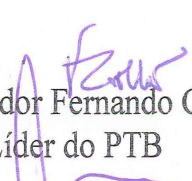
Senador do **Acir Gurgaz**  
Líder do PDT



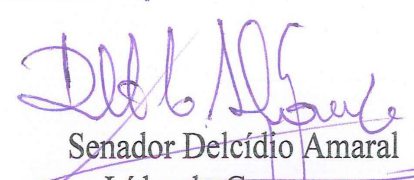
Senadora **João Capiberibe**  
Líder do PSB



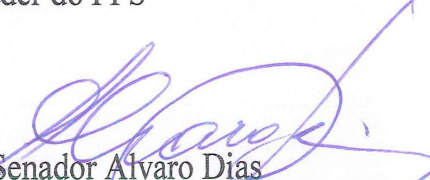
Senador **José Medeiros**  
Líder do PPS



Senador **Fernando Collor**  
Líder do PTB



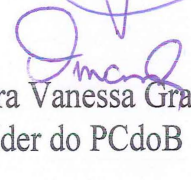
Senador **Delcídio Amaral**  
Líder do Governo



Senador **Alvaro Dias**  
Líder da Oposição



Senador **Marcelo Crivella**  
Líder do PRB



Senadora **Vanessa Grazziotin**  
Líder do PCdoB



Senador **Aécio Neves**



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Wilder Moraes.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, queria que fosse registrado o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Apenas para agradecer à Senadora Simone Tebet, que foi a relatora da matéria na Comissão de Justiça e será relatora também no plenário. É uma matéria, como disse, meritória, que permitirá que as mães de prematuros tenham suas licenças-maternidade computadas apenas a partir do momento em que seus filhos tiverem alta nas UTIs, uma demanda histórica de milhares de mães.

Esse projeto coloca luz sobre a necessidade de termos também na rede pública um tratamento específico, com maiores investimentos, para os milhares de prematuros que nascem anualmente no País – muitos deles, exatamente pela falta de atendimento especializado, acabam não sobrevivendo.

O Senado Federal mostrou sua sensibilidade para essa importante matéria. Agradeço penhoradamente ao Senador Renan também, por ter colocado a matéria em votação.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Todos nós cumprimentamos V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente – Crivella, aqui no cantinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que colocasse em votação um requerimento que fiz de preferência – sei que vai ser apenas para quando for aberta a pauta – para a votação do Substitutivo da Câmara nº 17, de 2015, e nº 21, de 2015, Sr. Presidente.

São leis que foram aprovadas na Câmara, leis que foram aprovadas no Senado Federal, não tiveram nenhuma contrariedade, estão prontas na pauta. É apenas para votarmos e mandarmos para sanção.

Então, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que pudesse colocar em pauta esses dois requerimentos de preferência para, quando for aberta a pauta, podermos votar.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso.

**A SR<sup>a</sup> ÂNGELA PORTELA** (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto “sim” na última votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Ângela Portela, a Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Requerimento de urgência para o PDS que susta os efeitos da Portaria Interministerial nº 192, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente. (**Requerimento nº 1.400, de 2015.**)

Em discussão.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, conceda-me a palavra, pela ordem, para um comunicado que julgo relevante para o País inteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Acabo de ser informado que, na disputa na Câmara dos Deputados pela composição da Comissão Especial para o *Impeachment*, como determina o Regimento da Câmara dos Deputados, os componentes devem ser escolhidos por eleição, escolha direta em voto secreto do Plenário.

A Chapa 2, que é formada pelos partidos de Oposição e por partidos da Base que manifestam apoio ao *impeachment*, foi vencedora com uma diferença – pelos números primeiros que chegaram – de 72 votos.

Então, para comunicar ao Senado Federal e, naturalmente, ao País inteiro, que a disputa ocorrida agora no plenário da Câmara para composição da Comissão Especial do *Impeachment* acaba de permitir a vitória da Oposição com mais de 72 votos de maioria.

Julgava relevante passar essa informação a V. Ex<sup>a</sup>, à Casa como um todo e também ao País. Fica feito, portanto, Sr. Presidente, o comunicado.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> colocou para apreciação, e foi aprovado agora, o requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 384. Se ocorrer acordo de Lideranças, obviamente, poderá ser suprimido o interstício regimental e nós poderemos votar ainda agora o PDS nº 384, de 2015 – é o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup> e aos Líderes da Casa. Acho que não haverá divergência no Plenário da Casa para apreciarmos ainda hoje esse projeto de decreto legislativo – inclusive, o Senador Omar nos lembra que já havia anteriormente esse acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos conversar com os Líderes para pautarmos essa proposta o mais rapidamente possível.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, esse acordo já existia há três semanas aqui neste plenário – há quatro semanas. Ficou acordado entre todas as Lideranças que, no momento em que fosse lido o requerimento, nós votaríamos logo em seguida o projeto que define a retirada do decreto legislativo assinado pelo Governo Federal, através da Ministra...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Já fizemos a primeira parte.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ok, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, tendo em vista que quando houve as votações de indicações de autoridades eu não estava presente, estava em outro local, eu queria registrar que votava de acordo com a orientação do meu Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria comunicar aos Senadores, antes de conceder a palavra ao Senador Pimentel...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...que os Senadores do PSDB encaminham um documento à Mesa Diretora onde consta que decidiram reconduzir, por unanimidade, o Senador Cássio Cunha Lima como Líder da Bancada para o exercício de 2016.

É o seguinte o documento:



PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
Liderança do PSDB

à Publicação  
Em 8/12/2015  
*[Assinatura]*

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que os senadores do PSDB decidiram, por unanimidade, reconduzir o senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**, como Líder da Bancada para o exercício de 2016.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de dezembro de 2015.

1. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA \_\_\_\_\_
2. SENADOR AÉCIO NEVES \_\_\_\_\_
3. SENADOR ALVARO DIAS \_\_\_\_\_
4. SENADOR ANTÔNIO ANASTASIA \_\_\_\_\_
5. SENADOR ATAÍDES DE OLIVEIRA \_\_\_\_\_
6. DALÍRIO BEBER \_\_\_\_\_
7. SENADOR FLEXA RIBEIRO \_\_\_\_\_
8. SENADOR JOSÉ SERRA \_\_\_\_\_
9. SENADOR PAULO BAUER \_\_\_\_\_
10. SENADOR TASSO JEREISSATI \_\_\_\_\_

EXMO. SR.  
SENADOR RENAN CALHEIROS  
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a resolução em relação à qual terminamos de aprovar a urgência: nós temos acordo na urgência – tanto é que aprovamos por unanimidade – mas o nosso Governo está pedindo um prazo regimental para tentar fazer um acordo. Não sendo possível o acordo, votaremos o mérito após o prazo regimental da urgência, Sr. Presidente.

Portanto, não há acordo para votar hoje o mérito, o nosso acordo era para votar a urgência. Ao mesmo tempo, o Governo está tentando construir uma saída para essa matéria. Votaremos logo após a urgência.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Omar.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente... Desculpe, Senador Antonio Carlos, mas o Senador Pimentel... Não foi necessário fazer acordo para a urgência, até porque mais de 70 Senadores assinaram a urgência. Não há acordo, a urgência já existia. O acordo que fizemos três semanas atrás, quatro semanas atrás, é que V. Exª leria o requerimento e nós votaríamos em seguida o decreto legislativo para derrubar o decreto...

Sr. Presidente, não dá para o Brasil participar da COP-21 querendo acabar com a fauna brasileira. Os pescadores brasileiros não podem pagar pela má administração. E se há algum indício de que há pessoas recebendo isso, essas pessoas têm que ser punidas. Agora, quem tem que punir é o próprio Governo Federal.

Por isso, Senador Pimentel, com todo o respeito que eu tenho por V. Exª: não há esse acordo de votar. Urgência, Senador Pimentel, já há: 72 assinaturas de Senadores estão pedindo a urgência, porque o Partido dos Trabalhadores não assinou como Líder, com Liderança, para que pudéssemos ter um acordo de Liderança. E eu, pessoalmente, colhi setenta e poucas assinaturas.

Por isso, Sr. Presidente, eu não estou pedindo para que se faça um novo acordo, até porque V. Exª sabe que, há mais de quatro semanas, o Governo já teve oportunidade para trazer uma alternativa. Então, não é esse acordo. Acordo de urgência? Não é verdade. A urgência já existia, Sr. Presidente. O que V. Exª leu hoje foi um pedido de urgência assinado por mais de 70 Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos votar agora o requerimento apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores. **(Requerimento nº 1.402, de 2015.)**

Discussão do requerimento.

Não havendo quem queira discutir o requerimento, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O último requerimento...

Senador Humberto Costa, perdão.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apresentei à Mesa na semana passada, inclusive já com assinaturas correspondentes a dois terços dos Senadores, o pedido para o regime de urgência do projeto que regulamenta o Imposto sobre Serviços.

Esse projeto foi aprovado por unanimidade aqui no Senado Federal no ano passado, foi para a Câmara, foi votado, e agora está sob a relatoria do Senador Roberto Rocha. E nós fizemos o pedido...

Como se trata de um imposto em que existe anterioridade, é fundamental para os Municípios, porque vai gerar para eles receitas; é fundamental para os prestadores de serviços, porque vai definir claramente o que é abrangido pelo Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado e pelo Imposto sobre Serviços do Município.

Portanto, eu gostaria de pedir a V. Exª que o colocasse na Ordem do Dia, se possível na semana que vem, com a presença do Relator, para nós podermos votá-lo aqui nesta Casa.

Obrigado.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Presidente, olhe o meu requerimento também! *(Pausa.)*

Presidente, lembra do requerimento do Crivella?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Último requerimento.

Senador Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Só para lembrar V. Exª do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Último requerimento.

Requerimento de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 432 – trabalho escravo. É uma matéria muito importante, do Senador Romero Jucá e de outros Senadores. **(Requerimento nº 1.401, de 2015.)**

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Aprovado.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente! Presidente Renan, aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Lasier, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só para justificar minha ausência. Voto “sim” para o Embaixador – eu estava lá na Comissão de Ciência e Tecnologia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Lasier.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Voltamos à lista de oradores.

Eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

Senador Magno Malta, a Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR - ES) – Nas votações que aconteceram: com orientação do Senador Blairo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na condição de Líder do PT, venho manifestar aqui a minha mais profunda indignação e, ao mesmo tempo, a mais profunda inquietação em relação aos fatos ocorridos na Câmara dos Deputados desde a semana passada, a começar pela decisão do Presidente daquela Casa de receber, de aceitar o pedido de impedimento da Presidenta da República, o *impeachment*, apresentado entre tantas outras propostas que até então ele justificava não ter recebido por lhe faltarem fundamentos legais.

Aliás, a própria proposta que foi utilizada com esse fim, ele próprio já havia antecipado que não possuía fundamento legal para abertura de um processo de impedimento.

Os argumentos ali colocados falam das chamadas pedaladas fiscais, falam de decretos orçamentários não numerados. Estas não somente são práticas ou foram práticas sobejamente realizadas por governos anteriores, como, para que pudessem vir a ser consideradas crimes de responsabilidade, precisariam ter a votação por parte do Congresso Nacional.

Portanto, a decisão tomada pelo Presidente da Câmara se deveu muito mais a um desejo de retaliar um governo que não concordava em se submeter às suas chantagens, que não concordava em se submeter a um processo explícito de barganha política do que por qualquer fundamentação que ali houvesse.

Isso não sou eu que estou dizendo, são dezenas e dezenas de renomados juristas nacionais, pessoas reconhecidas pelo seu saber, reconhecidas pela sua competência profissional, reconhecidas, enfim, por serem *experts* em assuntos que envolvem a questão da constitucionalidade, da legalidade, da juridicidade.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – E o pior, Sr. Presidente, é que, não apenas cansado de desrespeitar a Constituição e a legislação, mais uma vez, o Presidente da Câmara aplica outro golpe, quando hoje, diferentemente do que prevê a Constituição, diferentemente do que prevê a legislação e o próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados, decide que a escolha de integrantes de uma comissão deve se dar por chapas e pelo voto secreto.

Ora, onde está escrito na Constituição que o voto secreto se aplica para escolha de membros de uma comissão? Se estivermos falando aqui da Comissão Diretora ou de uma comissão do presidente, do vice-presidente ou até mesmo de um relator de uma comissão, certamente cabe a votação secreta. Mas, em se tratando da composição, composição esta que, pela proporcionalidade, se estabelece no momento da eleição, sem dúvida, o que está acontecendo naquela Casa é um verdadeiro golpe, é um verdadeiro absurdo, é um desrespeito total à legitimidade em um processo que deveria estar marcado pela legalidade e pela legitimidade.

Soubemos há pouco que a chapa respaldada, indicada pelo Sr. Presidente da Câmara foi vencedora.

Ora, num processo espúrio como esse, considerar-se vencedora qualquer uma das chapas mediante o voto secreto! Sinceramente, parece-me que chegamos a um ponto em que não há mais limites para o que o Sr. Eduardo Cunha pode e pensa em fazer.

Ouçó o Líder do PSDB. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que seja breve para que eu possa concluir o meu pronunciamento.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Tentarei ser o mais breve possível. Agradeço a oportunidade de contraditar o discurso de V. Ex<sup>a</sup> que reflete a divergência, sim. Há uma concordância, no que diz respeito à expressão de sua palavra, no sentido de que muitos juristas não encontram argumento para o *impeachment*. É inegável esse fato. Por outro lado, é igualmente inegável que outros tantos juristas – e aí sim,



juristas de verdade, talvez não advogados apenas – encontram, sim, argumentos para o *impeachment*. Ao contrário do que afirmou V. Ex<sup>a</sup>, em governos pretéritos, decretos de suplementação orçamentária sem a indispensável autorização legislativa nunca foram firmados. Pode-se até forçar o argumento de que pedaladas foram dadas, e nem isso reconhecemos. Definitivamente, suplementar o Orçamento sem autorização legislativa, o que caracteriza crime de responsabilidade na veia, nenhum outro governo fez. E aí, Senador Humberto Costa, pairou uma dúvida: uns afirmam com robustos argumentos que o crime de responsabilidade foi praticado; outros, também com algum poder de argumento, afirmam que não. O que cabe ao Estado jurisdicionar nesse instante? Dirimir a causa. Nessa hipótese do crime de responsabilidade, o juiz natural da causa não é o Supremo Tribunal Federal, não é o Juiz Sérgio Moro, não é o STJ, o juiz natural da causa é a Câmara dos Deputados que, aí sim, vai debruçar-se sobre a ocorrência do crime ou não. Uma vez que o Presidente da Casa, seja ele fulano ou beltrano – e não vamos fulanizar este debate, estamos falando da instituição Câmara dos Deputados –, tem apenas o poder de processar e, depois, de analisar se o crime foi ou não cometido. Não há dúvida, mais, de que existe um conflito. Existe um conflito entre opiniões de populares, de juristas, sobre a prática ou não do crime de responsabilidade. O juiz natural da causa para dirimir esse conflito é a Câmara dos Deputados. Estamos fazendo o papel essencial de qualquer Estado, que é cumprir a função jurisdicional. Se entre dois cidadãos existe uma lide, você chama um juiz para dirimir essa lide. Como no crime de responsabilidade o juiz é a Câmara dos Deputados, sequenciada pela posição do Senado, e há conflito, e estamos ainda dando o benefício da dúvida, chama-se o juiz natural da causa, que é a Câmara, para dirimir. Portanto...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ... não há que haver estranheza – e concluo o aparte...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não há que haver estranheza...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Já está se estendendo mais do que o meu discurso, Excelência.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Não há que haver estranheza no julgamento do crime. E quanto ao processo de votação, para todos os cargos da Mesa e das comissões, reza o Regimento Interno – e não houve mudança nesse sentido – que as eleições são secretas e não há por que temer o voto secreto como faz V. Ex<sup>a</sup> nesse instante, como se tivesse algo a esconder. Tudo isso tem de ser feito à luz do dia...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Excelência, eu agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Peço o respeito de V. Ex<sup>a</sup> à minha intervenção.

**O Sr. Cássio Cunha Lima** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – E concluo o meu aparte dizendo apenas que, na democracia, quanto mais transparência, quanto mais capacidade de discussão dos problemas, melhor será para a nossa República.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Ouço o Senador João Capiberibe e depois responderei a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente. Sr. Senador, eu fui apanhado de surpresa. Voto secreto? Nós, aqui, estamos eliminando-o em todas as circunstâncias. Não entro na discussão se está entre oposição e Governo, até porque o Governo de V. Ex<sup>a</sup>, você sabe que estou distante dele quilômetros, léguas; e também distante da oposição, meu Partido é independente. O Governo não apenas não nos apoia em nada, ao contrário, nos atrapalha. Aqui nesta Casa, os três Senadores do Amapá não são reconhecidos pelo Planalto como Senadores. Mas uma decisão como essa ser tomada às escondidas? Isso é inaceitável. Não sei se do ponto de vista... Se é constitucional, se não é constitucional, isso, para mim, não vem ao caso. A questão aqui é política. E as decisões do Parlamento têm de ser tomadas às claras, diante dos olhos do cidadão. Eu queria lhe dizer que isso não é tolerável. Imagino os eleitores a essas alturas: "Como votou meu Deputado ou minha Deputada?" Ninguém sabe. E por que votaram? Se não sabem se votaram e como votaram, como vão saber as razões do voto? Nós estamos aqui para prestar contas dos nossos mandatos, e a votação tem que ser aberta em qualquer circunstância.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Concordo plenamente e concluo aqui minhas palavras, dizendo que, na verdade, o grande juiz para dirimir se houve crime de responsabilidade ou não é o Congresso Nacional na hora de votar as contas da Presidente da República.

Esse parecer acatado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, na verdade, é uma opinião do Tribunal de Contas sobre as contas de 2014, e o parecer já se antecipa sobre 2015, quando sequer o Tribunal de Contas teve a oportunidade de avaliar se os mesmos problemas identificados pelo Tribunal aconteceram no ano de



2015 e, mais do que isso, nem a Comissão Mista do Orçamento nem o Congresso Nacional, como um todo, opinaram sobre a consistência, a razoabilidade e a correção do parecer que foi emitido pelo Tribunal de Contas.

Por isso, nós não paramos de repetir: está-se maquinando no Brasil um golpe. Não que impedimento seja algo que a Constituição não preveja. Ela o prevê, o *impeachment* está previsto, mas estão previstas também as condições em que isso acontece. A Presidenta Dilma não roubou; a Presidenta Dilma não tem conta na Suíça; não utilizou recursos públicos no seu interesse. Portanto, ela, agora, é julgada por quem tem contas a pagar, ela, que não tem contas a dever ao povo brasileiro nem a quem quer que seja.

Isso é um golpe, e os que estão apoiando isso são golpistas, funcionam como tal. É engraçado que, há poucos dias, a mesma oposição que deu as costas ao Presidente da Câmara, alegando que ele não tinha legitimidade para dirigir uma sessão, agora participa de uma sessão...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... onde ele vota um tema da gravidade que é o *impeachment*. Não só participa, mas concorda com procedimentos que são absolutamente ilegais, inconstitucionais e, acima de tudo, ilegítimos.

Pois bem, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup> e quero aqui, mais uma vez, registrar o meu protesto na expectativa de que ou o Supremo ou a Câmara dos Deputados ou este Senado ou o Congresso Nacional como um todo sejam guardiães da ordem constitucional e do respeito às leis, coisas que não estão acontecendo por parte do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, só queria aproveitar a oportunidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Na votação anterior, confirmar o meu voto como voto “Sim”, que a Casa registrasse aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. Bloco/PMDB - AL) – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex<sup>a</sup> está inscrita. *(Pausa.)* Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, o Senador Humberto Costa, que acaba de deixar a tribuna, gentilmente me concedeu um aparte, mas, premido pelo tempo, não pôde ouvir todos os meus contra-argumentos àquilo que defendia no plenário.

Primeiro, retomar a origem dessa discussão: houve ou não crime de responsabilidade?

A opinião de alguns juristas é que sim, o crime de responsabilidade se caracteriza com a edição de decretos de suplementação orçamentária sem a devida autorização legislativa.

Na opinião de muitos - e nessa linha de pensamento eu me enfileiro -, há, sim, crime de responsabilidade.

Se é competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, consequentemente, a Lei Anual Orçamentária, não pode o Poder Executivo, sem a indispensável autorização do Legislativo, suplementar a lei, suplementar o Orçamento.

E o argumento que resta é um argumento raso, é um argumento pobre, é um argumento fraco: “Ah, não, mas todos os outros governos fizeram as chamadas pedaladas.” E eu não estou aqui sequer tratando de pedalada. Eu estou me referindo a que nenhum outro governo, na história recente do Brasil, fez decreto de suplementação orçamentária sem autorização do Parlamento, sem autorização legislativa. Na ausência dessa autorização, eu repito e insisto: crime de responsabilidade na veia.

Muitos prefeitos do Brasil, outros tantos governadores já foram penalizados por suplementar os seus respectivos orçamentos sem autorização legislativa.

Vamos dar até o benefício da dúvida e admitir que não há crime de responsabilidade nessa prática, prática exclusiva do Governo da Presidente Dilma. Nem o Presidente Lula nem o Presidente Fernando Henrique nem o Presidente Sarney suplementaram o Orçamento sem a autorização do Congresso Nacional. Mas, se há dúvida, quem tem que dirimir a dúvida é o Congresso Nacional, porque é este o juiz natural da causa. Não é o Supremo, não é o STJ, não é o Juiz Sérgio Moro. Só o Congresso pode tirar essa dúvida.

Eu escuto com prazer o Senador Aécio Neves.

**O Sr. Aécio Neves** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Grande Líder Cássio Cunha Lima, em primeiro lugar, permita-me cumprimentá-lo pela sua recondução à condição de meu Líder, Líder do PSDB nesta Casa. Obviamente, essa unanimidade é fruto da clareza, da coragem e sobretudo do espírito público demonstrado por V. Ex<sup>a</sup> ao longo de todo este último ano em que nos liderou, o que fez de V. Ex<sup>a</sup>, sem favor algum, uma das figuras mais decisivas nos mais densos e sérios debates tratados no Senado Federal. É uma honra para mim, pessoalmente, continuar sendo seu liderado...

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Obrigado.

**O Sr. Aécio Neves** (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ...pelo próximo ano legislativo. E V. Ex<sup>a</sup> traz a discussão que hoje é observada com enorme atenção por brasileiros e brasileiras de todas as regiões do País para o seu leito natural. Cada vez que ouvimos aqui lideranças do Governo tentando tratar essa questão como um embate entre a Presidente da República e o Presidente da Câmara, cada vez que vemos a Presidente da República, ela própria, defender-se de acusações que jamais lhe foram feitas quanto, por exemplo, à sua honorabilidade pessoal, mais distante nós estamos do essencial. O Brasil, Senador Cássio Cunha Lima, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, demorou muito, demorou muito para, no seu arcabouço legal, constituir regras que devem ser respeitadas por todos, em especial por aqueles que deveriam dar o exemplo, que são as mais altas autoridades da República. As acusações feitas à Senhora Presidente da República nada dizem em relação à sua conduta pessoal. O que nós estamos aqui tratando é se houve, ou não, o cometimento de crime de responsabilidade. O Tribunal de Contas, por um lado, diz que sim, pela unanimidade dos seus membros. Nós aqui aprendemos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que discutimos e votamos com a objeção ferrenha do Partido dos Trabalhadores, e isso é absolutamente claro, que os bancos públicos não podem financiar os seus controladores. Por outro lado – V. Ex<sup>a</sup> tem dado ênfase a esta questão –, fere a Lei nº 1.079 a autorização ou a assinatura de decreto de suplementação orçamentária sem a prévia autorização do Congresso Nacional. É nesse leito, portanto, com serenidade, mas com muita clareza, que a discussão deve se dar. E, para não comprometer mais ainda o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, eu lembro, Senador Cássio, que o tempo é o senhor sempre da razão. Nós, brasileiros, acompanhamos ao longo dos últimos meses uma defesa enfática do Governo Federal, feita pelo Advogado-Geral da União e pela própria Presidente da República, dizendo que não havia cometido as chamadas pedaladas fiscais. A ênfase do Governo era muito grande na sua contra-argumentação. O Tribunal de Contas considerou insuficientes aquelas argumentações e, por unanimidade, rejeitou as contas da Presidente da República. Ontem, Senador Cássio, nós ouvimos a Presidente da República reconhecer, ela própria, que cometeu, sim, as pedaladas, mas dizendo que as cometeu para pagar o Minha Casa Minha Vida. Em parte, fala a verdade a Presidente da República, mas nesse rompante de sincericídio seria adequado que ela complementasse a verdade e dissesse que não foi para pagar apenas o Minha Casa Minha Vida. Essa foi uma parte pouco representativa do volume de recursos gastos pelos bancos oficiais. Grande parte ou a maior parte não foi, como quer fazer crer a Presidente e o ex-Presidente Lula, que já afirmou isso algumas vezes, tampouco para pagar o Minha Casa, Minha Vida, Senador Davi, nem para pagar o Bolsa Família. Essa foi a parte menor, menos expressiva das pedaladas. A maior parte foi para financiar, de forma subsidiada, através do PSI e do BNDES, as grandes empresas brasileiras. Essa é a questão, dentre outras, que deverá ser tratada pelo Governo. A democracia permite o contraditório. A Presidente da República terá oportunidade de apresentar a sua defesa, mas vamos nos ater àquilo que é essencial, porque, se não for assim, Senador Cássio, estaremos criando um salvo-conduto para os mandatários maiores do País. Não, a Presidente da República pode cometer crime de responsabilidade, pode afrontar a própria Lei de Responsabilidade ou pode, por exemplo, cometer crime eleitoral, como investiga o TSE, porque é muito grave o afastamento de uma Presidente da República. Grave é não compreendermos que o Brasil avançou, somos uma democracia sólida, onde as instituições funcionam e onde todos, repito para encerrar, em especial a Presidente da República, têm que cumprir a lei e têm que dar as explicações que dela cobram os cidadãos brasileiros.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Senador Aécio Neves, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que peço seja incorporado ao meu pronunciamento.

Aproveito o ensejo para agradecer não apenas a V. Ex<sup>a</sup>, mas a toda a Bancada do PSDB, que, de forma muito generosa, me reconduziu à Liderança por mais um ano. Agradeço ao Senador Antonio Anastasia, ao Senador Flexa Ribeiro, ao Senador Paulo Bauer, ao Senador Dalírio, ao Senador Aloysio, ao Senador Serra, ao Senador Alvaro Dias, a todos, enfim, que compõem a nossa Bancada pelo gesto de generosidade política, de fraternidade na relação, de me reconduzir, por mais um ano nessa árdua, mas honrosa tarefa de liderar o PSDB no Senado Federal.

Quero dizer também que, quando a Presidente tenta fazer...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...um enfrentamento com o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que também não poderia estar presidindo a Câmara dos Deputados, já deveria ter sido afastado, é aquela sensação muito ruim do sujo que fala do mal-lavado, como se o fato de ter cometido crime de responsabilidade...

O crime é muito caracterizado com os decretos de suplementação orçamentária. Não há como fugir dessa realidade. É cabal a prova dos decretos, que sequer foram numerados, ferindo a Lei Orçamentária, em desrespeito à Constituição Federal, em seu art. 85, como também a Lei nº 1.079. Então, não há dúvida quanto a isso.

E novamente a Presidente tenta desviar o assunto, dizendo que é uma mulher honesta, que não tem conta na Suíça, que não roubou.

Não está sendo discutido isso.

E eu peço mais um minuto, Sr. Presidente, para concluir a fala, apenas mais um minuto para que eu conclua fala. O tempo vai expirar.

Não está se discutindo se a Presidente Dilma tem conta na Suíça, se ela roubou, se ela é desonesta. Não, vamos trazer o debate para o seu devido lugar. O que está sendo discutido é se a Presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade ao suplementar o orçamento sem autorização legislativa. E nenhum outro Presidente, repito, nem o Presidente Lula nem o Presidente Fernando Henrique Cardoso nem o Presidente Sarney nem o Presidente Collor nem o Presidente Itamar suplementou o orçamento sem autorização legislativa, porque essa é uma prática de crime de responsabilidade.

Então, o que está sendo discutido é isso. E se desvia o foco da atenção ou do debate para tentar fazer uma falsa disputa entre a Presidente Dilma e o Presidente Eduardo Cunha, que deve responder pelos seus atos, que já não tem, na nossa visão, condições de continuar como Presidente da Câmara.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Oposição/PSDB - PB) – É essa a situação grave que o Brasil vive. E este é um momento em que se exige de todos nós muita firmeza, responsabilidade, altivez, coragem para que nós possamos fazer essa discussão com a solidez que as instituições brasileiras possuem hoje e com a certeza de que a nossa democracia sobreviverá a tudo isso e que a República sairá maior de todo esse episódio triste da nossa história.

Então, Sr. Presidente, continuaremos defendendo o funcionamento pleno das instituições, o respeito à sociedade, o respeito à lei e, sobretudo, a observância absoluta da nossa Constituição, que foi desrespeitada pela Presidente Dilma Rousseff com os decretos de suplementação orçamentária sem autorização legislativa, o que é crime de responsabilidade na veia. E cometer crime de responsabilidade é, sim, motivo de afastamento da Presidente da República, como reza e determina a nossa Constituição.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a honra de estar aqui ao lado do Deputado Raul Jungmann para comunicar que, junto com S. Ex<sup>a</sup>, nós conseguimos o número de assinaturas necessárias - o Deputado Raul Jungmann, na Câmara dos Deputados, e nós, aqui no Senado, com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, que foi o primeiro a subscrever esse requerimento - para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as causas, as consequências e os custos sociais e econômicos das mortes e lesões por armas de fogo no Brasil.

Eu quero aqui destacar, Sr. Presidente, que o Deputado Jungmann é coordenador de uma frente parlamentar que reúne, além de Parlamentares, a sociedade civil nessa justa causa, nessa luta pelo desarmamento, em defesa do Estatuto. Essa foi uma conquista civilizatória da sociedade brasileira, que contou com sua prestimosa colaboração, quando, então, estava no Ministério da Justiça.

Eu queria aqui, de público, registrar que, no Senado, conseguimos as assinaturas necessárias. O Deputado Jungmann conseguiu as assinaturas necessárias na Câmara.

Eu queria agradecer também o apoio de V. Ex<sup>a</sup> para que pudéssemos agora encaminhar e protocolizar este requerimento para criarmos essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Não há dúvidas, Sr. Presidente, de que existe uma organização criminosa do comércio de armas em nosso País. Esse comércio de armas, a comercialização de armas de fogo em nosso País só tem trazido desgraça para os lares da família brasileira, só tem subtraído filhos, pais, avós, netos. Está cada vez mais comprovado, Sr. Presidente, pelos notórios acontecimentos, pelo que ocorre em nosso País, pelo que tem ocorrido nos Estados Unidos, que o comércio de armas só infelicitava e que, por trás dele, está uma organização criminosa. É isso, Sr. Presidente, que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com certeza, pretende investigar.

Encaminho o requerimento agora para V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>.

Quero cumprimentar o Deputado Raul Jungmann, que, em todos os momentos, foi um dos grandes líderes nessa questão.

Quero dizer da minha disposição de colaborar. Quero, modestamente, colocar o protagonismo do Presidente do Senado em favor dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, com o que for necessário.

Eu tive a satisfação de ser convidado pelo Governador e pelo Deputado Jungmann para participar de um ato recentemente. Aliás, uma das coisas que motivou a minha ida foi o anúncio de que V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Magno Malta iriam.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu e o Senador Magno ficamos em débito, Sr. Presidente. A malha aérea impossibilitou o deslocamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Mas foi uma solenidade maravilhosa, representativa. O Governador de Pernambuco assumiu um protagonismo nacional e está também dedicado.

Acho que o Senado vai cumprir um grande papel, como sempre, levando adiante essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Já recomendei ao Secretário-Geral da Mesa que fizesse uma rápida conferência das assinaturas, para que pudéssemos fazer, hoje mesmo, já que essa matéria evidentemente é consensual, a leitura do requerimento que propõe a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como a Comissão é mista, pelo menos, do Senado, cuidaremos dessas providências.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, por sugestão do Deputado Jungmann, se houver obviamente a aquiescência de V. Ex<sup>a</sup>, nós gostaríamos de, amanhã, no horário mais conveniente a V. Ex<sup>a</sup>, trazer a Frente Parlamentar pelo Desarmamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos!

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ...à sociedade civil, indo ao seu gabinete, para lá protocolizarmos as assinaturas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Ao meio-dia!

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ao meio-dia, estaremos lá, então, Sr. Presidente.

Muitíssimo obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado, Dr. Jungmann, pela visita.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Flexa, antes de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem, permita-me rapidamente...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...responder uma questão de ordem que foi formulada pelo Senador Lindbergh Farias acerca da votação do Requerimento nº 1.355, de 2015, ocorrida no dia 26 de novembro.

A Presidência esclarece que a apreciação do citado requerimento transcorreu em pleno respeito às normas regimentais, em sessão plenária do Senado Federal devidamente convocada, inclusive, em atenção ao horário regimentalmente previsto, na qual o Plenário, soberanamente, por meio de competente provocação de líder, deliberou por devolver globalmente a matéria ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, para que ela seguisse seu trâmite regular naquela Comissão.

Diante do exposto, uma vez que incólumes os dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal apontados como violados, não há como acolher a questão de ordem apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Flexa, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja consignado nos *Anais do Senado* voto de aplauso ao empresário José Santos de Oliveira, eleito Empresário do Ano de 2015 pela Associação Comercial do Pará. Requeiro ainda que esse voto seja encaminhado à família do homenageado e à Diretoria da Associação Comercial do Pará.



Presidente e fundador do Grupo Formosa e Presidente da Associação Paraense de Supermercados, José de Oliveira recebeu, nessa quinta-feira próxima passada, no dia 3 de dezembro, o título de Empresário do Ano de 2015.

O prêmio é concedido pela Associação Comercial do Pará aos empresários que mais se destacaram, ao longo do ano, na geração de emprego e de renda, no pagamento de impostos e na ampliação do empreendimento.

José de Oliveira se considera um português paraense. Chegou ao Pará aos 18 anos, ao lado de sua esposa, Maria Oliveira, e iniciou, há 40 anos, o seu primeiro empreendimento em Belém, uma doceria chamada Formosa. O empreendimento se transformou em um dos maiores grupos de supermercados do Pará e, em 2003, alcançou a primeira colocação do Brasil em produtividade por loja.

A família Oliveira comemora seus 40 anos de sucesso do empreendimento Formosa, embalada pelo título de organização supermercadista mais eficiente do Brasil, agora em 2015, por uma relação muito simples de faturamento *versus* metro quadrado de vendas.

Este meu voto é extensivo a toda a sua família: sua mulher, Srª Maria de Oliveira, e os filhos Rogério, Paulo e Américo.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente Renan, o requerimento, para tramitação.

*Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.*

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco União e Força/PR - ES) – V. Exª será atendido, Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Magno Malta, que preside a sessão neste momento; colegas Senadoras; colegas Senadores, eu não estava presente nas sessões da semana passada, uma vez que tive uma licença para fazer exames médicos e cumprir meu ritual de final de ano, para poder ganhar um alvará para trabalhar por mais um ano.

Na semana passada, houve um evento extremamente importante no Congresso Nacional, na política brasileira, quando a Câmara Federal aceitou o pedido de abertura do *impeachment* da Presidente Dilma. Portanto, acho que todos os colegas, ou quem quis se manifestar, na semana passada, tiveram essa oportunidade e o fizeram no momento correto. Como estou retornando à Casa hoje, eu gostaria de deixar registrada nos *Anais do Senado* a minha posição com respeito a esse assunto.

Há muito tempo, venho defendendo a possibilidade de abertura de *impeachment* contra a Presidente Dilma. Inclusive, em entrevista que dei à revista *Veja*, na sua versão *on-line*, a frase principal foi: “Precisamos tirar esse cadáver insepulto da sala”. E por que eu defendia a ideia e a defendo hoje? Porque, da forma como está, da forma como nós vivemos o ano de 2015, simplesmente não é possível viver 2016, 2017 e 2018 e chegar à eleição de 2018 com um País viável e inteiro. Com certeza, se formos por esse caminho, chegaremos com uma economia absolutamente arrasada e com uma sociedade totalmente dividida, entrincheirada, com graves problemas sociais.

Portanto, os problemas, quando vêm ou aparecem, devem ser enfrentados de maneira direta, de frente, sem ficar se escondendo. Por isso, defendi e defendo que esse processo de *impeachment* deveria ser aberto há mais tempo. Mas ele o foi agora. Então, agora, há os procedimentos que vêm da Câmara. Lá se fará todo o processo. Se autorizado ou não, ele chegará ao Senado mais na frente.

Mas, neste momento, a discussão é: como nós, no Congresso Nacional, devemos nos comportar neste momento? Nós sabemos que, se deixarmos mais tempo, se entrarmos em recesso parlamentar, daremos às ruas, daremos à população a possibilidade de ela se manifestar, de criar um ambiente político de rua necessário, muitas vezes, para fazer com que ande o processo de *impeachment* aqui, internamente.

Mas também temos outro problema. O problema é que, se não abreviarmos esse recesso parlamentar, se não criarmos uma alternativa... De repente, no dia 18, termina aqui o nosso processo. Já na segunda-feira e na terça-feira, dias 22 e 23, estaremos na véspera do Natal. Então, minha proposta é a de que deveríamos voltar aqui imediatamente, a partir do dia 10 – não sei qual é o dia da semana, se é uma terça-feira – ou do dia 8 de janeiro, para que déssemos continuidade. Assim, não iríamos nem tanto à terra nem tanto ao mar nesse assunto.

Penso que é importante a sociedade brasileira, como um todo, neste momento, discutir essa situação, para que todos entendam por que nós estamos nesse processo.

Não sou jurista e não vou ficar discutindo se o pedido tem fundamento jurídico ou não. Entendo que esse é um processo absolutamente político. O *impeachment* é um processo político. Se fosse jurídico, teríamos de remetê-lo ao Supremo Tribunal Federal, aos juízes, ao Ministério Público, ao MPF, a tantos outros que sa-

bem manejar essas coisas e fazer as investigações. Nós aqui não! Nós somos uma Casa política e devemos agir politicamente.

Então, para mim, o processo está aberto, e se deve dar sequência a ele. Vamos em frente, para ver o que vai dar.

A Presidente Dilma, que, agora, está sendo levada ao processo de *impeachment*, precisa de 171 votos na Câmara, se não me engano, para impedir esse processo de *impeachment*. Ora, se o Governo, que já vem de uma reeleição e que tem uma base do tamanho que tem na Câmara Federal, não conseguir obter 171 votos para impedir a sequência do processo de *impeachment*, desculpe-me o Governo, mas nem há como deixá-lo permanecer! Nem merece ficar aí um Governo tão enfraquecido! Esse Governo tão enfraquecido vai justificar politicamente aquilo que está sendo feito, porque, da forma como as coisas estão, como eu disse no início, a economia chegará a 2018 totalmente esfrangalhada. O Brasil não será este País que nós temos hoje nem economicamente nem socialmente. Estaremos brigando com tudo e com todos. Não queremos isso! É muito melhor, neste momento, sacrificar o cargo, a pessoa, e deixar o Brasil inteiro... Para mim, isso é muito lógico. É muito claro que é assim. Se a Presidente não obtiver os 171 votos necessários, ela vai ter de deixar o cargo. E merecerá deixar o cargo, porque não teve a capacidade de criar uma base mínima, mínima, mínima para se manter no Governo. Muito bem, se ela passar dessa fase – acho que o Governo hoje tem mais votos do que isso, do que os 171 –, se passar dessa fase, também aí chegará a hora...

Senador Flexa, V. Ex<sup>a</sup> é de oposição, bem como os demais... Aqui há posição, oposição e independentes. Sou da ala independente, como muitos aqui. A oposição terá de ter o entendimento também... Após a votação, se a Presidente obtiver os votos necessários para se manter no cargo, também não acho justo que a oposição fique fustigando por mais três anos um governo que terá tido um voto de apoio na Câmara Federal para fazer o andamento do Governo e do processo.

Então, eu quero aqui deixar registrado o meu ponto de vista; quero dizer que é muito importante, é muito bom para o Brasil, é muito bom para a sociedade, é bom para o Governo, enfim, é bom para todos nós que possamos neste momento apreciar esse pedido de *impeachment*, levar adiante ou não. A nossa posição no Senado não precisa ser declarada neste momento. Quem vai discutir, quem vai declarar, quem vai dizer, quem vai sugerir é a Câmara, que pode neste momento – aliás, já está abrindo – dar sequência ou não. Mas eu digo, com tranquilidade, que o Governo precisa de poucos votos para manter o Governo de pé até 2018. Agora, uma vez passada essa fase, como eu disse, é de responsabilidade também daqueles que são oposicionistas, aqui, no Congresso Nacional, dar um voto de confiança para que, minimamente, possamos chegar em 2018 com uma economia razoável.

Não creio que chegaremos com uma economia forte, uma economia que já retomou o seu crescimento, porque os problemas que nós temos são muito graves, muito grandes. Muitos problemas, Senadora Lúcia Vânia, ainda não afloraram na economia. As empresas estão em processos muito difíceis de se levar no dia a dia. As empresas não têm capital de giro, as empresas não conseguem vender, não conseguem faturar, os bancos desapareceram com os seus empréstimos, subiram os juros, aumentaram as exigências, e o processo de falência das indústrias, do comércio, aqui no nosso País, é evidente. Então, o problema que temos hoje, que já é grave, muito grande, tornar-se-á maior no futuro. Hoje, se o Governo já não consegue cumprir com as suas metas fiscais, não consegue arrecadar o suficiente para o pagamento mínimo dos serviços, isso será agravado no ano que vem. Não tenho dúvida disso. A diminuição do PIB este ano, de 3,5%, poderá ser de novo de 3,5%, 4%, 3%, mas será menor, de base menor.

Portanto, 2016 será um ano muito difícil, muito complicado para todos.

Ouçó a minha querida colega do Rio Grande do Sul, tchê!

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Blairo Maggi, estou prestando muita atenção nesse pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que, com o equilíbrio de sempre, com a responsabilidade de um Parlamentar comprometido com os interesses nacionais, avalia a grave situação política do nosso País. Eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que um processo de *impeachment*, como o que vamos enfrentar agora, sabe-se como começa, mas não se sabe como termina, Senador Blairo Maggi. E o País, eu tenho dito, é maior que a crise, porém é inadiável que as duas Casas examinem essa questão sob o ponto de vista da legalidade e da constitucionalidade. Agora, os fatos estão assustadoramente se sucedendo. Em uma semana, um Senador, Líder do Governo, é preso por determinação do Supremo Tribunal Federal; na semana seguinte, a Câmara acolhe a representação do *impeachment* da Presidente da República; hoje, a Câmara, por maioria de votos, aprova a composição de uma comissão especial, formada por Parlamentares independentes e de oposição, para fazer esse julgamento, contrariando, demonstrando a fragilidade do Governo, do ponto de vista do convencimento da sua argumentação, e a incompetência também, do ponto de vista político. E mais: hoje à tarde, o ex-Líder do Governo nesta Casa, que está preso, está acertando uma delação premiada. Portanto, Senador Blairo Maggi,



nós teremos, ao longo desse processo, talvez alguns acontecimentos que venham fundamentar a questão do pedido de *impeachment*. Como disse V. Ex<sup>a</sup>, não se está em nenhum momento julgando a biografia da Presidente da República. O que se está avaliando são os erros cometidos pelo Governo na Administração Pública, vários deles já identificados nas investigações da Operação Lava Jato, e outros que envolvem operações como a compra da refinaria de Pasadena. Então, queria cumprimentá-lo, Senador Blairo Maggi, pela oportunidade desse pronunciamento e pelo equilíbrio com que V. Ex<sup>a</sup> aborda esse tema tão delicado para o nosso País.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Agradeço a sua consideração no meu pronunciamento.

E, para finalizar, quero dizer que esses são...

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Valadares, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Prezado Blairo Maggi, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um pronunciamento ponderado, que diz bem da sua personalidade como homem público; traduz com palavras cuidadosas, bem colocadas, o sentimento de um político de responsabilidade, que foi governador do Estado, é um dos empresários impulsionadores da economia do nosso País, com o seu trabalho, com a sua competência. E evidentemente que preocupa, não só como homem público, mas também como empresário, essa situação caótica, do ponto de vista econômico, por que está passando nosso País, com a inflação já beirando a casa dos 10%, o desemprego na ordem de 2 milhões de pessoas. Enfim, uma queda no nosso PIB que há muitos anos não acontece, acima de 3,5%, quer dizer, uma recessão já instalada em nosso País, em decorrência de erros do Governo e também devido à conjuntura de denúncias, com esse caso da Petrobras, e também com o enfraquecimento do Governo no Congresso Nacional, com partidos políticos da Base aliada, em determinadas ocasiões, votando favoravelmente e, em outras, votando contra. Quer dizer, não há certeza de que o Governo tenha maioria constantemente no Congresso Nacional, e isso é ruim, porque alimenta a crise. Mas eu gostaria de dizer que é inatacável, sem dúvida alguma – até o presente momento, não há informação contrária –, a honra da Presidente Dilma Rousseff. É uma pessoa que pode não ser uma grande política, que não tenha poder de fazer uma grande articulação – daí a perda de maioria no Congresso Nacional –, mas, evidentemente, além de guardar um histórico em favor da democracia, ela, na condição de Presidente da República, não praticou nenhum ato desabonador da sua honra. Como ela disse, não tem dinheiro no exterior, porque ela vive do seu próprio salário, do seu próprio ordenado como Presidente da República e, anteriormente, como Ministra de Estado. De forma que, como não há ainda consistências ou acusações que possam dizer que ela contraria a lei de 1950, que regula o processo de *impeachment*, é bom que nós, que somos Senadores, que fazemos leis, que não encaremos o problema apenas sob o ângulo político, porque, se fosse assim, cada Presidente que ficasse impopular e que não tivesse condições de governar, nós teríamos um presidencialismo sem sentido. Deveríamos, então, aplicar aqui, no Brasil, o que já existe nos Estados Unidos para os governadores, ou seja, um *recall*. Ou, ainda, que tivéssemos um regime parlamentarista em que o governo, não estando bem, não conduzindo bem a economia, pudesse ser substituído, e pudesse ser dissolvida a Câmara, se for necessário, em caso de escândalos e falta de credibilidade, como hoje está acontecendo. Assim, teríamos a paz social e a paz política sendo devolvida ao nosso meio. Lamentavelmente, no entanto, o nosso regime é este que está aí, ou seja, um Presidencialismo de coalizão, onde o Governo é obrigado a negociar com quase 30 partidos e dificilmente, por mais paciência que tenha, consegue uma maioria permanente. De forma que eu acho que não devemos analisar essa questão somente pelo lado político, pelo lado da conveniência de tirarmos a Presidente do poder, porque, no momento, ela atravessa uma fase negativa na sua gestão administrativa. Não. Acho que devemos ver quais são os fundamentos que a Câmara vai apresentar à Nação que consubstanciem, que deem fundamento e que deem base jurídica ao seu afastamento ou à sua destituição. No mais, acredito que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo o papel de um Senador equilibrado, porque quando diz que, se a Presidente conseguir ultrapassar essa fase no próximo ano, a oposição venha a contribuir, não deixando o Governo eternamente no sufoco, para a devolução daquilo que nós precisamos, que é a tranquilidade para a retomada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Valadares, pela sua contribuição aqui nesta discussão.

Para finalizar, Senador Valadares e demais colegas, durante a minha fala, eu usei um termo, qual seja, sacrificar uma pessoa ou um mandato. Concorro com V. Ex<sup>a</sup> que não há, até este momento, nada pessoal contra a Presidente. Aliás, a própria oposição tem reconhecido que ela é uma pessoa proba e que nada pessoalmente há contra a Presidente. Porém, precisamos olhar para o Brasil e pelo Brasil.

(Soa a campanha.)

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – E, às vezes, já que não temos um processo de parlamentarismo, o instrumento jurídico que temos para fazer uma substituição e para dar uma oportunidade para o País sair da crise é um processo de *impeachment*.

Mas, como disse também, a Presidente precisa de pouquíssimos votos na Câmara para se manter. E, se ela se mantiver, terá que ter o apoio dos demais para que possamos levar adiante o País até 2018. Caso contrário, também como já disse, chegaremos totalmente arrebitados, em 2018, economicamente e socialmente também.

Senador Cristovam, por favor.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, é uma pena que não tenhamos tido mais vozes com a lucidez que V. Exª traz aqui. O Brasil vem, já faz algum tempo, fazendo política como se estivesse torcendo no futebol, um time de uma cor e outro time de outra cor. E não importam duas coisas: a lógica, o interesse nacional e nem o dia seguinte. No caso do *impeachment*, temos que analisar levando em conta muito mais do que simplesmente se gostamos ou não gostamos da Presidente Dilma, se ela é incompetente ou não é incompetente, até porque está provado que não está sendo competente. Temos que pensar que vamos trabalhar, não brincar, com a Constituição e que aí há regras claras. Nessas regras claras, não temos o direito de protegê-la contra o *impeachment*, se ela cometeu crimes. É nossa obrigação fazer isto, que eu acho que é lamentável para muitos de nós, que é derrubar a Presidente que teve votos. Eu me incomodo profundamente, mas, se houve crime, não podemos titubear. Ao mesmo tempo, temos que ter a firmeza de resistir até mesmo às pressões que existem para não votar *impeachment*, se não houver provas. O problema do *impeachment* não é uma questão basicamente política como estão dizendo, é uma questão legal, uma questão constitucional. Esse é um ponto. E o segundo é o dia seguinte. Temos que pensar no que vai acontecer no dia seguinte, se houver o *impeachment* e se o presidente for o Michel Temer. Como será este governo? O PMDB? Como vai ser esse governo? O que ele vai fazer? Que comportamento ele vai ter, como conversávamos há pouco, em relação à lava jato, em relação à Independência da Polícia, do Ministério Público? E aí não se consegue tocar, talvez? Qual vai ser o comportamento dele nos ajustes? E, segundo, se não houver *impeachment*? Qual é o comportamento da Dilma no dia seguinte? Vai ser o de fazer um grande reconhecimento público de que havia uma vontade de *impeachment* e que ela superou isso graças aos votos aqui dentro? E que, portanto, ela quer mudar nos três anos seguintes para apagar tudo que ficou de ruim do primeiro ano do segundo mandato dela? Ou o contrário? E temo muito que a gente veja as bandeiras vermelhas nas praças do Brasil, dizendo que todos os pecados foram perdoados, que todos os erros forem apagados, que os presos têm de ser anistiados imediatamente, que o PT está certo, que a Dilma está certa e continuarão na mesma arrogância que levou a essa situação. O seu discurso vem nesta linha de refletir sobre a seriedade de tirar presidente eleito e, ao mesmo tempo, sobre a necessidade de pensarmos o dia seguinte, com ou sem *impeachment*. De qualquer maneira e para concluir, estou de acordo com o senhor: bem-vindo a este momento da história e à discussão sobre o *impeachment*. Não dá para continuar nesse debate sobre se vai ou não ter, temos de ter a discussão, o debate e, em cima dos autos, decidamos.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Fico feliz com a sua participação.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Blairo.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Quero ouvir o Senador Randolfe, que me pediu primeiro. Depois, concedo a V. Exª.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pode ser o Senador Capiberibe.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Magno também.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Falarei após o Senador Capiberibe.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Capiberibe, então. Para acompanhar o raciocínio, já que estão sentados juntos.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – V. Exª é um empresário de vanguarda, nós sabemos disso. É claro que está preocupado com a economia, com as implicações sociais que a retração econômica causa. É fundamental que se decida. V. Exª traz, com precisão, e dá a importância devida a essa decisão que se arrasta há um ano. Não é a primeira vez que a gente vive essa situação. Nós temos um problema sério: não temos uma cultura democrática consolidada. Aliás, nós estamos vivendo o mais longo período da democracia brasileira, que vem de 85 até os dias de hoje. Em todos os momentos os presidentes eleitos se viram diante de um quadro de incertezas, de tentativas de “*impeachmá-los*”.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Foram todos.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Todos, todos. Eu me lembro de Fernando Henrique, em 1999. Só que houve uma celeridade no processo. É isso o que V. Exª reivindica, e eu acho

que todos nós devemos reivindicar, incluindo a questão de ordem levantada pelo Senador Randolfe para que não haja recesso. O recesso só pode acontecer na hora em que se dirimir essa questão pelo “sim” ou pelo “não”. Acho que V. Exª dá uma contribuição enorme a esse debate e acho que nós temos que trazê-la para cá no sentido de apressar e resolver. Essa questão da democracia é um processo, e os processos são longos, mas a gente aprende com eles. Hoje, por exemplo, vi uma coisa absurda lá na Câmara. Enquanto nós, aqui no Senado, numa decisão constrangedora, tivemos de decidir o destino de um Senador, um companheiro nosso, de forma aberta, a Câmara resolve criar uma comissão pelo voto secreto. Não há nada mais ridículo do que uma posição como essa. Isso termina desqualificando a atividade política. A minha grande preocupação é exatamente com isso. A política é fundamental na vida de todos, e a sociedade sabe disso. Aí a Câmara dá um péssimo exemplo, ajuda a empurrar a política para a vala comum da desqualificação popular. Parabéns a V. Exª. V. Exª, realmente... As suas ponderações precisam ser ouvidas com muita atenção. Obrigado.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Ouçõ o Senador Randolfe.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Blairo, cumprimentando V. Exª pelo pronunciamento que faz, acho que é importante assinalarmos algumas coisas. Primeiramente, uma questão: *impeachment* não é golpe; é uma saída que a Constituição aponta, concretamente, para um impasse colocado a partir de um fato concreto, Presidente. O fato concreto é o crime de responsabilidade por parte da Presidente da República. Olha, ao Governo da Presidente e ao partido majoritário há um conjunto de críticas que acho que aqui devem ser feitas. O que estamos vendo com o episódio da chamada Operação Lava Jato é a institucionalização da corrupção em escala épica, não vista até hoje. O que nós estamos vendo, lamentável e principalmente para os setores políticos com os quais eu me identifico, da chamada esquerda, é que a crítica à corrupção acabou se tornando uma espécie de udenismo. Ora, não é. O combate à corrupção é, em um Estado como o nosso, em uma sociedade como a nossa – deve ser –, a outra face da mesma barbárie que leva milhões à pobreza; que leva crianças a não ter outra alternativa a não ser a comercialização do próprio corpo. Agora, com todas as críticas mais veementes que devam ser feitas, neste caso concreto, temos de observar e responder a uma pergunta: houve crime de responsabilidade por parte da Presidente da República? É essa a pergunta que deve ocorrer. A democracia e a Constituição têm seus rituais e calendários. O procedimento grave como é o procedimento do *impeachment* não pode ser o resultado de um casuísmo. Não pode ser o resultado de uma troca de chantagem, de extorsão do Presidente da Câmara. Não pode ser o resultado de uma comissão saída de algo que é o mais atrasado que há no Parlamento, que é o voto secreto, que inclusive foi sepultado pelo Parlamento. Por isso, Senador Blairo, cumprimento V. Exª, porque creio que devemos colocar as questões onde elas devam ser colocadas. O *impeachment* é um remédio constitucional para o crime de responsabilidade. Havendo a caracterização desse crime de responsabilidade, vamos a ele. Mas o *impeachment* não pode ser um jogo de chantagens, ameaças e simplesmente um instrumento para afastar um mau governante do lugar em que está. Queda de gabinete ocorre no parlamentarismo. Como esse não é o nosso sistema de governo, e sim o presidencialismo, não cabe a utilização do *impeachment* como instrumento para mau governante.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Ouçõ, por último, o Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR - ES) – Senador Blairo, V. Exª faz um pronunciamento equilibrado. V. Exª é um homem equilibrado. V. Exª começou falando da entrevista que concedeu à Veja online, as suas colocações e o título da própria matéria. E já há muito venho dizendo aqui que o Brasil é um corpo diabético com taxas muito altas e com uma perna em estado de gangrena, precisando ser amputada para salvar o corpo. Se não for amputada a perna, não se salva o corpo. E muitos querem manter a perna podre, porque se comportam como moscas: querem ficar lambendo o pus até secar. E nós temos ouvido muita coisa em torno disso. O Senador Randolfe, cooperando com o pronunciamento de V. Exª, agora, faz uma colocação sobre as questões pontuadas. Que não cabe o que estamos ouvindo da própria Presidente, quando ela se refere ao fato de Eduardo Cunha ter colocado a iniciativa do nobre fundador do PT, o renomado Advogado Hélio Bicudo, juntamente com Reale Júnior, protocolando como cidadãos, quando tantos outros fizeram a mesma coisa, apontando os crimes de responsabilidade no País que violam a nossa Constituição. E ele deu prosseguimento. Ela diz: “Mas ele tem conta na Suíça e eu não tenho.” Para que a população saiba, isso não tem nada a ver. Ele pode até ter mil contas na Suíça e tem de pagar por isso, se é que mentiu, que errou. Quem tem de dar prosseguimento ou não é o Presidente da Câmara, e, infelizmente o Presidente da Câmara está sendo investigado porque tem conta na Suíça. Mas isso independe. O fato de ela não ter conta na Suíça não quer dizer que ela não deva ser investigada. Então, vamos lá, Sr. Presidente. Outros fazem aqui uma consideração, porque ela não tem crime que liga à Presidência. Todo mundo sabe que ela é uma mulher direita, que ela é uma mulher... Ninguém está falando nada disso. Porque eu conheço muitos prefeitos direitos, no Mato Grosso, de V. Exª; conheço po-

líticos de bem no Amapá, do Senador Randolfe; conheço ex-presidente de Câmara, Assembleia Legislativa e prefeito de bem, no meu Estado; conheço no Piauí, do Senador Elmano, e que viraram “ficha suja”. Alguns não têm nem condição de sair de casa, mesmo sendo gente de bem, porque violaram a Lei de Responsabilidade Fiscal, e nenhum deles tinha conta na Suíça. Então, quer dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal vale para o presidente de uma Câmara no interior do Piauí, vale para um prefeito lá no Mato Grosso, mas não vale para a Presidente Dilma? É isso que nós temos que discutir. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi violada, ponto. O que diz a lei no País? É crime? Sim, é crime. Veja só, se essa comissão pega e põe o contraditório. “O que está de contraditório nisso?”. Enquanto o TCU aponta as pedaladas fiscais, o Advogado da União se preparou, os ministros da área econômica se movimentaram, deram entrevistas, fizeram reuniões de que ela não fez pedalada fiscal e tentaram provar por “a” mais “b”. Não foi isso que aconteceu? Foi. Provar por “a” mais “b” que ela não fez pedalada fiscal. Quando o TCU colocou para votar e votou e aprovou dizendo que fez, qual foi o segundo momento? Desclassificar o TCU: “Ah, é só um órgãozinho auxiliar do Poder Legislativo, não tem poder para nada.” Antes, dizia que ela não fez, quando eles disseram que fez, o segundo momento era desclassificar. E o que aconteceu com o terceiro momento? É só pegar um discurso do Presidente Lula, logo em seguida, em São Paulo, dizendo assim: “Olha, ela fez, sim, pedalada.” Fez ou não fez? Os advogados se mobilizaram para dizer que não fez; em seguida, o Lula disse que fez: “Mas ela fez para não tirar comida da mesa do pobre. Ela fez as pedaladas para não parar com a educação.” Quer dizer, ela cometeu o crime, mas não foi por isso. Lá no meu Estado também há prefeitos que viraram “fichas sujas”, foram cassados, gente boa, respeitados, porque disseram que eles tiraram o dinheiro da educação para poder pagar salário, ponto. Não têm conta na Suíça, não têm nada. Cometeu um crime. Viraram “ficha suja”. Não podem disputar mais nada. É só colocar o áudio. Aqui mesmo há um discurso do Senador Lindbergh, aqui, nesta tribuna, onde V. Exª está. E ele dizendo que ela fez pedalada fiscal, mas foi exatamente para poder não deixar de atender aos pobres. Ora, isso não é argumento. E o que está acontecendo é fruto de estarmos vivendo em uma democracia; fora disso, não estaria acontecendo. Agora, quando foram votar a Comissão na Câmara, hoje à tarde, a tal Comissão que vai dizer se dá prosseguimento ou não ao processo, a Comissão Especial, alguns Deputados se levantaram, se revoltaram, porque acharam que aquele “troço” estava muito seletivo, o Governo é que estava escolhendo, passando por cima do Parlamento, juntamente com os Líderes dos partidos, e eles lançaram uma chapa, e a chapa ganhou. Onde é que está a Base do Governo? Essa chapa ganhou. E dizia V. Exª: “O Governo precisa ter 171 votos.” Esse número é emblemático: 171! Um sete um, um número emblemático para quem está vivendo um problema como esse. Precisa ter, e agora tem 199 votos, e perde por duzentos e tantos votos, com 80 votos lá na frente. Porque acontece o seguinte: o processo é político? É político. Foi violada a Lei de Responsabilidade Fiscal? Foi. Se Eduardo Cunha tem contas na Suíça, se é muito, se é pouco, se não é, se Dilma não tem, não é isso que está em voga. Para, não é isso! Se ele tem conta na Suíça, e a Suíça já provou que tem, mandou números para cá, agora já é caso do Judiciário. Não é isso que nós estamos discutindo; é violação. Então é isto, é o estupro da Lei de Responsabilidade Fiscal, que o Congresso Nacional ajudou muito – e ela já fez isso por várias vezes; várias vezes –, e prevaricou porque ajudou, que está em discussão. Os Deputados sabem que o mais simples dos cidadãos, o motorista de ônibus, o cobrador, ascensorista de elevador, o cidadão hoje que tem um *trailer* em frente a uma escola, que vende lanche para sustentar a sua família, todos eles estão “linkados” no País, não se esqueçam disso. E a rejeição da Presidente na rua não é incentivada, porque essa gente não é elite. Então, esse discurso cai por terra também. E onde está o golpe nisso? O golpe está no fato de que, antes do processo eleitoral, a Presidente sabia que já havia praticado todos esses crimes, e os acobertou com um texto e imagens muito bem montadas, feito por um caro marqueteiro, para enganar o processo político. Na verdade, quem disse que tudo isso iria acontecer foi o Senador Aécio, mas ela disse que “ele era mentiroso, isso não iria acontecer; iria acontecer com ele. Se ele realmente virasse Presidente, iria faltar comida na mesa do pobre; se ele virasse Presidente, iria subir a inflação, o juro iria ficar muito alto, iria haver muito desemprego.” Na verdade, não era uma profecia, era um caos anunciado, porque ela sabia de tudo isso. Então, o que se está discutindo neste momento é isso. Ponto. Eduardo Cunha tem conta na Suíça, que pague, que responda. Não está dizendo: ele tem e ela não tem, por isso ele não tem o direito. Ora, para ele não ter o direito de colocar isso para dar prosseguimento, ele não tinha que ser era Presidente da Câmara; não sei se infelizmente ou felizmente, o Presidente da Câmara neste momento é ele. E só ele pode dar prosseguimento. Se foi retaliação por causa de acordos que não deram certo entre ele e o partido da Presidente, não é problema nosso. O fato técnico é o seguinte: existe violação? Existe. Então é aí que reside. Não é o fato de gostar da Presidente ou de não gostar; se ela sabe fazer política ou se não sabe; se é um elefante em uma casa de louça e trata todo mundo com grosseria. Não é nada disso, isso é problema dela. O que a lei diz? Quando se viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, comete-se crime. Ponto. E é isso que penso que V. Exª está colocando. Ponto. E é esse o sentimento da sociedade.



**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Magno Malta, pela sua participação nesta noite.

E eu quero agradecer não apenas a V. Ex<sup>a</sup>, mas também à Senadora Ana Amélia, ao Senador Valadares, ao Senador Randolfe e ao Senador Capibaribe pelo aparte que fizeram a esse pequeno pronunciamento.

E quero agradecer ao Senador Elmano Férrer, que é nosso Presidente neste momento. Ainda temos uma outra reunião agora à noite, para assistir a uma palestra, na casa do Presidente Renan, acho que com o Maílson da Nóbrega, para tentar entender um pouco também o que pensam os economistas a respeito não da política propriamente dita, mas da política econômica que estamos vivendo neste momento no Brasil.

Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pela paciência de nos ouvir até este momento.

Muito obrigado e boa noite a todos.

*Durante o discurso do Sr. Blairo Maggi, o Sr. Magno Malta deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Queremos agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pelo oportuno pronunciamento, que inclusive mobilizou toda a Casa pelos apartes que aqui foram feitos.

Meus parabéns e logo mais vamos nos encontrar.

**O SR. BLAIRO MAGGI** (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaramos encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 2 minutos.)*



PUBLIQUE-SE  
*Silvânia*

**SENADO FEDERAL  
CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ**

**ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2015 DO CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 15H30, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DESTINADA À INSTALAÇÃO DO CONSELHO E À ESCOLHA DOS AGRACIADOS.**

Às quinze horas e trinta minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quinze, na sede do Senado Federal, no plenário número treze da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores membros do Conselho do Diploma Bertha Lutz, de acordo com a lista de presença anexa. Havendo número regimental os trabalhos foram abertos pela Presidente do Conselho, Senadora Simone Tebet. A seguir a Presidente declara instalado o Conselho e comunica que a Secretaria recebeu 17 (dezesete) nomes para serem agraciados com o referido Diploma. Informa, também, que as cédulas de votação foram distribuídas e cada membro deve votar em até 5 (cinco) nomes. Concluído o processo de votação procedeu-se à apuração dos votos. Uma vez apurados, foram escolhidos para receber o Diploma Bertha Lutz, em sua 15ª edição, as senhoras Ellen Gracie, Lucia Regina Antony, Luiza Helena Bairros, Lya Luft e o senhor Marco Aurélio de Mello. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às quinze horas e cinquenta e oito minutos; e eu, Silvânia Alves de Azevedo, *Silvânia*, Diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Presidente e membros do Conselho, conforme a lista de presença da reunião, que passa a fazer parte integrante desta Ata, encaminhadas à publicação no Diário do Senado Federal.

*Simone Tebet*

**Senadora Simone Tebet**  
Presidente do Conselho do Diploma Bertha Lutz





**SENADO FEDERAL  
CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ**

**1ª REUNIÃO DE 2015**

Em 08 de dezembro de 2015, terça-feira, às 15h30, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à instalação e à escolha dos agraciados da 15ª premiação

**LISTA DE PRESENÇA**

<b>PMDB</b>	
Simone Tebet	<i>[Assinatura]</i>
<b>PT</b>	
Fátima Bezerra	<i>[Assinatura]</i>
<b>PSDB</b>	
Antonio Anastasia	<i>[Assinatura]</i>
<b>PSB</b>	
Lúcia Vânia	
<b>PDT</b>	
Lasier Martins	<i>[Assinatura]</i>
<b>PR</b>	
Wellington Fagundes	
<b>PSD</b>	
Hélio José	<i>[Assinatura]</i>
<b>DEM</b>	
José Agripino	<i>[Assinatura]</i>
<b>PP</b>	
Ana Amélia	<i>[Assinatura]</i>
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	
<b>PPS</b>	
José Medeiros	
<b>PC do B</b>	
Vanessa Grazziotin	
<b>REDE</b>	
Randolfe Rodrigues	
<b>PSC</b>	
Eduardo Amorim	<i>[Assinatura]</i>
<b>PRB</b>	
Marcelo Crivella	

Visto: *[Assinatura]*  
**PRÉSIDENTE**

Brasília, 08 de dezembro de 2015.

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (por Unidade da Federação)

#### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

#### Rio de Janeiro

**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

#### Maranhão

**PMDB** - Edison Lobão\*  
**PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

#### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

#### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Douglas Cintra\* (S)  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

#### São Paulo

**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*  
**PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

#### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

#### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Morais\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

#### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*  
**Bloco-PPS** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

#### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PDT** - Lasier Martins\*\*

#### Ceará

**PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

#### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**PMDB** - José Maranhão\*\*

#### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**PMDB** - Ricardo Ferraço\*  
**PMDB** - Rose de Freitas\*\*

#### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**Bloco-PTB** - Elmano Férrer\*\*

#### Rio Grande do Norte

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

#### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**PMDB** - Dário Berger\*\*

#### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*\*

#### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Ricardo Franco\*\* (S)

#### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

#### Amazonas

**PMDB** - Sandra Braga\* (S)  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

#### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

#### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

#### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*  
**PMDB** - Waldemir Moka\*  
**PMDB** - Simone Tebet\*\*

#### Distrito Federal

**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*  
**Bloco-PSD** - Hélio José\* (S)  
**Bloco-PDT** - Reguffe\*\*

#### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

#### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**Bloco-PT** - Donizeti Nogueira\*\* (S)

#### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

#### Roraima

**Bloco-PT** - Angela Portela\*  
**PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PDT** - Telmário Mota\*\*

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

## (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### Bloco de Apoio ao Governo - 19

#### PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

#### PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Ricardo Ferraço.	ES
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Sandra Braga.	AM
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

### Bloco Parlamentar da Oposição - 15

#### PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

### PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfê Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

#### PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Hélio José.	PSD / DF
Ivo Cassol.	PP / RO
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

### Bloco Parlamentar União e Força - 9

#### PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco de Apoio ao Governo.	19
PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA****(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (PMDB-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (PMDB-AM)
Dário Berger** (PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

**Mandatos**

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

**COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL****PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

**1º VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

**2º VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

**1º SECRETÁRIO**

Vicentinho Alves - (PR-TO)

**2º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

**4ª SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Humberto Costa - PT</b> (22,24)</p> <p>Vice-Líderes          Acir Gurgacz (3,36)          Walter Pinheiro (33,38,43)          Telmário Mota (4,35,42,52)          Regina Sousa (41)          .....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b>  <b>Humberto Costa</b> (22,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT          Paulo Rocha (32,51)          Walter Pinheiro (33,38,43)          Lindbergh Farias (30)          Fátima Bezerra (34)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b>  <b>Acir Gurgacz</b> (3,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT          Telmário Mota (4,35,42,52)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Alvaro Dias - PSDB</b> (21)</p> <p>Vice-Líderes          Ataídes Oliveira (31)          Antonio Anastasia (46)          .....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b>  <b>Cássio Cunha Lima</b> (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB          Paulo Bauer (23)          Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b>  <b>Ronaldo Caiado</b> (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM          José Agripino (39)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Lídice da Mata - PSB</b> (11,26)</p> <p>Vice-Líderes          José Medeiros (15,19,25)          Vanessa Grazziotin (20,28)          .....</p> <p><b>Líder do PSB - 7</b>  <b>João Capiberibe</b> (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB          Roberto Rocha (45)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b>  <b>José Medeiros</b> (15,19,25)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b>  <b>Vanessa Grazziotin</b> (20,28)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b>  <b>Randolfe Rodrigues</b> (27,29)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Omar Aziz - PSD</b> (13,54)</p> <p>Vice-Líder          Benedito de Lira (16,18,44,53,57)          .....</p> <p><b>Líder do PP - 6</b>  <b>Benedito de Lira</b> (16,18,44,53,57)</p> <p><b>Líder do PSD - 4</b>  <b>Omar Aziz</b> (13,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD          Sérgio Petecão (12)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Fernando Collor - PTB</b> (5,10)</p> <p>Vice-Líderes          Blairo Maggi (9)          Eduardo Amorim (8)          Marcelo Crivella (2,7)          .....</p> <p><b>Líder do PTB - 3</b>  <b>Fernando Collor</b> (5,10)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b>  <b>Wellington Fagundes</b> (49,55)</p> <p>Vice-Líder do PR          Vicentinho Alves (56)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b>  <b>Eduardo Amorim</b> (8)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b>  <b>Marcelo Crivella</b> (2,7)</p>	<p><b>PMDB - 18</b></p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b>  <b>Delcídio do Amaral - PT</b> (48,58,59,60)</p> <p>Vice-Líderes          Hélio José (50)          Paulo Rocha (32,51)          Wellington Fagundes (49,55)          Telmário Mota (4,35,42,52)</p>		

### Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).



8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
25. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 22/12/2015.
59. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 22/12/2015.
60. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 25/11/2015 a 17/12/2015.

**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA  
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 3303-3492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## **2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

**Finalidade:** Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

---

### **MEMBROS**

---

### **3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

**Finalidade:** Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**MEMBROS**

#### 4) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

**Finalidade:** Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 01/09/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(8)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(5)</sup>	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(5,13)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(11)</sup>	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) <sup>(7)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(12)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Wilder Morais (PP-GO)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(9)</sup>
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) <sup>(10)</sup>

**Notas:**

\*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

\*\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

\*\*\*\*\*. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33033492

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

**Finalidade:** Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

**Instalação:** 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

**Notas:**

\*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

\*\* Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)**

**Finalidade:** Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

**Número de membros: 3**

---

**MEMBROS**

---

---

---

---

---

## 7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 07/04/2015

**Instalação:** 15/04/2015

**Prazo final:** 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

\*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

\*\*.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33035492

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## **8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

**Finalidade:** Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

---

### **MEMBROS**

---

---

---

---

---

---

---

## **9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA**

**Finalidade:** Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

**10) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR  
DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À  
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

**Finalidade:** Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

**Número de membros:** 3

---

**MEMBROS**

---



## 11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 19/12/2014

**Prazo final prorrogado:** 19/06/2015

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\* Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

**Número de membros:** 13

**PRESIDENTE:** Caio César Vieira Rocha

**VICE-PRESIDENTE:** Álvaro Melo Filho <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

**Instalação:** 29/10/2015

**Prazo final:** 06/06/2016

### MEMBROS

Caio César Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Alexandre Sidnei Guimarães

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

\*\* O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** (61) 3303-3514

### 13) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 17

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 11/04/2016

#### MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Ricardo Vital de Almeida

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

#### Notas:

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br

## 14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

**Número de membros:** 24

**PRESIDENTE:** Georges de Moura Ferreira

**VICE-PRESIDENTE:** Dorieldo Luiz dos Prazeres

**RELATORA:** Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

**Designação:** 16/06/2015

**Instalação:** 16/06/2015

**Prazo final:** 12/12/2015

**Prazo final prorrogado:** 15/03/2016

### MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

#### Notas:

\*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

\*\*. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

**Secretário(a):** Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 3303 3511

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## **15) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR ANALISAR O PLC Nº 168, DE 2015**

**Finalidade:** Analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 2015, que disciplina o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, que funcionará até a deliberação final da matéria nesta Casa.

Ato do Presidente nº 38, de 2015

**PRESIDENTE:** Luiz Fux

**RELATORA:** Tereza Arruda Alvim Wambier

---

### **MEMBROS**

---

---

Luiz Fux

---

Tereza Arruda Alvim Wambier

---

Bruno Dantas

---

José Roberto dos Santos Bedaque

---

Paulo Cesar Pinheiro Carneiro

---

**Notas:**

\*. Em 06.11.2015, o Ato do Presidente nº 38, de 2015, foi republicado por incorreções no texto anterior.

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DAS PRÓTESES

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 25/03/2015

**Instalação:** 31/03/2015

**Prazo final:** 28/09/2015

**Prazo final prorrogado:** 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(6,7)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(6)</sup>	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

**Notas:**

\*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

\*\* Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

\*\*\*\*\*. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 61 33033492/3501

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2)CPI DO HSBC

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 02/03/2015

**Designação:** 18/03/2015

**Instalação:** 24/03/2015

**Prazo final:** 21/09/2015

**Prazo final prorrogado:** 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(9)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(5,6,7)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2,10)</sup>	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(8)</sup>	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\*. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** Eduardo Bruno do Lago de Sá

**Telefone(s):** 61 33033511/10

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

### 3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

**Finalidade:** Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 05/03/2015

**Designação:** 29/04/2015

**Instalação:** 06/05/2015

**Prazo final:** 03/11/2015

**Prazo final prorrogado:** 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>
Senador José Medeiros (PPS-MT) <sup>(3)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(7)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(6)</sup>

**Notas:**

\*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).



6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

**Telefone(s):** 33033508/3514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br

#### 4)CPI DO CARF

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>

**Leitura:** 28/04/2015

**Designação:** 13/05/2015

**Instalação:** 19/05/2015

**Prazo final:** 16/09/2015

**Prazo final prorrogado:** 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(3)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4,6)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(5,7)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

\*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

\*\*. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

6. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixa de compor a Comissão (Of. 192/2015-GLPSDB).

7. Em 04.11.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. 117/2015-GLDEM).

**Secretário(a):** Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá  
**Telefone(s):** 33034854/3511  
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 5)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

**Finalidade:** Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

**Número de membros:** 13 titulares e 8 suplentes

**Leitura:** 06/05/2015

**Designação:** 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

\*\*.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

\*\*\*\*. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

\*\*\*\*\*. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

## 6)CPI DO FUTEBOL - 2015

**Finalidade:** Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 28/05/2015

**Designação:** 07/07/2015

**Instalação:** 14/07/2015

**Prazo final:** 22/12/2015

**Prazo final prorrogado:** 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO <sup>(9,11)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(1)</sup>	
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(8)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(10)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

\*\*\*\*\*. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).  
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).  
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).  
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 061 33033508/3501

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 7)CPI DAS BARRAGENS

**Finalidade:** Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)</b>	
	1.
	2.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
	1.

## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(10,16)</sup>
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(5)</sup>
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(19)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(9)</sup>
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(11)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(13)</sup>
VAGO <sup>(12)</sup>	8. Senador Hélio José (PSD-DF)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8,14)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(17)</sup>	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(15)</sup>
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(1)</sup>	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. VAGO <sup>(2,18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br

### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034544

**E-mail:** cae@senado.leg.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

**Notas:**

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

\*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br

### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO <sup>(11)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(11)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(10)</sup>	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(6,10)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(14,15)</sup>	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(13)</sup>	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(13)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE ) <sup>(1)</sup></b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(9)</sup>	2. Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,3)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(3)</sup>	3.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**Fax:** 3303 3652

**E-mail:** cas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(8)</sup>	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(9)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Wilder Morais (PP-GO) <sup>(25)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(6)</sup>
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(6)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(11,15)</sup>	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(7)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(10,16)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(10,16)</sup>	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(1,12,17)</sup>	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(26,27)</sup>
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2,24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(14,22)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(20,21)</sup>
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(18,19)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(23)</sup>

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- \*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- \*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
  2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
  3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
  4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
  5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
  6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
  7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
  8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
  9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
  10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
  11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
  12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
  13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
  14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
  15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
  16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
  17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
  18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
  19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
  20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
  21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
  22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
  23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
  24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
  25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
  26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
  27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(4)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(11)</sup>	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(5)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(9)</sup>
Senador Dário Berger (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(7)</sup>	7.
	8.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(14,15)</sup>	1. VAGO <sup>(13)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(12,13)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6,10)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

**Notas:**

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** [cc@senado.leg.br](mailto:cc@senado.leg.br)

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604/2

**Fax:** 311-3121/1319

### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 311-3498/4604

**Fax:** 311-3121/1319



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(7)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(3)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(9)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO <sup>(10)</sup>
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) <sup>(6)</sup>
	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(8)</sup></b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(4)</sup>
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(11)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br

## 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

**Notas:**

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**Designação:** 15/04/2015

**Instalação:** 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1,5)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

\*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

\*\* Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

## 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 06/05/2015

**Instalação:** 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

**Notas:**

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

\*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(8,10,14)</sup>
Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(8)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) <sup>(3)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(14)</sup>	6.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PSD-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(7,12)</sup>	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(9)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(12)</sup>	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(13)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(17,18)</sup>	1. VAGO <sup>(16)</sup>
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(11)</sup>	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(11)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(5)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(15)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br

## **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

\*\*\*\*. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(3,14)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO <sup>(9)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(6)</sup>
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(10,11)</sup>	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(12)</sup>	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	5. Senador Hélio José (PSD-DF)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(2)</sup>	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(4,7)</sup>	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2,5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** cre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(6)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(10,13)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5,19)</sup>	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(7,8)</sup>	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(4)</sup>	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PSD-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(4,9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO <sup>(18)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(17)</sup>	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(15,16)</sup>	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(11)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(1,12,14)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) <sup>(12,14)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(3)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br

## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Hélio José (PSD-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Notas:**

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

\*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) <sup>(18)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(18)</sup>	4. VAGO <sup>(1,10)</sup>
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(11,12)</sup>	2. Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(7,15)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(19,20)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5,16)</sup>	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6,13,17)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(14)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

# 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(5,6)</sup>
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(4)</sup>	5. Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO <sup>(3,7)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(7)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

## Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\*. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br

## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO <sup>(8)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(5)</sup>	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) <sup>(10)</sup>	2.

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br

## 12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(11)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(13)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(3,6,8,10)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO <sup>(4)</sup>	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(14,15)</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador José Medeiros (PPS-MT) <sup>(7,9)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(9,12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(2)</sup>

### Notas:

\*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

**Secretário(a):** Waldir Bezerra Miranda

**Telefone(s):** 61 33031095

**E-mail:** csf@senado.leg.br

# 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(2)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) <sup>(1)</sup>
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

## Notas:

\*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

\*\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\*. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

**Secretário(a):** Airton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 14h:30 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** ctg@senado.leg.br

**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(2)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT )</b>	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>	4.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) <sup>(4,5)</sup>
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(5)</sup>
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(5)</sup>	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6,7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
( / )	

**Atualização:** 02/12/2015

### Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

### 3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

**6ª Designação:** 11/03/2013

**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Lasier Martins (RS)
<b>PR</b>
Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>
Senador Hélio José (DF)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização:** 26/11/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

---

**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PMDB**

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

**PT**

Senador Delcídio do Amaral (MS)

**PSDB**

Senador Tasso Jereissati (CE)

**PSB**

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

**PDT**

Senador Acir Gurgacz (RO)

**PR**

Senador Blairo Maggi (MT)

**PSD**

Senador Otto Alencar (BA)

**DEM**

Senador José Agripino (RN)

**PP**

Senador Ciro Nogueira (PI)

**PTB**

Senador Douglas Cintra (PE)

**PPS**

Senador José Medeiros (MT)

**PCdoB**

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

**PRB**

Senador Marcelo Crivella (RJ)

**REDE**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Paulo Paim (RS)
<b>PSDB</b>
Senador Flexa Ribeiro (PA)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Lasier Martins (RS)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PP</b>
Senador Gladson Cameli (AC)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>REDE</b>
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

**Atualização:** 11/11/2015

### Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

<b>MEMBROS</b>	
<b>PMDB</b>	VAGO
<b>PT</b>	VAGO
<b>PSDB</b>	
<b>PTB</b>	VAGO
<b>PP</b>	VAGO
<b>PDT</b>	
<b>PSB</b>	VAGO
<b>DEM</b>	VAGO
<b>PR</b>	VAGO
<b>PSD</b>	VAGO
<b>PCdoB</b>	VAGO
<b>PV</b>	VAGO
<b>PRB</b>	VAGO
<b>PSC</b>	VAGO
<b>PSOL</b>	VAGO
<b>Representante da sociedade civil organizada</b>	VAGO
<b>Pesquisador com produção científica relevante</b>	VAGO
<b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b>	VAGO

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303.5258

**Fax:** 3303.5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Lindbergh Farias (RJ)
<b>PSDB</b>
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Elmano Férrer (PI)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSOL</b>
Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senador Paulo Paim (RS)
<b>PSDB</b>
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PR</b>
Senador Vicentinho Alves (TO)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Elmano Férrer (PI)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>REDE</b>
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>(1)</sup>	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

**Atualização:** 06/05/2015**Notas:**

\*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

**Atualização:** 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br

**13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
<b>PDT</b>
Senador Reguffe (DF)
<b>PR</b>
Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Douglas Cintra (PE)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 03/11/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** (61)3303-5255

**Fax:** (61)3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## **14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL**

*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

---

**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO***(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

---

## 16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PCdoB</b>
Senador Lasier Martins (PDT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PMDB</b>
Senador Jader Barbalho (PA)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PR</b>
Senador Blairo Maggi (MT)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PSB</b>
Senador Roberto Rocha (MA)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PSD</b>
Senador Omar Aziz (AM)
<b>PSDB</b>
Senador Tasso Jereissati (CE)
<b>PT</b>
Senador Jorge Viana (AC)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (AL)
<b>REDE</b>
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

**Atualização:** 04/08/2015

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**

**Endereço:** Anexo II, térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES MISTAS

#### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

**Número de membros:** 10 Senadores e 30 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

**2ª VICE-PRESIDENTE:** Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

**3º VICE-PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

**Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias:** Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

**Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual:** Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

**Relator da Receita:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

**Relator do Projeto de Plano Plurianual:** Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

**Instalação:** 25/03/2015

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC <sup>(4)</sup>
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )</b>	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA <sup>(10)</sup>
Gleisi Hoffmann - PT/PR <sup>(10)</sup>	2. Angela Portela - PT/RR
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Davi Alcolumbre - DEM/AP <sup>(8)</sup>	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )</b>	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
<b>PP</b>	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ <sup>(2)</sup>
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL <sup>(11)</sup>
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG <sup>(6,7)</sup>
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO <sup>(1)</sup>
José Nunes - PSD/BA <sup>(9)</sup>	10. Átila Lins - PSD/AM
<b>PSDB, PSB</b>	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES <sup>(3)</sup>
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
<b>PSOL</b>	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

**Notas:**

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.



6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.

**Secretário:** Walbinson Tavares de Araújo

**Telefone(s):** (61) 3216-6892

**E-mail:** cmo.decom@camara.leg.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Plenário 2

## Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
<b>I. Transporte</b>	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
<b>II. Saúde</b>	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
<b>III. Educação e Cultura</b>	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
<b>IV. Integração Nacional</b>	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
<b>V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário</b>	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)
<b>VI. Desenvolvimento Urbano</b>	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
<b>VII. Turismo</b>	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
<b>VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações</b>	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
<b>IX. Minas e Energia</b>	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
<b>X. Esporte</b>	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
<b>XI. Meio Ambiente</b>	Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)
<b>XII. Fazenda e Planejamento</b>	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
<b>XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas</b>	Senador Hélio José (PSD-DF)
<b>XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social</b>	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
<b>XV. Defesa e Justiça</b>	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<b>XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores</b>	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

**COORDENADOR:** Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

#### Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

#### Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
<b>PMDB</b>	Deputado Vitor Valim (PMDB)
<b>PR</b>	Deputada Gorete Pereira (PR)
<b>PSD</b>	Deputado Átila Lins (PSD)
<b>PTB</b>	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
<b>PSB</b>	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
<b>PP</b>	Deputado Cacá Leão (PP)
<b>PT</b>	Deputado Jorge Solla (PT)

## CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### **III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI**

**COORDENADOR:** Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

#### **Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
<b>PSDB</b>	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

#### **Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
<b>PR</b>	Deputado José Rocha (PR)
<b>PP</b>	Deputado Ricardo Barros (PP)
<b>PT</b>	Deputado Zé Geraldo (PT)
<b>DEM</b>	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
<b>PHS</b>	Deputado Marcelo Aro (PHS)
<b>PRB</b>	Deputado César Halum (PRB)
<b>PROS</b>	Deputado Hugo Leal (PROS)

### **CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

#### **II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR**

**COORDENADOR:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

#### **Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PDT</b>	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
<b>PSC</b>	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
<b>PP</b>	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

#### **Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
<b>PT</b>	Deputado Nílto Tatto (PT)
<b>PSB</b>	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
<b>PSDB</b>	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
<b>PV</b>	Deputado Evair de Melo (PV)
<b>PCdoB</b>	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
<b>PSD</b>	Deputado Jaime Martins (PSD)

### **CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

#### **I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS**

**COORDENADOR:** Deputado Izalci (PSDB-DF)

#### **Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PDT</b>	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
<b>PSD</b>	Senador Hélio José (PSD / DF)
<b>DEM</b>	VAGO

### **Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Deputado Washington Reis (PMDB)
<b>PMDB</b>	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
<b>PTB</b>	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
<b>PTB</b>	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
<b>PT</b>	Deputado Leo de Brito (PT)
<b>PSDB</b>	Deputado Izalci (PSDB)
<b>DEM</b>	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

## Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sarney Filho (PV-MA)

**RELATOR:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**Designação:** 19/03/2015

**Instalação:** 25/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )</b>	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )</b>	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
<b>PSDB, PSB</b>	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
<b>PDT (1)</b>	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco do PDT.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

**Secretário:** Tiago Torres de Lima Brum

**Telefone(s):** (61) 3303-3534

**E-mail:** cocm@senado.gov.br



## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
<b>Líder da Maioria</b> Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) <sup>(6)</sup>	<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Maioria</b> Deputado Benito Gama (PTB/BA) <sup>(2)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>(7)</sup>
<b>Deputado indicado pela Liderança da Minoria</b> Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) <sup>(1)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) <sup>(4)</sup>
<b>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) <sup>(3)</sup>	<b>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) <sup>(5)</sup>

### Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

**Secretário:** Thiago Nascimento C. Silva

**Telefone(s):** 61 3303-3502

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

## Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

**RELATOR:** Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

**Designação:** 05/03/2015

**Instalação:** 10/03/2015

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT )</b>	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, REDE )</b>	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Wellington Fagundes - PR/MT <sup>(19)</sup>	1. Eduardo Amorim - PSC/SE <sup>(14)</sup>
<b>PP</b>	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB, PEN</b>	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
<b>PSDB, PSB</b>	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
<b>PSOL (1)</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

**Secretário:** Gigliola Ansiliero

**Telefone(s):** 61 3303-3504

**E-mail:** cocm@senado.leg.br

**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS****ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 7 Senadores e 7 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

<b>SENADO FEDERAL</b>
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

**CONSELHOS E ÓRGÃOS****Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**Designação:** 07/04/2015**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b>	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b>	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PMDB, PEN</b>	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI <sup>(14)</sup>
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC <sup>(4)</sup>
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB <sup>(10)</sup>
Mandetta - DEM/MS <sup>(5)</sup>	11. VAGO
<b>PSD</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS <sup>(3,13)</sup>
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT <sup>(11)</sup>	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB <sup>(6)</sup>	6. Jaime Martins - MG <sup>(6)</sup>
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO <sup>(11)</sup>
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS <sup>(9)</sup>
<b>PSDB, PSB</b>	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS <sup>(1,12)</sup>
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO <sup>(1)</sup>
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS <sup>(1)</sup>	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI <sup>(1)</sup>	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
<b>PSOL</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**Notas:**

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.



7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.

**Conselho da Ordem do Congresso Nacional****Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

**Eleição Geral: 04/02/2015**

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>Presidente</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado Giacobbo (PR/PR)
<b>1º Secretário</b> Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
<b>2º Secretário</b> Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
<b>3º Secretário</b> Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
<b>4º Secretário</b> Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
<b>Líder da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> Deputado Arthur Lira (PP/AL)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Jorge Viana (PT/AC)
<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
<b>1º Secretário</b> Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
<b>2º Secretário</b> Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
<b>3º Secretário</b> Senador Gladson Cameli (PP/AC)
<b>4º Secretário</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)
<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> Senador José Maranhão (PMDB/PB)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

**Atualização: 08/04/2015**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)**  
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256  
Fax: 3303-5260  
saop@senado.leg.br

**Conselho de Comunicação Social**

**Lei nº 8.389, de 1991,  
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

**COMPOSIÇÃO**

**Número de membros:** 13 titulares e 13 suplentes.

**PRESIDENTE:** Miguel Ângelo Cançado <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Ronaldo Lemos <sup>(1)</sup>

**Eleição Geral:** 05/06/2002

**Eleição Geral:** 22/12/2004

**Eleição Geral:** 17/07/2012

**Eleição Geral:** 08/07/2015

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Representante das empresas de rádio (inciso I)</b>	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
<b>Representante das empresas de televisão (inciso II)</b>	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
<b>Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)</b>	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado <sup>(2,4)</sup>
<b>Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)</b>	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
<b>Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)</b>	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
<b>Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)</b>	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
<b>Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)</b>	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
<b>Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)</b>	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão <sup>(5)</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO <sup>(3)</sup>	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

**Atualização: 07/12/2015****Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
Telefone(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
CCSCN@senado.leg.br

# Já sabe pesquisar o diário na Internet?

## Siga o passo a passo!



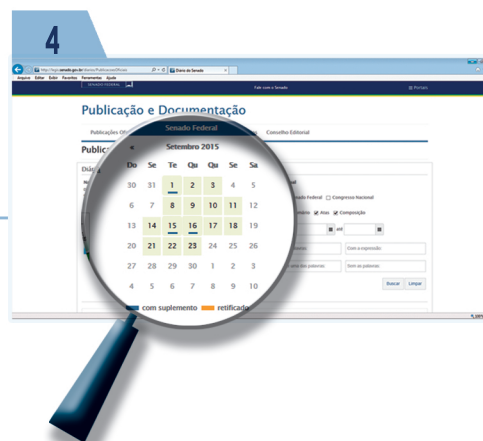
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: [www.senado.leg.br](http://www.senado.leg.br)

Fale com o Senado  
0800 61 2211

